



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Banco e FNE**

**Em R\$ MIL**

**Posição: 31.12.2014**



*Demonstrações Financeiras*

**B A N C O**

**Em R\$ MIL**

**Posição: 31.12.2014**

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20**

## 1 PALAVRA DO PRESIDENTE

---

No ano de 2014, o Banco do Nordeste reforçou o compromisso com o crescimento e com a sustentabilidade. Nesse período de grandes desafios, pensados e planejados o presente e o futuro, buscou-se as melhores soluções para a Região. Fruto desse esforço, o Banco do Nordeste alcançou os melhores resultados sociais e financeiros de sua história.

Foram contratadas 4.711.777 operações de crédito no valor de R\$ 25,3 bilhões, dos quais R\$ R\$ 13,5 bilhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), destinados à implantação, expansão e modernização de empreendimentos, em especial, no semiárido e a agricultura familiar.

Investiu-se cada vez mais no potencial empreendedor dos nordestinos, mineiros e capixabas. O Banco consolidou sua participação no segmento de micro e pequenas empresas (MPE) com R\$ 2,9 bilhões contratados, um aumento de 70,1% em relação a 2012. No Crediamigo, referência mundial em microcrédito produtivo e orientado, observou-se um crescimento de 23,7% em 2014 quando comparado ao exercício pretérito, superando a marca de R\$ 7,1 bilhões desembolsados, e com 3,9 milhões de empréstimos realizados.

O Agroamigo tornou-se o maior programa de microfinança rural da América Latina com crédito orientado e acompanhado e metodologia específica para as condições do meio rural. Em outro ano marcado pela estiagem, foram contratadas mais de 400 mil operações de crédito, num volume total de R\$ 1,5 bilhão, representando um aumento de 22,4% em relação ao ano de 2013.

Outro destaque foi o trabalho de recuperação de crédito como forma de retroalimentar o sistema de financiamento da economia regional, tendo regularizado o montante de R\$ 2,4 bilhões no exercício.

Os resultados vão além dos números financeiros. Eles significam mais oportunidades, mais emprego e renda para milhares de brasileiros.

Nesse sentido, o Banco apresentou para a sociedade o Estudo Nordeste 2022, abrangendo uma série de estudos prospectivos com foco nas perspectivas de desenvolvimento regional.

Referido documento figura como um importante instrumento de atuação e contribuição para a diversificação e ampliação da base produtiva nordestina, a elevação da competitividade, bem como a ampliação dos avanços sociais e a promoção da sustentabilidade ambiental. Dada sua importância, o Estudo Nordeste 2022 foi introduzido como Diretrizes Estratégicas no Planejamento Estratégico do Banco para o período 2015-2018.

Intensificou-se a parceria junto aos demais órgãos federais do Nordeste, realizados encontros e reuniões de trabalho com agendas propositivas para uma visão ampla, nivelada e integrada sobre o desenvolvimento. Fundamental para o melhor desempenho das ações de cada instituição e, por conseguinte, para o crescimento da Região.

A presença do Banco do Nordeste foi ampliada e fortalecida com o objetivo de ser, cada vez mais, o principal agente de desenvolvimento da Região. Um Banco múltiplo, competitivo e rentável.

Foram abertas 64 novas agências, convocados 1.710 novos empregados, além de realização de novo concurso público, do qual foram aprovados 1.432 candidatos.

Dentre outras inovações, lançou o Cartão Agronegócio, destinado ao custeio agropecuário e os Cartões de Crédito Pessoa Física. Firmou importantes parcerias para implantação de máquinas leitoras de cartões para o segmento de micro e pequenas empresas e estudos para uma iniciativa pioneira no microcrédito urbano.

O Banco do Nordeste subiu 21 posições no ranking dos bancos mais valiosos do mundo. De acordo com o relatório anual da consultoria Brand Finance, em conjunto com a revista 'The Banker', a marca corporativa atingiu o valor de US\$ 333 milhões, uma valorização de 16% em relação ao ano anterior.

No Ranking de Instituições por Índice de Reclamações divulgado pelo Banco Central, o Banco do Nordeste obteve a menor e, por isso, a melhor posição entre bancos e financeiras com mais de dois milhões de clientes, com apenas uma única reclamação procedente no segundo semestre de 2014.

Foi também um ano de premiações! O microcrédito, mais uma vez, foi reconhecido internacionalmente. O Crediamigo foi agraciado com o Prêmio Foromic de Inclusão Financeira, concedido pelo Fundo Multilateral de Investimentos (Fomin), membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Pelo segundo ano consecutivo, recebeu a Medalha Celso Furtado, concedida pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados (Cindra), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O Banco do Nordeste foi considerado o banco do ano, obtendo o 10º Prêmio Relatório Bancário, na categoria Destaque 2014.

A instituição contribui e continua contribuindo para uma Região mais social e economicamente cidadã. Todas essas importantes vitórias são frutos de trabalho integrado, mas, principalmente, são conquistas de cada um dos 6.972 empregados, 313 Bolsistas de Nível Médio, 598 Bolsistas de Nível Superior, 274 Jovens Aprendizes e de outros 532 ex-empregados que aderiram o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID). Colegas que são parte da história dessa empresa e do seu engrandecimento.

Nossos agradecimentos a todos que por origem, convicção ou coração trabalharam e continuam trabalhando para o desenvolvimento do Banco, da Região e do País.

**Nelson Antonio de Souza**  
**Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S. A.**

## **2 DESTAQUES 2014**

---

### **BNB sobe 21 posições no ranking dos 500 bancos mais valiosos do mundo**

A marca do Banco do Nordeste foi valorizada em 16% no último ano, alcançando o valor de US\$ 333 milhões, segundo relatório anual da consultoria britânica *Brand Finance*, em parceria com a revista *The Banker*. O "Global 500 Banking Brands

Index” é um *ranking* que contempla as marcas de bancos de capital aberto mais valiosas do mundo. O Banco do Nordeste ocupa agora a 314ª posição, subindo 21 posições em relação ao ano anterior.

### **Ranking de Instituições por Índice de Reclamações**

No segundo semestre de 2014, o Banco do Nordeste figurou em última posição por Índice de Reclamações no ranking de bancos e financeiras com mais de dois milhões de clientes divulgado pelo Banco Central. O Ranking de Instituições por Índice de Reclamações, do qual participam bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos cooperativos, bancos de investimento, filiais de bancos comerciais estrangeiros, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI) e administradoras de consórcio, é formado a partir das demandas do público registradas contra instituições financeiras no Banco Central.

O Banco do Nordeste aparece no 11º do *ranking* dos bancos e financeiras com mais de dois milhões de clientes, com índice 0,23. O primeiro lugar da lista teve índice de 305,41 com 694 reclamações para um universo de 2.272.314 clientes. O 10º, com 4.434.210 clientes, obteve índice de 25,25 com 112 reclamações.

### **O Banco foi reconhecido como empresa de cidadania corporativa**

O Banco do Nordeste foi reconhecido como uma das “100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa” do País, pela revista Gestão RH. A premiação avalia e homenageia empresas sob os aspectos da responsabilidade social e ambiental, ética e relacionamento com os *stakeholders*, qualidade de vida no trabalho e políticas inclusivas.

### **O Banco do Nordeste foi reconhecido como uma das melhores empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano e Organizacional**

O Banco do Nordeste está entre as 110 Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano e Organizacional (IDHO), segundo pesquisa realizada pela revista Gestão RH. Recebeu Destaque Especial em Governança Corporativa, um dos componentes do indicador, ficando entre as 10 melhores empresas neste quesito. Realizada anualmente, a pesquisa se baseia nos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado para medir o desenvolvimento humano nos países. A revista Gestão RH avalia por meio do IDHO as principais práticas adotadas pelas empresas em relação à governança corporativa, ao capital humano, à transparência, à sustentabilidade e à cidadania corporativa. As análises se baseiam no grau de envolvimento da empresa com a comunidade ou sociedade em geral.

### **O Banco do Nordeste está entre as melhores empresas do Brasil em Práticas de Gestão de Pessoas**

O Banco do Nordeste contemplou a lista das 150 Melhores Empresas em Práticas de Gestão de Pessoas – PGP 2014. A pesquisa foi feita pela Gestão RH Editora, cujo levantamento realizado anualmente, mapeia entre as melhores empresas do Brasil, quais programas estão sendo executados em prol dos colaboradores. O foco da pesquisa tradicionalmente está direcionado ao grupo das “1.000 Maiores e Melhores Empresas”(Exame), “Melhores Empresas para Trabalhar” (Época) e “150 Melhores Empresas para Você Trabalhar” (Você S/A-Exame), além das pesquisas desenvolvidas pela Gestão RH como: Melhores Empresas em Cidadania Corporativa e IDHO – Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional.

### **O Banco implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento**

A valorização das competências humanas compõe o planejamento estratégico do Banco do Nordeste como um de seus posicionamentos estratégicos. Sob essa ótica assim, foi implementado, pioneiramente, o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) na instituição. O Programa beneficiou funcionários que já gozavam de aposentadoria concedida pela Previdência Oficial ou aqueles habilitados a requerê-la junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Aderiram ao programa, voluntariamente, 532 empregados.

### **A empresa Fitch renovou o *rating* do Banco do Nordeste em perspectiva estável**

Uma das maiores empresas de classificação de risco do mundo, a Fitch publicou relatório em que renova o *rating* do Banco do Nordeste em *BBB Outlook* estável. O documento ressalta o fortalecimento do modelo de crédito da Instituição, assim como as parcerias desenvolvidas com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal. Segundo a Fitch, o Banco do Nordeste também conta com uma confortável reserva para expandir suas atividades de crédito, além de vir obtendo êxito em recuperar créditos problemáticos.

### **O Banco do Nordeste aumentou o número de agências em 55% nos últimos dois anos**

No período de 2012 a 2014, o Banco do Nordeste inaugurou 103 novas unidades, sendo 64 em 2014, resultado da execução do plano de expansão da rede de agências. Esse número representou um incremento de 55% no total de unidades de negócios. Com a expansão o Banco dispõe de 289 agências.

### **O Banco firmou parceria com a Global Payments e Nexx pago**

O Banco do Nordeste firmou parceria com a empresa *Global Payments e Nexx pago*, para atuar no credenciamento de estabelecimentos comerciais de vários portes. Com a nova credenciadora de cartão de débito/crédito, o Banco do Nordeste ampliou sua atuação no mercado de meios de pagamentos, para que os clientes dos segmentos de Micro e Pequena Empresa (MPE), Empresarial e Microfinança Urbana (Crediamigo) possam efetuar suas vendas por meio de cartão de débito/crédito, tendo o Banco do Nordeste como domicílio bancário.

### **Carteira ativa do Agroamigo superou R\$ 2,0 bilhões**

A carteira ativa do Agroamigo superou, no primeiro semestre de 2014, a marca de R\$ 2 bilhões. O valor representa crescimento de 19,7% em relação a dezembro de 2013. Criado em 2005, o Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (Inec) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em oito anos de atuação, tornou-se o maior programa de microfinança rural do Brasil.

### **Empreendedores do Crediamigo conquistaram o Prêmio Citi**

Pelo bom desempenho no desenvolvimento de suas atividades, três empreendedores clientes do Crediamigo conquistaram o Prêmio Citi. O Prêmio é uma iniciativa global que acontece em mais de 30 países. A premiação é de extrema relevância para os clientes, que veem seus esforços reconhecidos e transformados em casos de sucesso. Na edição, o Crediamigo teve também um assessor de microcrédito premiado por indicar mais clientes ao Prêmio.

### **O Crediamigo recebeu prêmio de inclusão financeira no Equador**

O programa de microcrédito urbano do Banco do Nordeste, Crediamigo, recebeu mais um reconhecimento internacional: o Prêmio Foromic de Inclusão Financeira, concedido pelo Fundo Multilateral de Investimentos (Fomin), membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Foromic, criado em 1998, propõe-se a ser um espaço para inovações microempresariais e uma plataforma para as microfinanças, tendo demonstrado que é possível servir a empreendedores de baixa renda de forma sustentável e rentável.

Como critérios de avaliação, a organização do prêmio considerou aspectos como desempenho e transparência, além da qualidade de serviços financeiros ofertados e sua efetividade para chegar a populações pobres de maneira massiva. Fatores como alcance geográfico e canais de expansão de operações foram observados pelo júri, composto por especialistas em inclusão financeira e executivos de instituições públicas e privadas.

Para o Banco, o prêmio demonstra que o alcance das microfinanças tem sido, ao longo desse tempo, um mecanismo exitoso, eficiente e de crescimento rápido para o desenvolvimento de atividades, bem como de geração de renda para pessoas de poucos recursos e grupos desassistidos.

#### **O Banco do Nordeste sediou Encontro de Microfinanças Urbana e Rural**

O Banco do Nordeste sediou o seminário *La Pasantía (MICROFINANZAS URBANA Y RURAL: La experiencia del Banco do Nordeste con SUS Programas CrediAmigo y AgroAmigo)*, realizado em agosto de 2014. Referido evento visou conhecer a gestão, as práticas, a metodologia e os desafios dos programas de microcrédito urbano e rural da Instituição.

O Seminário foi organizado pelo Banco do Nordeste e ALIDE (Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento) e contou com participação de 18 convidados de países como Costa Rica, Equador, México e Paraguai, além de representantes do Banco do Nordeste.

#### **O Banco do Nordeste recebeu homenagem por apoio aos Objetivos do Milênio**

O Banco do Nordeste foi homenageado pela Secretaria-Geral da Presidência da República pelo apoio concedido aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os ODM buscam a erradicação da extrema pobreza e da fome, a universalização do ensino básico, a promoção da desigualdade de sexos e autonomia das mulheres, a melhoria da saúde maternal, a redução da mortalidade infantil, o combate ao HIV/AIDS, à malária e a outras doenças, a garantia da sustentabilidade ambiental e o estabelecimento de parceria mundial para o desenvolvimento.

Desde 2013, o Banco do Nordeste contribui para o projeto de desenvolvimento de capacidades, de justiça econômica sustentável e promoção de boas práticas para alcance dos ODM.

#### **O Banco do Nordeste foi homenageado com “Medalha Celso Furtado”, pela Cindra**

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados (Cindra), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), concedeu, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio Cindra de



Desenvolvimento Regional 2014 – Medalha “Celso Furtado” ao Banco do Nordeste.

No evento, foram entregues medalha e diploma aos órgãos, agentes e entidades da Administração Pública de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e municípios, assim como às pessoas físicas e às jurídicas da iniciativa privada que realizaram trabalhos, ações ou programas que contribuíram para o desenvolvimento regional.

O prêmio recebido pelo Banco espelhou o reconhecimento pelo trabalho no cumprimento da missão institucional de promover o desenvolvimento regional.

**O Banco do Nordeste venceu o 10º Prêmio Relatório Bancário na categoria “Destaque 2014”**

O Banco do Nordeste venceu o 10º Prêmio Relatório Bancário, na categoria Destaque 2014, sendo considerado o banco do ano. Contribuíram para a vitória do Banco a promoção do desenvolvimento regional sustentável, programas de microcrédito urbano e rural, respectivamente Crediamigo e Agroamigo, bem como a revisão do modelo de governança para a concessão do crédito e a expansão da rede de agências da instituição, entre outros pontos.

Realizado pela agência Cantarino Brasileiro, o Prêmio Relatório Bancário é considerado o mais tradicional evento do setor financeiro. Ele é reconhecido como a principal premiação do segmento e reúne todo mercado financeiro e sua cadeia de fornecedores em sua cerimônia de premiação.

### 3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### **Ativos Totais**

Ao término de 2014, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de 13,0% em relação ao final de 2013. Nos ativos da Instituição também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 1,5 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 6,3 bilhões). O crescimento dos saldos de ativos do Banco de dezembro de 2013 para dezembro de 2014 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários e no saldo de operações de crédito.

Em 2014, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 12,3%, por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o exercício de 2014, ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 6,1 bilhões, contra R\$ 5,6 bilhões ingressados em 2013. Comparadas as posições de 31.12.2014 e 31.12.2013, percebe-se um acréscimo de 12,3% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) e de 12,8% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos, conforme **Tabela 1** adiante.

**Tabela 1 – Ativos Globais (R\$ Milhões)**

Especificação	BNB		FNE	
	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014
Disponibilidades, <sup>(*)</sup> Aplicações Interfinanceiras e TVM	19.897,0	22.748,9	1.766,4	1.530,8



Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	0,0	0,0	5.142,3	6.259,9
Relações Interfinanceiras	412,1	402,5	1.674,2	1.826,1
Operações de Crédito (Retificado por Provisões)	10.248,4	11.736,3	39.051,3	43.852,9
Outros Créditos (Retificado por Provisões)	2.998,5	3.059,9	7,1	7,9
Outros Valores e Bens	25,9	27,7	1,3	1,3
Permanente	235,6	229,7	-	-
<b>Total</b>	<b>33.817,5</b>	<b>38.205,0</b>	<b>47.642,6</b>	<b>53.478,9</b>

<sup>(\*)</sup> Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

### **Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 31.12.2014, corresponde a R\$ 13,8 bilhões, apresentando um acréscimo de R\$ 2,1 bilhões (18,3%) em relação a 31.12.2013, quando totalizava R\$ 11,7 bilhões.

Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento". Dessa forma, a Administração do Banco declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

### **Disponibilidade do FNE**

O saldo das disponibilidades do FNE foi reduzido de R\$ 1,8 bilhões em 2013 para R\$ 1,5 bilhões em 2014, representando uma variação negativa de 13,3%. O saldo dos recursos comprometidos com operações de crédito teve aumento de 21,7%, saindo de R\$ 5,1 bilhões em 2013 para R\$ 6,3 bilhões em 2014. A redução do saldo de disponibilidades é motivada, principalmente, pelo comprometimento de recursos com operações contratadas.

### **Patrimônio Líquido e Resultados**

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2014, um Patrimônio Líquido de R\$ 3,4 bilhões. O Capital Social importava em R\$ 2,8 bilhões representado por 86.371.464 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, integralizadas. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no ano de 2014, foi de 23,2% a.a.

O Lucro Líquido foi de R\$ 747,4 milhões, representando um resultado de R\$ 8,7 por ação, sendo o maior resultado financeiro já auferido na história do Banco do Nordeste, fruto da melhoria da eficiência operacional e da qualidade do risco das operações de crédito.

O FNE apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 53,5 bilhões em 2014.

## 4 DESEMPENHO OPERACIONAL

### Volume de Contratações

A contratação global do Banco do Nordeste em 2014 totalizou R\$ 25,3 bilhões, representando um crescimento de 9,1% em relação ao ano de 2013. Em termos quantitativo, atingiu o número de 4,7 milhões de operações.

Desse valor, R\$ 14,3 bilhões (56,3%) destinaram-se a financiamentos de longo prazo (que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, bem como infraestrutura, comércio e serviços), representando expansão de 1,3% em relação ao volume contratado em 2013.

Já as operações de curto prazo (que abrangem Crédito Direto ao Consumidor (CDC), capital de giro, cartão de crédito, conta garantida, câmbio, desconto e o programa Crediamigo) cresceram 21,6% nas contratações, atingindo o montante de R\$ 11,1 bilhões, conforme **Tabela 2** adiante.

**Tabela 2 - Contratações Globais**

Tipo	2013		2014		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
<b>Operações de Crédito</b>	4.287.041	23.189,9	4.711.777	25.344,9	9,3%
Longo Prazo	569.984	14.090,7	484.944	14.277,7	1,3%
Curto Prazo	3.717.057	9.099,2	4.226.833	11.067,2	21,6%
<b>Mercado de Capitais</b>	1	38,0	0	0,0	-100,0%
<b>Total</b>	<b>4.287.042</b>	<b>23.227,9</b>	<b>4.711.777</b>	<b>25.344,9</b>	<b>9,1%</b>

\* Valores em R\$ milhões.

Do valor total de empréstimos de curto prazo, R\$ 7,1 bilhões foram concedidos por meio do programa Crediamigo, correspondendo a 64,4% do volume realizado nas contratações de curto prazo, com uma expansão de 23,7% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado na **Tabela 3** adiante.

**Tabela 3 - Empréstimos de Curto Prazo**

Produto	2013		2014		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Crediamigo	3.413.430	5.760,1	3.871.871	7.124,8	23,7%
CDC/Capital de Giro	32.706	1.406,9	60.181	1.894,9	34,7%
Cartão de Crédito	-	-	19.836	69,4	-
Conta Garantida	34.001	817,7	35.308	646,1	-21,0%
Câmbio	203	790,6	282	975,4	23,4%
Desconto	236.717	323,9	239.355	356,6	10,1%
<b>Total</b>	<b>3.717.057</b>	<b>9.099,2</b>	<b>4.226.833</b>	<b>11.067,2</b>	<b>21,6%</b>

\* Valores em R\$ milhões.

Em relação ao perfil dos clientes que contrataram operações de crédito, do montante contratado em 2014 (R\$ 25,3 bilhões), 60,2% foi disponibilizado aos clientes de pequeno porte (micro e pequena empresa, pessoa física, mini e pequeno produtor rural, clientes dos programas Crediamigo e Pronaf – incluindo Agroamigo), representando R\$ 15,3 bilhões e crescimento de 11,1% em relação a 2013, conforme **Tabela 4** adiante.

**Tabela 4 - Contratação de Operações de Crédito por Porte**

Porte	2013		2014		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Pequeno	4.237.269	13.736,2	4.663.960	15.258,4	11,1%
Médio	43.891	2.933,1	42.487	2.778,6	-5,3%
Grande	5.881	6.520,6	5.330	7.307,9	12,1%
<b>Total</b>	<b>4.287.041</b>	<b>23.189,9</b>	<b>4.711.777</b>	<b>25.344,9</b>	<b>9,3%</b>

\* Valores em R\$ milhões.

Na distribuição das contratações de operações de crédito por setor econômico em 2014, os setores que mais receberam recursos foram: comércio, com aplicação de R\$ 10,8 bilhões; industrial, que contratou o valor de R\$ 6,5 bilhões; e rural, que atingiu o montante de R\$ 5,3 bilhões, conforme destaca-se adiante na **Tabela 5**. Embora, o valor atinente ao setor de infraestrutura ter refletido variação negativa, registra-se que o *ticket médio* das operações teve variação positiva de 42%, quando comparado ao exercício de 2013.

**Tabela 5 - Contratação de Operações de Crédito por Setor Econômico**

Setor	2013		2014		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Rural	534.766	5.548,3	443.101	5.252,5	-5,3%
Industrial	56.082	4.401,4	131.285	6.469,5	47,0%
Infraestrutura	23	945,9	4	233,6	-75,3%
Comércio	3.650.376	9.469,5	4.098.007	10.801,5	14,1%
Serviços	45.794	2.824,8	39.380	2.587,8	-8,4%
<b>Total</b>	<b>4.287.041</b>	<b>23.189,9</b>	<b>4.711.777</b>	<b>25.344,9</b>	<b>9,3%</b>

\* Valores em R\$ milhões.

Do valor total de operações de crédito contratadas em 2014, conforme espelha a tabela 4 acima, que totaliza R\$ 25,3 bilhões, R\$ 13,5 bilhões foram oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que representa 53,1% das aplicações totais. Desses recursos, R\$ 6,4 bilhões foram contratados por clientes de pequeno porte, o que corresponde a 47,3% do total aplicado com recursos do Fundo. Os clientes de médio porte contrataram R\$ 1,8 bilhão, representando crescimento de 28,3% em relação ao ano de 2013, e as contratações dos clientes de grande porte cresceram 10,6%, atingindo o montante de R\$ 5,3 bilhões conforme **Tabela 6** adiante.

**Tabela 6 – FNE - Contratações por porte**

Porte	2013	2014	Variação
-------	------	------	----------

	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Pequeno	555.970	6.547,7	467.598	6.368,8	-2,7%
Médio	973	1.418,8	1.049	1.820,2	28,3%
Grande	201	4.761,0	264	5.264,7	10,6%
<b>Total</b>	<b>557.144</b>	<b>12.727,5</b>	<b>468.911</b>	<b>13.453,7</b>	<b>5,7%</b>

\* Valores em R\$ milhões.

Na perspectiva dos setores econômicos, os maiores crescimentos em relação a 2013 ocorreram no setor de infraestrutura, com aumento de 107,8%, e de indústria, com 25,4%. A maior parte dos recursos contratados com a fonte FNE destinou-se ao setor rural (R\$ 5,1 bilhões que correspondem a 38,3% do volume contratado com esta fonte). Para o setor industrial foram destinados R\$ 3,7 bilhões; para o setor serviços R\$ 2,4 bilhões; para o setor de comércio R\$ 1,9 bilhão e para o setor de infraestrutura R\$ 233,6 milhões, conforme registros adiante na **Tabela 7**.

**Tabela 7 – FNE – Contratações por setor econômico**

Setor	2013		2014		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Rural	533.517	5.419,6	441.885	5.148,3	-5,0%
Industrial	3.162	2.999,3	3.955	3.761,6	25,4%
Infraestrutura	2	112,4	4	233,6	107,8%
Comércio	16.297	1.947,5	19.037	1.901,5	-2,4%
Serviços	4.166	2.248,7	4.030	2.408,7	7,1%
<b>Total</b>	<b>557.144</b>	<b>12.727,5</b>	<b>468.911</b>	<b>13.453,7</b>	<b>5,7%</b>

\* Valores em R\$ milhões.

## 5 EFICIÊNCIA OPERACIONAL

O Banco do Nordeste apresentou melhoria em sua eficiência operacional caracterizada pela gestão conjunta da margem da intermediação financeira e das receitas de prestação de serviços, em contraponto à gestão das despesas administrativas. A análise dos resultados aponta uma melhoria em nove pontos percentuais nesse indicador, comparando o exercício de 2014, com 65,2%, em relação a 74,2% em 2013. A melhoria da qualidade do risco das operações de crédito refletiu-se na redução significativa das despesas com provisionamento de crédito, em 2014, no valor R\$ 407,6 milhões, com reflexo direto na elevação da margem da intermediação financeira.

O Banco também apresentou resultado positivo em receitas de prestação de serviços, as quais atingiram o montante de R\$ 1,8 bilhão no exercício de 2014, com um acréscimo de R\$ 241,7 milhões em relação ao exercício de 2013.

As despesas administrativas no exercício de 2014 apresentaram um acréscimo de 11% em relação ao mesmo período de 2013. Ressalta-se que nesse aumento já estão computadas despesas no valor de R\$ 107,5 milhões referente ao Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) implantado em 2014.

A respeito do aumento das despesas administrativas, houve melhora na eficiência operacional, uma vez que o desempenho da margem e das receitas suplantaram sobremedida esse acréscimo.

## **6 ESTRATÉGIA EMPRESARIAL**

---

À luz da missão e visão institucionais, do posicionamento estratégico, dos valores, da análise dos ambientes externos e internos do Banco foram estabelecidos objetivos estratégicos classificados nas perspectivas institucional, financeira, clientes, processos e competências, segundo a metodologia do *balanced scorecard* (BSC).

Sob a perspectiva institucional, orientada para contribuição do Banco ao desenvolvimento regional sustentável, foram definidos objetivos estratégicos que demonstram o comprometimento do Banco do Nordeste com as políticas econômicas, sociais e ambientais do Governo Federal.

A perspectiva financeira contemplou objetivos estratégicos e fortalecimento do Banco como instituição financeira sólida, sustentável e rentável, bem como de eficiência operacional e produtividade.

A perspectiva clientes teve como foco a excelência no atendimento mantendo a liderança em microfinança e agricultura familiar, a ampliação do volume de aplicações com o segmento MPE, o apoio a empreendimentos de empresa de médio e grande porte e governo, a ampliação do relacionamento com clientes e negócios na área comercial.

A perspectiva processos teve como foco a eficiência operacional, por meio da agilidade da tecnologia da informação e comunicação (TIC), da dotação de processos e produtos competitivos na área comercial, da ampliação de canais de atendimento; e na eficiência da gestão de riscos e recuperação de créditos.

Na perspectiva competências, os objetivos foram direcionados para valorização das competências humanas por meio da aprendizagem contínua e a gestão por competências, além do aprimoramento de processos que permitissem o alinhamento organizacional e a tomada de decisões baseada em informações estratégicas.

## **7 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO POR SEGMENTO**

---

### **Agricultura Familiar**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do PRONAF no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 7,2 bilhões, o que corresponde a 1,5 milhão de operações.

No ano de 2014, o Banco contratou 431.454 financiamentos com agricultores familiares, envolvendo o total de R\$ 2,1 bilhões de recursos, dos quais 66,6% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Estão incluídas nessas

informações as operações realizadas pela metodologia Agroamigo (Microcrédito Rural).

### **Programa de Microcrédito Rural - Agroamigo**

O Agroamigo, programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste, lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, utilizando metodologia própria, adaptada às condições do meio rural.

No ano de 2014, o Banco do Nordeste financiou pelo Agroamigo R\$ 1,5 bilhão, o que representa um crescimento de 22,4% em relação aos valores contratados em 2013. O Programa contratou 406.408 operações, atingindo uma carteira ativa de R\$ 2,7 bilhões, com 940,3 mil clientes, dos quais 797.108 possuem conta corrente no Banco.

### **Programa de Crédito Fundiário**

O Banco do Nordeste financia a aquisição de propriedades rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas de financiamento e Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), ambos integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário geridos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em 2014, pelo programa Combate à Pobreza Rural foram contratadas 763 operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 32,7 milhões, sendo 724 operações, no valor total de R\$ 15 milhões, do SAT, e 39 operações, no valor total de R\$ 17,7 milhões, do SIC. No mesmo período, por meio do programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foram contratadas 182 operações, atingindo o valor total de R\$ 1,8 milhão.

### **Microfinança Urbana**

O Banco do Nordeste atua no segmento de microfinança urbana por meio do Programa Crediamigo. Em 2014, desembolsou por meio deste programa R\$ 7,1 bilhões, representando um crescimento de 23,7% em relação aos valores alcançados em 2013. O total de empréstimos desembolsados cresceu 13,8%, sendo realizadas 3,9 milhões de operações em 2014. O Crediamigo possuía, ao final de 2014, 1,9 milhão de clientes com empréstimos ativos, dos quais 45% participam do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

A ação do Banco é integrada ao Programa Crescer do Governo Federal, que visa incentivar as atividades microempresariais por meio de crédito. Em 2014 foram realizadas 1,3 milhão de operações e liberados R\$ 1,6 bilhão no âmbito do Crescer.

Uma importante diretriz do Banco diz respeito à bancarização dos clientes do Crediamigo, bem como a oferta de produtos de seguro com preços acessíveis e direcionados às necessidades das famílias de baixa renda. Neste sentido, foram abertas 468.957 contas de depósitos no decorrer do ano de 2014 no âmbito do Programa.

A inadimplência, representada pelos empréstimos em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa, ficou em 0,84%. Esse resultado demonstra a qualidade da carteira, com histórico de baixa inadimplência mesmo com um crescimento expressivo do volume de crédito.



### **Micro e Pequena Empresa**

O Banco do Nordeste financiou, no exercício de 2014, contratos no montante de R\$ 2,9 bilhões referentes às contratações com micro e pequenas empresas, por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazos, sendo R\$ 2,2 bilhões com recursos do FNE, relativas às operações de longo prazo e R\$ 758,4 milhões, em operações de crédito de curto prazo, nesse caso por meio de recursos internos.

Em 2014 foram atendidas 27.294 micro e pequenas empresas. O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 1,7 bilhão em contratações, correspondendo a 59% do total de recursos aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. Destaca-se que 54% das operações contratadas foram efetivadas na região do Semiárido.

### **Empresarial**

O segmento Empresarial é composto por empresas de Pequeno-Médio, Médio e Grande Portes, ou seja, abrange as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 3,6 milhões até R\$ 200 milhões.

Em 2014, o Banco alcançou na sua atuação no segmento Empresarial os seguintes resultados: contratações de Crédito de Curto Prazo e Câmbio no valor de R\$ 2,1 bilhões e contratações de Crédito Especializado, incluindo operações com recursos do FNE, no valor de R\$ 3,3 bilhões.

### **Corporate**

O segmento Corporate é composto por clientes que apresentam faturamento anual superior a R\$ 200 milhões.

Em 2014 foram contratadas operações de longo prazo no montante de R\$ 3,8 bilhões. Com recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) foi contratado R\$1,2 bilhão e com operações de curto prazo (Recursos Internos e Externos) foi contratado R\$ 1,0 bilhão de contratações com os clientes deste segmento.

O Saldo médio das aplicações financeiras do segmento Corporate correspondeu a R\$ 4,3 bilhões.

### **Governo**

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à Administração Pública Indireta, as ditas “não dependentes”, conforme legislação vigente.

O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como Mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de Transferências Voluntárias do Orçamento Geral da União – OGU para Estados, Municípios e entidades não governamentais.

O Banco também disponibiliza produtos e serviços voltados ao setor público, destacando-se os fundos de investimentos destinados exclusivamente a receber recursos dos regimes próprios da previdência social instituídos pelo Governo Federal, Governo dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

No exercício de 2014, as operações de crédito e captação de recursos neste segmento, alcançaram, respectivamente, o volume de R\$ 1,4 bilhão em saldo devedor e R\$ 984 milhões de saldo de captações, com um total de 1.923 clientes.



### **Agronegócios – Pessoa Física**

O Banco do Nordeste ciente da relevância do segmento para o cumprimento de sua missão, intensificou esforços em 2014 no sentido de priorizar o atendimento ao agronegócio, consolidado a partir da adoção de ações, com destaque para as seguintes:

- Criação do Programa de Armazenagem no Âmbito do FNE, nas mesmas condições do Programa de Armazenagem do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), ou seja, prazo de 15 anos;
- Assinatura de Acordos de Cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para: Implementação do programa de armazenagem na área da SUDENE, fortalecimento da pecuária e fortalecimento da fruticultura.

Em 2014, o desempenho do Banco nas contratações de operações no agronegócio - produtores pessoas físicas - atingiu o total de R\$ 1,9 bilhão com recursos do FNE. Do total contratado, 46,3% foi com os pequenos e miniprodutores rurais.

### **Pessoa Física**

A estratégia de atuação do Banco para o segmento Pessoa Física visa o atendimento a clientes sócios e funcionários de empresas públicas ou particulares, sócios de cooperativas e sindicatos de classe, profissionais liberais, aposentados do INSS e outras pessoas físicas em geral.

A Carteira de Pessoa Física encerrou o ano composta por mais de 72 mil clientes e um saldo de R\$ 255,3 milhões em operações de crédito, apresentando um crescimento de 21,3% comparado a 2013.

## **8 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO**

---

Os valores auferidos com a recuperação de crédito registraram o montante de R\$ 2,4 bilhões, propiciando recebimentos em espécie na ordem de R\$ 566,0 milhões. Foram regularizadas aproximadamente 196 mil operações, sendo 171 mil operações com a fonte FNE e 25 mil com Fonte não FNE.

Em referência ao Processo de instrução de Autorização da Cobrança Judicial (ACJ), foram realizadas efetivas melhorias de governança decorrentes da automatização e aperfeiçoamento constante das rotinas operacionais e dos instrumentos de controle e da aprovação da política de supervisão do processo, resultando em significativa melhoria no cumprimento dos prazos de execução de ACJs.

Para consecução desses resultados, as seguintes ações estratégicas foram empreendidas, a saber:

- Definição e divulgação de melhores práticas de recuperação de crédito nas áreas de controle, segurança e apoio operacionais;
- Sistematização de reuniões com parceiros institucionais externos para esclarecimentos e difusão das condicionantes necessárias à contemplação dos benefícios previstos nos Instrumentos Legais de Renegociação de Dívidas (Leis e Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN);
- Divulgação contínua em mídia externa para produtores rurais com condições de enquadramento às disposições dos instrumentos legais de renegociações de dívidas;

- Monitoramento dos resultados obtidos nas regularizações de dívidas amparadas em legislações específicas, com ênfase na Lei nº 12.844/2013, e também nas renegociações com base nas Resoluções do CMN 4.250/4.251/4.211/4.212/4.289/4.298/ 4.299/4.314, 4.315 e 4.365.
- Constante revisão do fluxo de renegociação de dívidas, com o propósito de simplificar o processo, mantendo elevados níveis de controle e governança;
- Monitoramento diário do cumprimento dos prazos normativos referentes à instrução da Autorização de Cobrança Judicial (ACJ);
- Aprovação da política de supervisão do Processo de Instrução e Processamento da Autorização de Cobrança Judicial (ACJ), com a definição das ações dos diversos níveis de supervisão;
- Criação de Campanha de Recuperação de Crédito – Dívidas Rurais em parceria com a Superintendência de Marketing e Comunicação, que vem viabilizando o contato através do Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão com os clientes responsáveis por operações que reúnam características de enquadramento na Lei nº 12.844/2013.

## **9 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE**

---

### **Desenvolvimento Regional**

O Banco do Nordeste, por meio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, atua na elaboração, promoção e difusão de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas, na coordenação e avaliação de políticas e programas, na realização de estudos, pesquisas e avaliações, produzindo e publicando também obras técnicas e outros trabalhos de interesse do Banco em parceria com instituições ligadas ao desenvolvimento regional.

Em 2014, merecem destaque duas publicações que se complementam no esforço de contribuir para o planejamento da Região: do livro “FNE 25 Anos” que, além de contar as motivações e o ambiente em que o Fundo foi criado, mostra a evolução socioeconômica da Região desde o ano de 1989 até os dias atuais e do estudo “Nordeste 2022” analisa os potenciais e obstáculos ao desenvolvimento do Nordeste nos próximos anos, numa visão de 2012 a 2022.

Como parte de seu papel de indutor do desenvolvimento e difusor de conhecimentos sobre a Região, o ETENE administra e operacionaliza os seguintes fundos: o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci); o Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (Fase) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com recursos não reembolsáveis para projetos de pesquisas, difusão de tecnologias, experiências de pesquisas, estudos socioeconômicos e projetos sociais.

As pesquisas apoiadas com recursos dos fundos (Fundeci, Fase e FDR) beneficiam o desenvolvimento de diversos setores/atividades que guardam conformidade com as peculiaridades regionais, especialmente com o semiárido, e com os aspectos econômicos, sociais e culturais da Região.

Em novembro de 2014, a Diretoria Executiva aprovou a publicação dos avisos: ETENE/FUNDECI 01.2014 – Saúde Humana, que contempla o Desenvolvimento de vacinas e antígenos contra enfermidades humanas e de animais (zoonoses) e o Desenvolvimento de fármacos e alimentos funcionais a partir da flora dos biomas

cerrado, caatinga e mata atlântica; e ETENE/FUNDECI 02.2014 – Pesquisa e Desenvolvimento de Cultivares de Grãos para superação de novas ameaças à produção. Esses editais foram disponibilizados para cadastramento e envio de projetos no primeiro semestre de 2015.

O montante disponibilizado para estes dois Avisos/editais totaliza R\$ 10,0 milhões para pesquisa e difusão, e serão concedidos às instituições convenientes em caráter não reembolsável.

Com relação a programas especiais, o Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste – Prodepro encontra-se ainda em fase de estruturação, por meio da Cooperação Técnica ATN/OC-13347-BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Dessa cooperação, destaca-se como principal produto, o Plano Diretor de Investimentos (PDI) do Prodepro que, além de ser o principal instrumento de planejamento do Programa, identifica os setores produtivos mais importantes nos 11 estados de abrangência do Prodepro (Nordeste, MG e ES), respectivos gargalos e indica os investimentos prioritários para cada setor (e em cada estado).

### **Sustentabilidade**

A Política de Responsabilidade Socioambiental é um dos pilares da ação desenvolvimentista do Banco do Nordeste, destacando-se, em 2014, as seguintes ações focadas no tema Sustentabilidade:

- Disponibilização da edição anual do Relatório de Sustentabilidade. Esse relatório está alinhado às diretrizes da Global Report Initiative (GRI) e apresenta a visão e a opinião de clientes, funcionários, fornecedores, sociedade, comunidade e outros stakeholders da instituição acerca das práticas de governança corporativa e de responsabilidade socioambiental do Banco do Nordeste desenvolvidas em 2013.
- O processo de acompanhamento dos financiamentos a projetos relacionados ao meio ambiente e à inovação registrou, em 2014, o montante de R\$ 470 milhões contratados nos programas ambientais FNE Verde, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e Pronaf Agroecologia e R\$ 605 milhões aplicados no programa FNE Inovação, superando a marca de R\$ 1 bilhão em financiamentos de projetos ambientais e de inovação.
- Em termos de parcerias institucionais, destaca-se a execução, estruturação e coordenação da cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Ministério do Meio Ambiente – MMA para promoção do manejo sustentável da Caatinga, eficiência energética e atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Além disso, estruturou-se parceria com a empresa alemã Deutsche Gesellschaft Fur Internationale Zusammenarbeit – GIZ, organização sem fins lucrativos que atua como comissária do governo federal alemão em prol do desenvolvimento sustentável. Como resultado da cooperação entre a GIZ e o Banco, foi elaborado relatório técnico com proposições para eficiência energética do Centro Administrativo do Banco do Nordeste e de uma de suas agências como piloto, o qual se encontra em análise pelas áreas do Banco envolvidas na implantação.

O Banco do Nordeste realiza anualmente campanhas de destinação de recursos de incentivos fiscais a projetos sociais no âmbito do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, da Lei de Incentivo ao Esporte e do Fundo dos Direitos do Idoso. No ano de 2014, foram destinados recursos financeiros no valor de R\$ 605

mil em favor dos Fundos da Criança e do Adolescente (FIA), atendendo dez projetos que beneficiarão 1.043 crianças e adolescentes; da mesma maneira, foi destinado o valor de R\$ 596 mil em favor dos Fundos dos Direitos do Idoso, apoiando nove projetos e 1.165 beneficiados. Além desses projetos já mencionados, também foi aplicado o valor de R\$ 606 mil a projetos sociais financiados nos termos da Lei de Incentivo ao Esporte.

Destaca-se, no âmbito das cooperações e parcerias para o desenvolvimento regional sustentável, o contrato celebrado entre o Banco do Nordeste e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no valor de R\$ 85,7 milhões, que prevê a construção de 30.133 cisternas em 37 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraíba, inserindo-se no esforço do Governo Federal para universalizar o acesso e o uso da água para populações carentes, residentes em comunidades rurais com *déficit* de abastecimento de água. No ano de 2014, 21.697 famílias foram beneficiadas com a capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos-GRH, das quais 11.977 já estão com suas cisternas construídas, sendo 11.336 cisternas de placas para armazenamento de água para consumo humano e 641 cisternas de calçadão para armazenamento de água para a produção de alimentos e criação de animais.

## 10 PRODUTOS E SERVIÇOS BANCÁRIOS

---

Em consonância com o Objetivo Estratégico “Dotar o Banco de processos e produtos competitivos na área comercial”, foram criados os seguintes produtos/serviços:

- Cartão Agronegócio: desenvolvido para suprir os clientes do Banco de recursos financeiros destinados ao custeio agropecuário. Atende produtores de qualquer porte, sendo exclusivo para a aquisição de insumos agrícolas;
- Domicílio Bancário Global Payments: o Banco do Nordeste firmou parceria com a empresa Global Payments para atuar no credenciamento de estabelecimentos comerciais de vários portes. Agora, além de emitir cartões de crédito e de débito, o Banco também atua oferecendo os equipamentos eletrônicos (maquinetas) para os estabelecimentos comerciais tendo o Banco o domicílio bancário desses negócios;
- Mobile POS: parceria com a empresa Global Payments e Nexx pago para oferta de equipamento remoto para os clientes do Crediamigo. Com este serviço, o cliente pode utilizar o equipamento remoto para realizar suas vendas com cartões de crédito/débito, sendo o Banco seu domicílio bancário;
- Cartão de Crédito CDL / FCDL: objetiva conceder, por meio do uso do Cartão Empresarial Capital de Giro, empréstimo às microempresas e empresas de pequeno e de médio porte que atuem nos ramos comercial ou de prestação de serviços e que tenham receita operacional bruta anual igual ou inferior a R\$ 16 milhões;
- Seguro Multirrisco Rural: com o objetivo de facilitar e incrementar a comercialização dos seguros dos bens dados em garantia nas operações de crédito, o Banco do Nordeste negociou condições e taxas especiais com seguradoras do pool em diversos produtos. Destinado a amparar construções, benfeitorias e instalações das propriedades agrícolas, inclusive o conteúdo dessas edificações (produtos agropecuários, mercadorias,

insumos agrícolas e equipamentos fixos) e, ainda, os animais vivos destinados à exploração econômica;

- Convênios de Arrecadação: o Banco firmou convênio com a Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Piauí (SEFAZ-PI) para arrecadação do Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços – ICMS daquele Estado. Também, firmou o convênio com a COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais para pagamento das contas dessa companhia no Banco do Nordeste;
- Seguro Vida Empresarial Super Fácil: o produto tem o objetivo de assegurar os empregados das empresas clientes do Banco do Nordeste, ampliado a oferta de negócios à rede agências do Banco.

## 11 RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

---

O relacionamento com o cliente no Banco do Nordeste envolveu ações visando melhorar e ampliar os canais de atendimento, a gestão da marca, os patrocínios, os convênios, a ouvidoria e o processo de crédito.

No que se refere à expansão dos canais de atendimento, foram inauguradas 64 novas agências, ampliando sua capilaridade e presença na Região, passando-se de 225 para 289 unidades de negócios, totalizando 1.579 localidades atendidas por pontos de atendimento físicos (redes de autoatendimento, correspondentes não bancários de outras instituições financeiras e outros). Houve um incremento de 28% na rede de agências e ampliação de 15,57% na base de clientes em relação a 2013, atingindo um total de 3.947.179 clientes.

O Centro de Relacionamento com Clientes realizou mais de 1,5 milhão de atendimentos em 2014, prestando serviços tais como: orientação empresarial voltada para negócios, administração de crédito, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento da segurança bancária, renovação de seguros e atendimento eletrônico.

As pesquisas de satisfação realizadas em 2014 mostraram que 80% dos usuários consideraram excelente ou boa a qualidade do atendimento prestado pela Ouvidoria; 80,7% dos entrevistados avaliaram como excelente ou boa a qualidade do atendimento do 2º nível do Centro de Relacionamento e o índice geral de satisfação dos clientes foi de 81,0%.

Quanto ao tema patrocínio, foi lançado o primeiro edital para seleção de projetos, com o objetivo de selecionar projetos convergentes com as diretrizes do Banco, em toda sua área de atuação. Os projetos selecionados serão implementados até 2015.

## 12 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO

---

O Banco do Nordeste, em seu Planejamento Estratégico, definiu a excelência no atendimento como um dos pilares das diretrizes corporativas. A visão do Banco ratifica essa diretriz: *“Ser o Banco preferido na Região Nordeste, reconhecido pela excelência no atendimento e efetividade na promoção do desenvolvimento sustentável”*.

Diante dessa prioridade estratégica, foi lançado o Programa Excelência no Atendimento em 2014. O Programa reúne uma série de iniciativas de várias



unidades no sentido de elevar o padrão de atendimento, consolidando-o como um diferencial competitivo do Banco.

O Programa visa gerar como benefício, prioritariamente, a elevação do nível de satisfação dos clientes, a ser atingido com aumento da agilidade e da percepção de valor pelo cliente, por meio das seguintes ações: melhorias nos canais de atendimento; Avanços na gestão do relacionamento com clientes; Inovações em produtos e serviços; Otimização e automatização de processos; Inovação tecnológica; Capacitação, reconhecimento e valorização das pessoas para a excelência no atendimento.

Em 2014, o projeto coordenou um ciclo de monitorias presenciais que abrangeu a avaliação do nível de excelência de 241 agências. Ainda, foi disponibilizado o Sistema de Gestão da Excelência no Atendimento para a gestão das iniciativas de forma descentralizada pelas unidades do Banco.

### **13 TECNOLOGIA**

---

Como parte do processo de modernização da infraestrutura de TI do Banco do Nordeste, destacam-se as seguintes iniciativas: aquisição de 250 microcomputadores-servidores distribuídos nas unidades do Banco do Nordeste, 300 totens (equipamentos que emitem e controlam senhas de atendimento), 8.767 microcomputadores-desktop para as agências, 256 terminais de autoatendimento; modernização e ampliação de toda a rede de comunicação de dados do Banco; e ampliação de 50% da capacidade do link de acesso à Internet.

Além da modernização tecnológica, ocorreu a contratação da solução de gerenciamento de disponibilidade e capacidade dos serviços de TI, com o propósito de melhorar a monitoração e propiciar ações proativas para mitigação de indisponibilidades dos sistemas e serviços de TI aos clientes.

Seguem adiante as ações realizadas em cumprimento aos acórdãos nº 748/2014 e 754/2014 do Tribunal de Contas da União (TCU): conclusão, em junho de 2014, da fase-piloto da monitoração dos principais indicadores do Programa Estratégico da Tecnologia da Informação (PETI); publicação de normativos que tratam dos seguintes temas: obrigatoriedade de análise de riscos durante o planejamento das contratações de produtos e serviços de TI; aquisição de produtos e serviços de TI com amparo em Acordo de Nível de Serviço (ANS); informações que devem estar contidas nas fundamentações das contratações de produtos e serviços de Tecnologia da Informação; diretrizes para que ocorra a avaliação do desempenho dos serviços de TI semestralmente.

### **14 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

---

Em 2014, a Diretoria Executiva aprovou revisões de estrutura organizacional das unidades do Banco, buscando maior alinhamento aos objetivos estratégicos da instituição, elevação da capacidade operacional e gerencial das unidades frente às demandas e melhoria dos controles internos, além do fortalecimento da governança corporativa. Destacamos como ações estratégicas adotadas no decurso de 2014 as alterações no disciplinamento das instâncias de decisão administrativas, com vistas ao aprimoramento do processo decisório e alinhamento com os processos da instituição e, a criação de novos Comitês de Crédito com o objetivo de fortalecer os mecanismos de controle e gestão.

Além dessas ações, visando o fortalecimento da governança corporativa, foi realizada alteração da subordinação das Superintendências de Estratégia e

Organização e de Marketing e Comunicação para a Presidência da Instituição e, revisão da estrutura organizacional do Gabinete da Presidência para inserção das atribuições relativas à assessoria institucional.

## 15 LOGÍSTICA

---

O Banco tem adotado critérios de sustentabilidade nas especificações dos bens a serem fornecidos, quando justificável e preservado o caráter competitivo do certame, além de exigir a adoção de práticas sustentáveis por parte das empresas contratadas, conforme dispõe o Decreto nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI nº 1/2010.

O novo modelo de suprimento de serviços estabeleceu a migração de contratos na modalidade de mão de obra locada para o modelo de contratação de serviços e o acompanhamento do processo de desmobilização de terceirizados junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão /DEST, em cumprimento do Acórdão nº 2303/2012 – TCU – Plenário (monitoramento do Acórdão nº 2132/2010, de 25.08.2010). No período de 01.01.2012 a 31.12.2014 foram desmobilizados 1.236 colaboradores terceirizados.

## 16 GOVERNANÇA CORPORATIVA

---

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste, estão presentes a Assembleia Geral, o Conselho de Administração - composto por seis membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e pela Auditoria Interna - e a Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e por seis diretores estatutários. O Banco do Nordeste mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal.

Além do próprio Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, como balizadores das ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis existentes e são importantes instrumentos da Governança Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

Há que se destacar que, em alinhamento às práticas adotadas no mercado e com o propósito de envolver todos os gestores na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diferentes negócios, o Banco do Nordeste tem normalizadas as definições relativas às alçadas administrativas e as atribuições, assim como a composição e as regras de funcionamento de todos os seus colegiados não estatutários, responsáveis por decisões administrativas.

Nas relações institucionais estabelecidas pelo Banco, é observado o Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, disponibilizado na *Internet* para todos os interessados. Esse código se destaca como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na instituição.

## 17 GESTÃO DE RISCOS

---

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais desta instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de



liquidez e operacional que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, estabelecendo regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

A gestão dos riscos é segmentada em risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional. Com coordenação única, essa gestão permite a sinergia de ações como a disseminação da cultura de gestão de riscos desejada e das atividades realizadas. Utiliza os canais internos de comunicação, inclusive os cursos de treinamento para gerentes intermediários e de formação bancária para empregados recém-ingressados no Banco.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, controles internos e segurança corporativa apresenta-se unificada no nível estratégico e específica quanto as suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação da atividade.

As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos, controles internos e segurança corporativa encontram-se descritas na tabela a seguir.

**Quadro 1 – Estrutura de Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança Corporativa**

UNIDADE	RESPONSABILIDADE REFERENTE À GESTÃO DE RISCOS
Conselho de Administração	Aprovar políticas de riscos, controles internos e segurança corporativa.
Diretoria Executiva	Definir políticas de riscos, controles internos e segurança corporativa e submetê-las ao Conselho de Administração; Aprovar limites operacionais; Aprovar metodologias de gestão.
Diretoria de Controle e Risco	Coordenar a implementação das políticas de risco, controles internos e segurança corporativa; Monitorar o desempenho das áreas gestoras de riscos, controles internos e segurança corporativa;
Comitê de Gestão de Riscos	Apreciar e deliberar sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas a instâncias superiores, bem como sobre aquelas a serem implementadas pelas instâncias inferiores
Comitê de Segurança Corporativa (COSEG)	Apreciar os aspectos relacionados com os segmentos de Segurança da Informação, Segurança Bancária, Segurança em Pessoas e do Trabalho. Compete, ainda, ao COSEG apreciar acerca dos casos suspeitos de indícios de lavagem de dinheiro, previstos na Lei 9.613/98.
Subcomitê Tático-Operacional de Gestão de Riscos	Tomar decisões de caráter tático-operacional que ofereça subsídios para o Comitê de Gestão de Riscos.
Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos	Coordenar a gestão operacional dos riscos, controles internos e segurança corporativa, e monitorar os seus resultados.
Ambiente de Gestão de Riscos	Gerenciar em nível corporativo os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional. Propor a definição de metodologias e modelos de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. Promover a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco.
Ambiente de Controles Internos	Gerenciar em nível corporativo os controles internos.

UNIDADE	RESPONSABILIDADE REFERENTE À GESTÃO DE RISCOS
	Propor a definição de metodologias e modelos de gestão de controles internos. Promover a disseminação da cultura de controles internos no Banco.
Ambiente de Segurança Corporativa	Gerenciar em nível institucional a segurança corporativa. Propor a definição de metodologias e modelos de gestão de segurança corporativa. Promover a disseminação da cultura de segurança corporativa no Banco.
Unidades gestoras dos produtos, serviços, sistemas e processos expostos aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional	Gerenciar os riscos relacionados aos produtos, serviços, sistemas e processos que administram, e respectivos controles internos, de acordo com as metodologias e modelos definidos.

Fonte: Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança.

Para garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o Banco conta, em sua estrutura, com o Comitê de Gestão de Riscos, que se reúne, ordinariamente, uma vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

No risco de crédito, destacam-se as seguintes ações em 2014:

- Novo Modelo de Concessão de Limites para Instituições Financeiras;
- Realização de teste de estresse da carteira de crédito;
- Novo modelo de mensuração de perdas em International Financial Reporting Standards (IFRS);
- Aperfeiçoamento das ações de monitoramento do risco de concentração da Carteira de Crédito;
- Monitoramento das operações aprovadas pelos Comitês Estaduais especificamente quanto ao objetivo de manter no mínimo 80% da carteira de crédito nos níveis de risco de “AA” até “C”;
- Monitoramento da movimentação entre classes de *rating* da carteira de crédito (índices de mobilidade e estabilidade).

Com relação ao risco de mercado e de liquidez, destacam-se as ações a seguir:

- Implementação em relatório diário de indicadores de risco de liquidez intradia;
- Participação de estudo de caso do BACEN sobre o indicador de risco de Liquidez de Curto Prazo – LCR;
- Automatização do cálculo da parcela de exposição aos riscos de taxas de juros da carteira bancária – Rban;
- Automatização de cálculos de testes de estresse e testes de aderência;
- Proposta de Licitação/Contratação – PLC para aquisição de Sistema Integrado e Gerencial de Risco de Crédito, Mercado e Liquidez.

No tocante à gestão do risco operacional, destacam-se as seguintes ações:

- Qualificação de eventos de perdas operacionais observando a Arquitetura Organizacional vigente.
- Realização do cálculo da Parcela de Alocação de Capital – Modelo Básico BIA;

- Aplicação de Metodologia de Autoavaliação em Processos – RCSA, nos processos negociais e de suporte da Instituição;
- Acompanhamento de ações mitigadoras de riscos em processos negociais e de suporte da Instituição.
- Revisão do curso Gestão de Risco Operacional na plataforma da Comunidade Virtual de Aprendizagem (CVA);
- Acompanhamento, orientação/facilitação dos cursos “Gestão do Risco Operacional e “O Risco” na CVA.

## 18 CONTROLES INTERNOS

---

O Sistema de Controle Interno do Banco do Nordeste tem como pilares: as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; e o elevado grau de compromisso de seu pessoal em atuar com competência e com ampla transparência.

Ações implementadas em 2014 para o fortalecimento dos controles internos no Banco do Nordeste, bem como para o aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados nas atividades de certificação merecem destaque, a saber:

- Implantação de metodologia de cálculo de *rating* de conformidade das Centrais de Crédito do Banco;
- Revisão da metodologia de cálculo do *rating* das agências;
- Realização do Pinçamento de Operações, que consiste na seleção aleatória de operações para certificação de conformidade;
- Monitoramento de Eventos em Regras de Negócio que busca mitigar riscos decorrentes de possíveis falhas humanas e/ou de processo, reforçar o cumprimento das normas, evitar possíveis perdas operacionais e conscientizar os gestores por meio do acompanhamento do funcionamento das regras de negócios automatizadas;
- Avaliação do Processo de Crédito do PRONAF;
- Avaliação do Processo de Recuperação de Crédito;
- Exame do Prazo Médio de Desembolso de Crédito;
- Criação de faixas para realização de desembolsos de crédito pelas agências, em função dos níveis de conformidade apurados para essas unidades;

## 19 GESTÃO DE PESSOAS

---

O Banco do Nordeste encerrou o ano de 2014 com 6.972 empregados. Destaca-se o cumprimento à Lei da Aprendizagem Profissional nº 10.097, que busca promover a formação técnico-profissional dos 313 Bolsistas de Nível Médio, 598 Bolsistas de Nível Superior e 274 Jovens Aprendizes constantes em seu quadro.

No decorrer do ano de 2014, diversas ações alinhadas de forma direta ou indireta com o planejamento estratégico do Banco foram desenvolvidas. Dentre essas ações podem ser destacadas: Convocação de 1.710 novos empregados; realização de concurso público para Analista Bancário, no qual foram aprovados 1.432 candidatos; implantação do Plano de Incentivo ao Desligamento, o que acarretou o desligamento de 532 empregados; implantação do benefício do Vale

Cultura destinado aos empregados que recebem remuneração contratual de até 5 (cinco) salários mínimos mensais; implementação de ações para o cumprimento da Lei 12.813/2013, que trata do conflito de interesses e autorização para o exercício de atividade privada.

Além dessas ações, o programa de Educação Formal ofertou 205 novas oportunidades, das quais 53 para programas de graduação, 140 para especialização e *Master of Business Administration* (MBA) e 12 para mestrado.

Nesse mesmo período, foram ofertadas 39.522 oportunidades de capacitação, entre programas de educação à distância, cursos presenciais e educação formal.

## **20 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS FUNCIONÁRIOS**

---

### **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste - CAPEF**

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste - Capef é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, criada em 1967 que administra um patrimônio de R\$ 3,4 bilhões, referente a dois planos previdenciários: o plano de Benefício Definido – BD, plano fechado para ingresso de novos participantes e o Plano de Contribuição Variável - CV I, criado em 2010 como uma solução previdenciária para empregados.

Com o fortalecimento da governança e o desempenho dos investimentos impulsionado por uma eficiente estratégia na gestão dos recursos, o plano BD obteve, no ano de 2014, uma rentabilidade de 14,6% ao ano equivalente a 118,0% da sua meta atuarial de 12,3%, representando a geração de uma receita adicional de R\$ 92 milhões. Com esse resultado foi possível alcançar dois grandes objetivos estratégicos:

1 – A redução da meta atuarial do plano BD, de INPC + 5,75% ao ano para INPC + 5,50% ao ano, conforme estabelecido na legislação em vigor; e

2 – A rentabilidade apurada no exercício possibilitou à Caped aprovar um reajuste de 7,3% nos benefícios do plano em 2015, superior ao INPC de 6,2%, proporcionando a recomposição de parte do reajuste concedido abaixo da inflação no ano de 2009, quando a meta atuarial não foi alcançada.

O Plano BD encerrou o ano de 2014 com 1.981 participantes ativos, 3.584 aposentados e 1.135 pensionistas.

O Plano CV I, criado em maio de 2010, é um plano que está em fase de acumulação de reservas. Em 2014, o Plano CV I obteve uma rentabilidade de 12,9% ao ano equivalente a 105,0% de sua meta atuarial de 12,3%.

O Plano CV I encerrou o ano com 4.791 participantes ativos, um aposentado e dez pensionistas. No ano de 2014, com o trabalho de divulgação realizado pela Caped em parceria com o Banco do Nordeste, o plano obteve percentual de adesão de 88,3% dos funcionários que ingressaram no Banco.

### **Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste - CAMED**

A Camed foi criada em 1979 para prestar assistência médico-hospitalar e odontológica aos funcionários do Banco do Nordeste e seu grupo familiar. Hoje, o Grupo Camed conta com tres empresas: Camed Saúde, que presta assistência médico-hospitalar e odontológica aos funcionários do Banco do Nordeste; Camed Corretora de Seguros e Creche Paulo VI.

A Camed Saúde dispõe de uma carteira de 39.758 beneficiários e está presente em todo o Brasil com a sua rede credenciada ou por meio de Intercâmbios (convênio de reciprocidade com outras operadoras de planos de saúde). A Camed Saúde é parte integrante das políticas de recursos humanos do Banco do Nordeste e, dentro dessa linha de cuidado e prevenção com os funcionários da ativa e aposentados, prestou os seguintes atendimentos em 2014: Programa Amigo da Família – 288 Atendidos; Prevenção Odontológica - 9.480 Atendidos; Clinicamed - 3.478 Atendidos; Promovendo Saúde - 2.575 Atendidos e 55 ações.

No mês de agosto/2014 foi realizada a venda da carteira de clientes da Camed Vida para a Unimed Norte/Nordeste, em operação legal e autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O processo de alienação, realizado com extrema responsabilidade, evidenciou o novo posicionamento estratégico do Grupo Camed, que passou a ter como foco de atendimento o público de autogestão, resultando no fortalecimento e consolidação da Camed Saúde.

A Creche Paulo VI atua em Fortaleza e fechou o ano de 2014 com sua capacidade de atendimento ocupada com 140 crianças matriculadas, sendo 114 dependentes de empregados do Banco do Nordeste.

A Camed Corretora está presente em todo o Brasil, por intermédio das Agências do Banco, e encerra o ano de 2014 com previsão de cifra recorde de R\$ 29,0 milhões em receita de comissão representando um crescimento de 25,0% em relação a 2013. O lucro final previsto está na ordem de R\$ 4,8 milhões, representando o dobro do resultado auferido em 2013.

## **21 INFORMAÇÕES LEGAIS**

---

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no ano de 2014, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ  
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

**A T I V O**

		31.12.2014	31.12.2013
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>22.630.574</b>	<b>15.349.319</b>
DISPONIBILIDADES .....	(Nota 5)	197.642	155.909
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ .....	(Nota 6.a)	8.244.319	7.737.065
Aplicações no Mercado Aberto .....		8.167.819	7.606.592
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros .....		76.500	130.473
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	(Nota 7)	6.053.427	690.164
Carteira Própria .....		3.859.220	690.083
Vinculados a Compromissos de Recompra .....		1.700.827	-
Instrumentos Financeiros Derivativos .....		281.551	81
Vinculados à Prestação de Garantias .....		211.829	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS .....		345.873	369.442
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar .....		1.297	1.236
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central .....	(Nota 8.a)	313.791	351.120
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural .....	(Nota 8.a)	28.387	14.492
Repasses Interfinanceiros .....		1.281	1.130
Correspondentes .....		1.117	1.464
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....		5.263.251	4.365.875
Operações de Crédito .....	(Nota 9.a)	5.614.124	4.751.089
Setor Público .....		180.390	158.847
Setor Privado .....		5.433.734	4.592.242
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 9.a)	(350.873)	(385.214)
OUTROS CRÉDITOS .....		2.498.388	2.004.904
Carteira de Câmbio .....	(Nota 10.b)	672.788	540.994
Rendas a Receber .....	(Nota 10.c)	11.986	9.568
Negociação e Intermediação de Valores .....	(Nota 10.d)	4	4
Diversos .....	(Nota 10.e)	1.838.798	1.471.727
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 10.f)	(25.188)	(17.389)
OUTROS VALORES E BENS .....		27.674	25.960
Outros Valores e Bens .....		10.550	5.654
(Provisões para Desvalorizações) .....		(694)	(695)
Despesas Antecipadas .....		17.818	21.001
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....		<b>15.344.660</b>	<b>18.232.580</b>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	(Nota 7)	8.253.491	11.313.849
Carteira Própria .....		7.833.371	9.547.043
Vinculados a Compromissos de Recompra .....		56.751	1.126.481
Instrumentos Financeiros Derivativos .....		225.736	337.967
Vinculados à Prestação de Garantias .....		137.633	302.358
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS .....		56.648	42.634
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural .....	(Nota 8.a)	16	554
SFH - Sistema Financeiro da Habitação .....	(Nota 8.a)	54.710	39.254
Repasses Interfinanceiros .....		1.922	2.826
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....		6.473.046	5.882.508
Operações de Crédito .....	(Nota 9.a)	6.987.688	6.373.679
Setor Público .....		1.182.396	1.211.833
Setor Privado .....		5.805.292	5.161.846
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 9.a)	(514.642)	(491.171)
OUTROS CRÉDITOS .....		561.475	993.589
Rendas a Receber .....	(Nota 10.c)	18.048	18.049
Diversos .....	(Nota 10.e)	589.885	1.022.017
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 10.f)	(46.458)	(46.477)
<b>PERMANENTE</b> .....	(Nota 12)	<b>229.758</b>	<b>235.604</b>
INVESTIMENTOS .....		1.879	1.825
Outros Investimentos .....		7.182	7.128
(Provisão para Perdas) .....		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO .....		211.314	220.993
Imóveis de Uso .....		157.972	159.881
Reavaliações de Imóveis de Uso .....		107.628	105.410
Outras Imobilizações de Uso .....		252.848	235.024
(Depreciações Acumuladas) .....		(307.134)	(279.322)
INTANGÍVEL .....		16.406	12.308
Ativos Intangíveis .....		16.406	12.308
DIFERIDO .....		159	478
Gastos de Organização e Expansão .....		1.199	2.008
(Amortização Acumulada) .....		(1.040)	(1.530)
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>38.204.992</b>	<b>33.817.503</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013  
Direção Geral e Agências no País  
(Valores em R\$ Mil)

**PASSIVO**

		31.12.2014	31.12.2013
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>16.431.052</b>	<b>13.285.888</b>
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.b)	6.244.818	5.910.777
Depósitos a Vista.....		175.199	244.175
Depósitos de Poupança.....		1.956.179	1.872.563
Depósitos Interfinanceiros.....		1.212.009	774.655
Depósitos a Prazo.....		2.901.431	3.019.384
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	(Nota 13.c)	1.699.988	1.127.212
Carteira Própria.....		1.699.988	1.073.895
Carteira de Terceiros.....		-	53.317
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	(Nota 15)	891.420	19.488
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		83.372	9.621
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		808.048	9.867
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		939	1.805
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		939	1.805
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		9.243	5.409
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		9.235	5.399
Transferências Internas de Recursos.....		8	10
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS.....	(Nota 14.b)	1.066.651	777.276
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		-	19.416
Empréstimos no Exterior.....		1.066.651	757.860
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	(Nota 14.c)	144.935	156.842
Tesouro Nacional.....		659	230
BNDES.....		115.918	132.408
FINAME.....		28.358	24.204
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	(Nota 7.c)	-	978
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	978
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	(Nota 14.d)	114.573	101.113
Repasse do Exterior.....		114.573	101.113
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		6.258.485	5.184.988
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	(Nota 16.a)	2.677	1.798
Carteira de Câmbio.....	(Nota 16.b)	2.208	10.830
Sociais e Estatutárias.....	(Nota 16.c)	160.668	61.835
Fiscais e Previdenciárias.....	(Nota 16.d)	438.165	487.475
Negociação e Intermediação de Valores.....	(Nota 16.e)	91	68
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.f)	3.994.320	3.103.568
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	(Nota 17)	83.648	78.471
Diversas.....	(Nota 16.i)	1.576.708	1.440.943
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> .....		<b>18.406.131</b>	<b>17.491.785</b>
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.b)	5.680.609	5.080.669
Depósitos a Vista.....		-	8.819
Depósitos Interfinanceiros.....		213.706	102.711
Depósitos a Prazo.....		5.466.903	4.969.139
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	(Nota 13.c)	56.359	50.383
Carteira Própria.....		56.359	50.383
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	(Nota 15)	794.542	1.467.778
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		40	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		794.502	1.467.778
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	(Nota 14.c)	1.486.152	1.549.999
Tesouro Nacional.....		-	468
BNDES.....		1.348.109	1.395.929
FINAME.....		138.043	153.602
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	(Nota 7.c)	-	416
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	416
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	(Nota 14.d)	732.642	745.417
Repasse do Exterior.....		732.642	745.417
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		9.655.827	8.597.123
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.f)	4.658.540	3.983.648
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	(Nota 17)	1.272.892	1.194.110
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.....	(Nota 18)	1.605.289	1.455.982
Diversas.....	(Nota 16.i)	2.119.106	1.963.383
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	(Nota 19)	<b>3.367.809</b>	<b>3.039.830</b>
CAPITAL.....		2.844.000	2.437.000
De Domiciliados no País.....		2.844.000	2.437.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....		19.394	20.610
RESERVAS DE LUCROS.....		687.911	590.649
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....		(183.496)	(8.045)
(AÇÕES EM TESOUREIRA).....		-	(384)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....		<b>38.204.992</b>	<b>33.817.503</b>



**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

		2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>		<b>2.605.563</b>	<b>4.361.334</b>	<b>3.710.087</b>
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.030.846	1.818.600	1.852.087
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários .....	(Nota 7.b)	1.220.219	2.243.276	1.571.906
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos .....	(Nota 7.d)	215.413	103.453	108.779
Resultado de Operações de Câmbio .....	(Nota 11.b)	126.613	157.542	149.888
Resultado das Aplicações Compulsórias .....	(Nota 8.b)	12.472	36.208	19.976
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....		-	2.255	7.451
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>		<b>(1.915.865)</b>	<b>(3.101.137)</b>	<b>(2.709.910)</b>
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(829.811)	(1.355.189)	(1.059.657)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(864.521)	(1.320.360)	(949.663)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	(Nota 9.e)	(221.533)	(425.588)	(700.590)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>		<b>689.698</b>	<b>1.260.197</b>	<b>1.000.177</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS .....</b>	(Nota 20)	<b>(61.864)</b>	<b>(128.399)</b>	<b>(448.959)</b>
Receitas de Prestação de Serviços.....		920.349	1.844.409	1.602.674
Rendas de Tarifas Bancárias.....		23.427	37.832	32.603
Despesas de Pessoal:				
Despesas de Pessoal.....		(684.856)	(1.382.571)	(1.116.935)
Benefícios Pós- Emprego.....		(72.376)	(136.128)	(157.616)
Outras Despesas Administrativas.....		(476.878)	(901.328)	(825.507)
Despesas Tributárias.....		(114.704)	(236.659)	(218.792)
Outras Receitas Operacionais.....		823.808	1.645.335	1.377.743
Outras Despesas Operacionais.....		(480.634)	(999.289)	(1.143.129)
<b>RESULTADO OPERACIONAL .....</b>		<b>627.834</b>	<b>1.131.798</b>	<b>551.218</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....</b>		<b>4.809</b>	<b>5.650</b>	<b>5.066</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES..</b>		<b>632.643</b>	<b>1.137.448</b>	<b>556.284</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....</b>	(Nota 21)	<b>(169.463)</b>	<b>(299.426)</b>	<b>(166.470)</b>
Provisão para Imposto de Renda.....		(40.526)	(113.160)	(140.671)
Provisão para Contribuição Social .....		(27.976)	(73.019)	(89.785)
Ativo Fiscal Diferido.....		(100.961)	(113.247)	63.986
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....</b>		<b>(41.842)</b>	<b>(90.672)</b>	<b>(29.457)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO.....</b>		<b>421.338</b>	<b>747.350</b>	<b>360.357</b>
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....</b>	(Nota 19.d)	<b>(77.594)</b>	<b>(152.551)</b>	<b>(117.819)</b>
Nº de Ações (em mil) .....		86.371	86.371	87.002
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$).....		4,88	8,65	4,14

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014  
 Direção Geral e Agências no País  
 (Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTRAS				
<b>SALDOS EM 31.12.2012</b>	<b>2.142.000</b>	-	<b>22.904</b>	<b>130.054</b>	<b>295.440</b>	-	<b>(218.392)</b>	<b>312.129</b>	<b>(384)</b>	<b>2.683.751</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL										
Ajustes de TVM.....							(348.124)			(348.124)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							558.471			558.471
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reserva:										
Transferência p/Aumento de Capital.....		295.000			(295.000)					
Incorporação ao Capital .....	295.000	(295.000)								
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva (Líquido dos efeitos tributários)			(2.294)					2.294		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....								360.357		360.357
Destinações:										
Reservas.....				18.018	426.763			(444.781)		
Dividendos e JCP.....								(125.729)		(176.164)
Provisão para Dividendos/JCP .....								(38.364)		(38.364)
Dividendos Adicionais Propostos(Dividendos e JCP) .....								(65.809)		
Outros (Provisão do IR sobre JCP do Exercício).....								(97)		(97)
<b>SALDOS EM 31.12.2013.....</b>	<b>2.437.000</b>	-	<b>20.610</b>	<b>148.072</b>	<b>427.203</b>	<b>15.374</b>	<b>(8.045)</b>	-	<b>(384)</b>	<b>3.039.830</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....</b>	<b>295.000</b>	-	<b>(2.294)</b>	<b>18.018</b>	<b>131.763</b>	<b>15.374</b>	<b>210.347</b>	<b>(312.129)</b>	-	<b>356.079</b>
<b>SALDOS EM 31.12.2013.....</b>	<b>2.437.000</b>	-	<b>20.610</b>	<b>148.072</b>	<b>427.203</b>	<b>15.374</b>	<b>(8.045)</b>	-	<b>(384)</b>	<b>3.039.830</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL										
Ajustes de TVM.....							(14.064)			(14.064)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							(161.387)			(161.387)
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reserva:										
Transferência p/Aumento de Capital.....		407.000			(407.000)					
OUTROS EVENTOS:										
Aquisição de Ações em Tesouraria.....					(19.518)				384	(19.134)
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva (Líquido dos efeitos tributários)			(1.216)					724		(492)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....								747.350		747.350
Destinações:										
Reservas.....				37.367	461.324			(498.691)		
Provisão para Dividendo/JCP.....								(176.606)		(176.606)
Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP).....								(72.777)		(32.314)
Dividendos Adicionais de 2013 aprovados (Dividendos e JCP)										(15.374)
<b>SALDOS EM 31.12.2014.....</b>	<b>2.437.000</b>	<b>407.000</b>	<b>19.394</b>	<b>185.439</b>	<b>462.009</b>	<b>40.463</b>	<b>(183.496)</b>	-	-	<b>3.367.809</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....</b>	-	<b>407.000</b>	<b>(1.216)</b>	<b>37.637</b>	<b>34.806</b>	<b>25.089</b>	<b>(175.451)</b>	-	<b>384</b>	<b>327.979</b>
<b>SALDOS EM 30.06.2014.....</b>	<b>2.437.000</b>	<b>407.000</b>	<b>20.556</b>	<b>164.373</b>	<b>201.398</b>	<b>31.242</b>	<b>(47.347)</b>	-	-	<b>3.214.222</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL										
Ajustes de TVM.....							31.762			31.762
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							(167.911)			(167.911)
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização da Reserva (Líquido dos efeitos tributários)			(1.162)					1.162		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								421.338		421.338
Destinações:										
Reservas.....				21.066	260.611			(281.677)		
Provisão para Dividendo/JCP).....								(99.288)		(99.288)
Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP).....								(41.535)		(32.314)
<b>SALDOS EM 31.12.2014.....</b>	<b>2.437.000</b>	<b>407.000</b>	<b>19.394</b>	<b>185.439</b>	<b>462.009</b>	<b>40.463</b>	<b>(183.496)</b>	-	-	<b>3.367.809</b>
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....</b>	-	-	<b>(1.162)</b>	<b>21.066</b>	<b>260.611</b>	<b>9.221</b>	<b>(136.149)</b>	-	-	<b>153.587</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2014**  
 Direção Geral e Agências no País  
 (Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro Líquido do Período.....</b>	<b>421.338</b>	<b>747.350</b>	<b>360.357</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido:</b>			
Despesas de Depreciação e Amortização.....	17.973	37.040	35.411
Provisão/(Reversão) para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	-	1	(65)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	214.214	404.810	686.142
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa .....	7.319	20.778	14.448
Provisão para Passivos Contingentes (Riscos do FNE) .....	231.845	428.297	560.932
Provisão para Passivos Contingentes.....	65.243	108.480	190.804
Provisão (Benefícios pós-emprego) .....	69.336	133.088	157.616
Reversão de Provisões Operacionais .....	(102.505)	(128.595)	(22.214)
<b>Lucro Líquido Ajustado.....</b>	<b>924.763</b>	<b>1.751.249</b>	<b>1.983.431</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	325.078	107.291	(3.184)
Relações Interfinanceiras e Interdependências .....	141.259	12.523	(63.918)
Operações de Crédito.....	(1.496.429)	(1.892.724)	(410.196)
Outros Créditos.....	(104.549)	159.610	140.586
Outros Valores e Bens.....	2.568	3.253	(1.399)
Depósitos.....	1.138.004	933.981	1.170.007
Captações no Mercado Aberto .....	374.244	578.752	357.080
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	264.457	198.696	93.021
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	523.498	214.306	75.150
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(250.757)	(170.633)	(151.603)
Outras Obrigações.....	(992.573)	1.413.905	(800.807)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(173.085)	(293.844)	(417.638)
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....</b>	<b>676.478</b>	<b>3.016.365</b>	<b>1.970.530</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Títulos e Valores Mobiliários .....	(1.516.027)	(2.147.730)	(406.095)
Inversões em Investimentos.....	(36)	(63)	(105)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(22.349)	(31.189)	(58.210)
Inversões em Intangível.....	(1.603)	(4.098)	(12.308)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(5.338)	(5.491)	(369)
Alienação de Investimentos.....	9	9	-
Alienação de Imobilizado de Uso.....	3.556	4.147	1.170
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	485	525	479
<b>CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....</b>	<b>(1.541.303)</b>	<b>(2.183.890)</b>	<b>(475.438)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos.....	(108.284)	(157.063)	(241.996)
Ações em Tesouraria.....	-	(19.134)	-
<b>CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....</b>	<b>(108.284)</b>	<b>(176.197)</b>	<b>(241.996)</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>(973.109)</b>	<b>656.278</b>	<b>1.253.096</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
No Início do Período.....	9.338.570	7.709.183	6.456.087
No Fim do Período.....	8.365.461	8.365.461	7.709.183
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>(973.109)</b>	<b>656.278</b>	<b>1.253.096</b>

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2014	%	31.12.2014	%	31.12.2013	%
<b>RECEITAS</b>	<b>3.675.789</b>		<b>6.469.683</b>		<b>4.884.455</b>	
Intermediação Financeira	2.605.563		4.361.334		3.710.087	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	943.776		1.882.241		1.635.277	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(221.533)		(425.588)		(700.590)	
Outras Receitas/Despesas	347.983		651.696		239.681	
<b>DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.694.332)</b>		<b>(2.675.549)</b>		<b>(2.009.320)</b>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(444.756)</b>		<b>(839.538)</b>		<b>(772.826)</b>	
Materiais, Energia e Outros	(35.654)		(66.876)		(66.784)	
Serviços de Terceiros	(229.815)		(431.505)		(393.279)	
<b>Outras</b>	<b>(179.287)</b>		<b>(341.157)</b>		<b>(312.763)</b>	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(81.208)		(170.298)		(164.962)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(26.034)		(41.625)		(27.452)	
Transportes	(11.397)		(21.371)		(18.824)	
Segurança	(19.202)		(35.948)		(29.899)	
Viagens	(7.569)		(15.056)		(14.597)	
Outras	(33.877)		(56.859)		(57.029)	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>1.536.701</b>		<b>2.954.596</b>		<b>2.102.309</b>	
<b>RETENÇÕES</b>	<b>(17.973)</b>		<b>(37.040)</b>		<b>(35.411)</b>	
Depreciação, amortização e exaustão	(17.973)		(37.040)		(35.411)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>1.518.728</b>		<b>2.917.556</b>		<b>2.066.898</b>	
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>1.518.728</b>		<b>2.917.556</b>		<b>2.066.898</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>1.518.728</b>		<b>2.917.556</b>		<b>2.066.898</b>	
<b>PESSOAL</b>	<b>689.277</b>	<b>45,4</b>	<b>1.403.577</b>	<b>48,1</b>	<b>1.127.319</b>	<b>54,5</b>
<b>REMUNERAÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>501.239</b>	<b>33,0</b>	<b>1.048.730</b>	<b>35,9</b>	<b>777.935</b>	<b>37,6</b>
Proventos	459.397		958.058		748.478	
Participação nos lucros	41.842		90.672		29.457	
<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>153.556</b>	<b>10,1</b>	<b>290.397</b>	<b>10,0</b>	<b>292.464</b>	<b>14,1</b>
Provisões (Benefícios pós-emprego)	72.376		136.128		157.616	
Benefícios - Outros	81.180		154.269		134.848	
<b>FGTS</b>	<b>34.482</b>	<b>2,3</b>	<b>64.450</b>	<b>2,2</b>	<b>56.920</b>	<b>2,8</b>
<b>IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>393.964</b>	<b>25,9</b>	<b>741.879</b>	<b>25,4</b>	<b>561.952</b>	<b>27,2</b>
Federais	381.796		719.911		544.570	
Estaduais	24		91		86	
Municipais	12.144		21.877		17.296	
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>	<b>14.149</b>	<b>0,9</b>	<b>24.750</b>	<b>0,8</b>	<b>17.270</b>	<b>0,8</b>
Aluguéis	14.149		24.750		17.270	
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>421.338</b>	<b>27,7</b>	<b>747.350</b>	<b>25,6</b>	<b>360.357</b>	<b>17,4</b>
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>77.594</b>	<b>5,1</b>	<b>152.551</b>	<b>5,2</b>	<b>117.819</b>	<b>5,7</b>
União	39.573		77.801		111.016	
Outros	38.021		74.750		6.803	
<b>DIVIDENDOS</b>	<b>63.228</b>	<b>4,2</b>	<b>96.831</b>	<b>3,3</b>	<b>112.180</b>	<b>5,4</b>
União	32.246		49.383		105.589	
Outros	30.982		47.448		6.591	
<b>LUCROS RETIDOS NO PERÍODO</b>	<b>280.516</b>	<b>18,5</b>	<b>497.968</b>	<b>17,1</b>	<b>130.358</b>	<b>6,3</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

### Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 12- Permanente	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 13- Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas	Nota 29- Partes Relacionadas
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	Nota 31- Outras Informações
Nota 16- Outras Obrigações	

#### NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

#### NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);

- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

### **NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis**

#### **a) Moeda Funcional**

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

#### **b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados**

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério “*pro rata temporis*”.

#### **c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo**

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

#### **d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

#### **e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

#### **f) Títulos e Valores Mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

**Títulos para Negociação:** são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

**Títulos Disponíveis para Venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

**Títulos Mantidos até o Vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

**g) Instrumentos Financeiros Derivativos**

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de “*swap*”, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de “*swap*” são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação no valor de mercado registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

**h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

**i) Despesas Antecipadas**

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

**j) Permanente**

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.



Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

Intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis são compostos pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação e terão sua vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e serão amortizados linearmente. Quando aplicável, serão ajustados por perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (Nota 12.d).

#### **k) Tributos**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

#### **l) Benefícios a Empregados**

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável", plano de assistência médica, do tipo "benefício definido" e seguro de vida em grupo, do tipo "benefício definido".

Para os planos do tipo "benefício definido" e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

#### **m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)**

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

#### **n) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e na Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

#### **o) Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

#### **p) Resultado por Ação**

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

#### **NOTA 4 – Informações por Segmento**

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

**a) Carteira Própria** – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

**b) FNE** – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 31.12.2014 e 31.12.2013.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Especificação	2º Sem/2014			01.01 a 31.12.2014			01.01 a 31.12.2013		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
<b>Receitas</b>	<b>2.310.285</b>	<b>1.123.895</b>	<b>3.434.180</b>	<b>3.891.448</b>	<b>2.120.871</b>	<b>6.012.319</b>	<b>3.410.156</b>	<b>1.682.739</b>	<b>5.092.895</b>
Receitas de Operações de Crédito	1.030.846	-	1.030.846	1.818.600	-	1.818.600	1.852.087	-	1.852.087
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	650.402	569.817	1.220.219	1.206.667	1.036.609	2.243.276	892.151	679.755	1.571.906
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	215.413	-	215.413	103.453	-	103.453	108.779	-	108.779
Resultado de Operações de Câmbio	126.613	-	126.613	157.542	-	157.542	149.888	-	149.888
Resultado de Aplicações Compulsórias	12.472	-	12.472	36.208	-	36.208	19.976	-	19.976
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	2.255	-	2.255	7.451	-	7.451
Outras Receitas	274.539	554.078	828.617	566.723	1.084.262	1.650.985	379.824	1.002.984	1.382.808
<b>Despesas</b>	<b>(1.371.696)</b>	<b>(785.066)</b>	<b>(2.156.762)</b>	<b>(2.113.245)</b>	<b>(1.428.595)</b>	<b>(3.541.840)</b>	<b>(2.062.492)</b>	<b>(1.353.969)</b>	<b>(3.416.461)</b>
Despesas de Captação no Mercado	(829.811)	-	(829.811)	(1.355.189)	-	(1.355.189)	(1.059.657)	-	(1.059.657)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(320.352)	(544.169)	(864.521)	(330.406)	(989.954)	(1.320.360)	(300.505)	(649.158)	(949.663)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(221.533)	(231.845)	(453.378)	(425.588)	(428.297)	(853.885)	(700.590)	(560.931)	(1.261.521)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	-	(8.547)	(8.547)	(2.062)	(9.655)	(11.717)	(1.740)	(143.531)	(145.271)
Provisão Proagro a Receber	-	(505)	(505)	-	(689)	(689)	-	(349)	(349)
<b>Margem Financeira</b>	<b>938.589</b>	<b>338.829</b>	<b>1.277.418</b>	<b>1.778.203</b>	<b>692.276</b>	<b>2.470.479</b>	<b>1.347.664</b>	<b>328.770</b>	<b>1.676.434</b>
Rendas de Prestação de Serviços	216.225	704.124	920.349	370.866	1.473.543	1.844.409	296.176	1.306.498	1.602.674
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	23.427	-	23.427	37.832	-	37.832	32.603	-	32.603
<b>Pasep e Cofins <sup>(1)</sup></b>	<b>(39.097)</b>	<b>(62.398)</b>	<b>(101.495)</b>	<b>(87.210)</b>	<b>(126.064)</b>	<b>(213.274)</b>	<b>(88.067)</b>	<b>(112.183)</b>	<b>(200.250)</b>
<b>Resultado após Tarifas e Comissões</b>	<b>1.139.144</b>	<b>980.555</b>	<b>2.119.699</b>	<b>2.099.691</b>	<b>2.039.755</b>	<b>4.139.446</b>	<b>1.588.376</b>	<b>1.523.085</b>	<b>3.111.461</b>
<b>Despesas Administrativas</b>			<b>(1.234.110)</b>			<b>(2.420.027)</b>			<b>(2.100.058)</b>
Despesas de Pessoal			(757.232)			(1.518.699)			(1.274.551)
Depreciação e Amortização			(17.973)			(37.040)			(35.410)
Outras Despesas Administrativas			(458.905)			(864.288)			(790.097)
<b>Outras Despesas</b>			<b>(196.251)</b>			<b>(485.207)</b>			<b>(409.536)</b>
<b>Despesas de Provisões, exceto Crédito</b>			<b>(56.695)</b>			<b>(96.764)</b>			<b>(45.583)</b>
<b>Lucro antes da Tributação e Participações</b>			<b>632.643</b>			<b>1.137.448</b>			<b>556.284</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(169.463)			(299.426)			(166.470)
Participações no Lucro			(41.842)			(90.672)			(29.457)
<b>Lucro Líquido</b>			<b>421.338</b>			<b>747.350</b>			<b>360.357</b>

<sup>(1)</sup> As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços compõem o saldo de Outras Despesas, sendo 2º Sem/2014: R\$ 43, 01.01 a 31.12.2014: R\$ 55 e 01.01 a 31.12.2013: R\$ 25.

## NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Disponibilidades em Moeda Nacional	159.640	153.121
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	38.002	2.788
<b>Total da Disponibilidade de Caixa</b>	<b>197.642</b>	<b>155.909</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.167.819	7.553.274
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 28.c)</b>	<b>8.365.461</b>	<b>7.709.183</b>

## NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

### a) Composição

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>a) Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>8.167.819</b>	<b>7.606.592</b>
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	8.167.819	7.553.274
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	-	53.318
<b>b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>76.500</b>	<b>130.473</b>
Aplicações em Moeda Estrangeira	-	46.764
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	76.500	83.709
<b>Total</b>	<b>8.244.319</b>	<b>7.737.065</b>
Saldo de Curto Prazo	8.244.319	7.737.065

### b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

<b>Especificação</b>	<b>2º Sem/2014</b>	<b>01.01 a 31.12.2014</b>	<b>01.01 a 31.12.2013</b>
<b>a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)</b>	<b>500.718</b>	<b>903.284</b>	<b>601.452</b>
Posição Bancada	492.057	885.623	593.982
Posição Financiada	8.661	17.661	7.470
<b>b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)</b>	<b>4.617</b>	<b>10.587</b>	<b>5.429</b>
<b>Total</b>	<b>505.335</b>	<b>913.871</b>	<b>606.881</b>

## NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

### a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

#### a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Títulos Disponíveis para Venda	13.642.125	11.642.248
Títulos Mantidos até o Vencimento	157.506	23.717
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	507.287	338.048
<b>Total</b>	<b>14.306.918</b>	<b>12.004.013</b>
Saldo de Curto Prazo	6.053.427	690.164
Saldo de Longo Prazo	8.253.491	11.313.849

## a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.12.2014				31.12.2013			
	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>13.718.050</b>	<b>13.283.827</b>	<b>(434.223)</b>		<b>11.612.627</b>	<b>11.190.805</b>	<b>(421.822)</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	9.838.897	9.838.554	(343)	2015 a 2020	8.277.985	8.281.099	3.114	2014 a 2018
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-		12	12	-	2014
Notas do Tesouro Nacional	1.300.171	1.246.502	(53.669)	2050	1.219.825	1.115.050	(104.775)	2050
Letras Financeiras	1.911.463	1.845.196	(66.267)	2015 a 2019	1.333.889	1.294.421	(39.468)	2014 a 2019
Debêntures	632.974	347.443	(285.531)	2016 a 2035	747.118	495.281	(251.837)	2014 a 2019
Títulos Públicos Federais – FCVS	5.949	5.949	-	2027	6.288	4.747	(1.541)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	28.365	-	(28.365)	1993	27.248	-	(27.248)	1993
Títulos da Dívida Agrária	231	183	(48)	2015 a 2022	262	195	(67)	2014 a 2022
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>1.702</b>	<b>283</b>	<b>(1.419)</b>		<b>10.360</b>	<b>8.983</b>	<b>(1.377)</b>	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.419	-	(1.419)	Sem Vencimento	1.377	-	(1.377)	Sem Vencimento
Cotas de FIDC	-	-	-		7.286	7.286	-	2014
Fundo de Investimento Imobiliário – FII	-	-	-		1.403	1.403	-	2100
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	268	268	-	Sem Vencimento	251	251	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	15	15	-	Sem Vencimento	43	43	-	Sem Vencimento
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>8.745</b>	<b>8.553</b>	<b>(192)</b>		<b>140.298</b>	<b>140.102</b>	<b>(196)</b>	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	163	156	(7)	Sem Vencimento	350	148	(202)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	8.582	8.397	(185)	Sem Vencimento	139.948	139.954	6	Sem Vencimento
<b>Títulos Dados em Garantia <sup>(1)</sup></b>	<b>361.046</b>	<b>349.462</b>	<b>(11.584)</b>		<b>302.941</b>	<b>302.358</b>	<b>(583)</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	345.252	345.245	(7)	2015 a 2020	302.151	302.281	130	2015 a 2018
Títulos Públicos Federais – Outros	718	-	(718)	1993	690	-	(690)	1993
Títulos Públicos Federais – CVSB	-	-	-		100	77	(23)	2027
Debêntures	15.076	4.217	(10.859)	2035	-	-	-	
<b>Total da Categoria</b>	<b>14.089.543</b>	<b>13.642.125</b>	<b>(447.418)</b>		<b>12.066.226</b>	<b>11.642.248</b>	<b>(423.978)</b>	
Crédito Tributário (Nota 21.b)	-	-	179.722		-	-	209.602	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	-	-	(755)		-	-	(40.011)	
<b>Total do Ajuste a Valor de Mercado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(268.451)</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(254.387)</b>	

<sup>(1)</sup> Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 178.227 (R\$ 160.763 em 31.12.2013); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.013 (R\$ 1.816 em 31.12.2013); Garantias em Processos Judiciais R\$ 146.675 (R\$ 123.245 em 31.12.2013); e Demais Garantias R\$ 18.331 (R\$ 16.534 em 31.12.2013).

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de R\$ (447.418) (R\$ (423.978) em 31.12.2013). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ (268.451) (R\$ (254.387) em 31.12.2013).

### a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.12.2014			31.12.2013		
	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado <sup>(1)</sup>	Faixa de Vencimento	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado <sup>(1)</sup>	Faixa de Vencimento
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>157.506</b>	<b>80.021</b>		<b>23.717</b>	<b>23.710</b>	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	1.471	1.471	2016	2.020	2.020	2015
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	133.736	56.251	2030	102	95	2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	10.678	10.678	2017	12.579	12.579	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	565	565	2023	860	860	2023
FIP Brasil Agronegócios	10.017	10.017	2018	8.156	8.156	2018
Nordeste III FIP	1.039	1.039	2022	-	-	
<b>Total da Categoria</b>	<b>157.506</b>	<b>80.021</b>		<b>23.717</b>	<b>23.710</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) Em 31.12.2014 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e BM&FBOVESPA;

2ª – Ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na CETIP S.A. – Mercados Organizados;

3ª – Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) Declaramos que o Banco tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os Títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

### b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2014	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	500.718	903.284	601.452
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	4.617	10.587	5.429
Títulos de Renda Fixa	714.243	1.328.661	957.563
Títulos de Renda Variável	641	744	7.462
<b>Total</b>	<b>1.220.219</b>	<b>2.243.276</b>	<b>1.571.906</b>

### c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.12.2014, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.12.2014								
Especificação	Vr. Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
<b>Posição Ativa</b>								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	507.287	-	509.306	-	6.293	8.312	(2.019)
<b>Posição Passiva</b>								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.087.635</b>	<b>507.287</b>	<b>-</b>	<b>509.306</b>	<b>-</b>	<b>6.293</b>	<b>8.312</b>	<b>(2.019)</b>
Crédito Tributário (Nota 21.b)								3.326
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								2.517

Composição em 31.12.2013								
Especificação	Vr. Nocial	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
<b>Posição Ativa</b>								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	335.847	-	317.087	-	18.760	-	18.760
<b>Posição Passiva</b>								
Taxa Prefixada	69.654	2.201	1.394	-	1.973	2.829	50	2.779
<b>Total</b>	<b>1.157.289</b>	<b>338.048</b>	<b>1.394</b>	<b>317.087</b>	<b>1.973</b>	<b>21.589</b>	<b>50</b>	<b>21.539</b>
Crédito Tributário (Nota 21.b)								20
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								8.636

Especificação	31.12.2014		31.12.2013	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	322
3 a 12 meses	281.551	-	81	656
1 a 3 anos	-	-	206.512	416
3 a 5 anos	225.736	-	216	-
5 a 15 anos	-	-	131.239	-
<b>Total</b>	<b>507.287</b>	<b>-</b>	<b>338.048</b>	<b>1.394</b>

**c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)**

Especificação	31.12.2014				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.616.740	1.107.433	1.614.720	1.107.432	(2.019)
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva <sup>(1)</sup>		Valor de Mercado <sup>(1)</sup>		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.603.509		1.601.150		(2.359)
Crédito Tributário (Nota 21.b)					(944)

<sup>(1)</sup> Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.400, sobre os juros da operação

Especificação	31.12.2013				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.420.740	1.103.652	1.476.038	1.140.190	18.760
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva <sup>(1)</sup>		Valor de Mercado <sup>(1)</sup>		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.414.194		1.476.412		62.218
Crédito Tributário (Nota 21.b)					24.887

<sup>(1)</sup> Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.233, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do exercício.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge*(*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

**d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos**

Especificação	2º Sem/2014	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013
<i>Swap</i>	215.413	103.453	108.779
<b>Total</b>	<b>215.413</b>	<b>103.453</b>	<b>108.779</b>



## NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

### a) Créditos Vinculados

Especificação	31.12.2014			31.12.2013		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	248.907	-	248.907	312.541	-	312.541
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	64.884	-	64.884	38.579	-	38.579
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	67.233	(12.523)	54.710	63.321	(24.067)	39.254
Tesouro Nacional - Crédito Rural	28.936	(533)	28.403	15.524	(478)	15.046
<b>Total</b>	<b>409.960</b>	<b>(13.056)</b>	<b>396.904</b>	<b>429.965</b>	<b>(24.545)</b>	<b>405.420</b>
Saldo de Curto Prazo	342.711	(533)	342.178	366.090	(478)	365.612
Saldo de Longo Prazo	67.249	(12.523)	54.726	63.875	(24.067)	39.808

### b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2014	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	10.378	20.692	16.822
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.042	3.914	3.276
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	34	59	193
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	18	11.543	(315)
<b>Total</b>	<b>12.472</b>	<b>36.208</b>	<b>19.976</b>

## NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

### a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.12.2014		31.12.2013	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
<b>Operações de Crédito</b>	<b>12.601.812</b>	<b>(865.515)</b>	<b>11.124.768</b>	<b>(876.385)</b>
Curto Prazo	5.614.124	(350.873)	4.751.089	(385.214)
Longo Prazo	6.987.688	(514.642)	6.373.679	(491.171)
<b>Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.e)</b>	<b>612.173</b>	<b>(25.188)</b>	<b>552.814</b>	<b>(17.389)</b>
Curto Prazo	607.549	(25.188)	508.210	(17.389)
Longo Prazo	4.624	-	44.604	-
<b>Total</b>	<b>13.213.985</b>	<b>(890.703)</b>	<b>11.677.582</b>	<b>(893.774)</b>

#### a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
Adiantamentos a Depositantes	1.091	89
Empréstimos	5.574.160	4.962.233
Títulos Descontados	66.244	54.190
Financiamentos	2.170.108	2.093.478
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	423.538	236.532
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	404.556	384.355
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.628.962	1.620.354
Financiamentos Imobiliários <sup>(1)</sup>	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.332.910	1.773.294
<b>Subtotal de Operações de Crédito</b>	<b>12.601.812</b>	<b>11.124.768</b>
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	18.516	11.181
Devedores por Compra de Valores e Bens	5.662	6.357
Títulos e Créditos a Receber	29.494	7.002
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio <sup>(2)</sup> (Nota 11.a)	558.501	473.046
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	55.228
<b>Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito</b>	<b>612.173</b>	<b>552.814</b>
<b>Total</b>	<b>13.213.985</b>	<b>11.677.582</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

<sup>(2)</sup> Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

## a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º Sem/2014	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013
Empréstimos e Títulos Descontados	483.628	948.625	869.298
Financiamentos	413.863	612.419	586.678
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	52.504	134.056	156.598
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	80.249	122.843	238.727
Outros Valores	602	657	786
<b>Total</b>	<b>1.030.846</b>	<b>1.818.600</b>	<b>1.852.087</b>

## b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

### b.1) Créditos de Curso Normal <sup>(1)</sup>

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2014	Total em 31.12.2013
Rural	3.096	2.901	1.398	15.150	56.842	1.512.731	1.592.118	1.574.065
Indústria	113.475	63.597	71.928	203.131	332.135	2.030.278	2.814.544	2.138.343
Governo	11.813	15.488	25.471	39.278	88.303	1.182.396	1.362.749	1.370.680
Outros Serviços	169.796	91.814	103.000	230.559	366.870	1.478.730	2.440.769	4.471.758
Comércio	687.166	609.135	504.071	1.172.682	706.818	560.562	4.240.434	1.426.556
Intermediários Financeiros	19	27	10	56	115	488	715	85.212
Habituação	1	1	1	2	3	236	244	4.337
Pessoas Físicas	14.921	7.255	5.327	10.926	2.775	1.069	42.273	33.699
<b>Total</b>	<b>1.000.287</b>	<b>790.218</b>	<b>711.206</b>	<b>1.671.784</b>	<b>1.553.861</b>	<b>6.766.490</b>	<b>12.493.846</b>	<b>11.104.650</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

### b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vincendas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2014	Total em 31.12.2013
Rural	86	110	92	174	661	1.874	2.997	10.025
Indústria	3.675	3.127	3.343	6.702	13.427	36.913	67.187	74.742
Outros Serviços	6.482	6.394	6.056	14.863	25.377	63.747	122.919	218.122
Comércio	12.626	11.511	9.699	22.392	37.112	86.036	179.376	67.818
Intermediários Financeiros	10	10	10	30	61	396	517	-
Habituação	-	-	-	-	-	-	-	14
Pessoas Físicas	200	224	718	816	703	1.355	4.016	11.269
<b>Total</b>	<b>23.079</b>	<b>21.376</b>	<b>19.918</b>	<b>44.977</b>	<b>77.341</b>	<b>190.321</b>	<b>377.012</b>	<b>381.990</b>

Parcelas Vincendas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2014	Total em 31.12.2013
Rural	35	3.527	238	1.735	10.416	1.148	31.180	48.279	48.910
Indústria	1.346	2.473	3.916	3.276	6.264	7.509	2.677	27.461	27.378
Outros Serviços	3.198	57.456	28.975	45.199	12.344	18.902	576	166.650	66.623
Comércio	2.995	9.393	15.885	11.855	24.178	30.119	1.030	95.455	38.755
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	5	18	-	23	-
Habituação	-	-	-	-	-	-	-	-	30
Pessoas Físicas	20	234	401	308	1.453	2.805	38	5.259	9.246
<b>Total</b>	<b>7.594</b>	<b>73.083</b>	<b>49.415</b>	<b>62.373</b>	<b>54.660</b>	<b>60.501</b>	<b>35.501</b>	<b>343.127</b>	<b>190.942</b>

## c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2014				31.12.2013			
	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	4.852.000	-	4.852.000	-	3.956.011	-	3.956.011	-
A	4.452.345	-	4.452.345	22.262	4.146.203	-	4.146.203	20.731
B	2.298.098	36.693	2.334.791	23.348	1.979.895	26.162	2.006.057	20.061
C	95.081	50.262	145.343	4.360	364.117	25.798	389.915	11.697
D	221.287	198.807	420.094	42.009	68.107	20.190	88.297	8.830
E	102.678	85.126	187.804	56.341	133.034	133.034	266.068	79.820
F	27.453	58.935	86.388	43.194	20.924	38.427	59.351	29.676
G	91.693	28.409	120.102	84.071	119.494	22.908	142.402	99.681
H	353.211	261.907	615.118	615.118	316.865	306.413	623.278	623.278
<b>Total</b>	<b>12.493.846</b>	<b>720.139</b>	<b>13.213.985</b>	<b>890.703</b>	<b>11.104.650</b>	<b>572.932</b>	<b>11.677.582</b>	<b>893.774</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

**d) Movimentação da Provisão no Período**

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	893.774	832.982
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	425.607	700.422
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(428.678)	(639.630)
<b>(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito</b>	<b>890.703</b>	<b>893.774</b>
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.477	46.569
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	342	431
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(361)	(523)
<b>(=) Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)</b>	<b>46.458</b>	<b>46.477</b>
<b>(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>937.161</b>	<b>940.251</b>

**e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão**

<b>Especificação</b>	<b>2º Sem/2014</b>	<b>01.01 a 31.12.2014</b>	<b>01.01 a 31.12.2013</b>
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	214.214	404.810	686.142
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	7.338	20.797	14.280
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito</b>	<b>221.552</b>	<b>425.607</b>	<b>700.422</b>
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	6	25	262
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(25)	(44)	(94)
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>221.533</b>	<b>425.588</b>	<b>700.590</b>

f) No exercício foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 122.844 (R\$ 238.726 em 31.12.2013) e as renegociações importaram em R\$ 771.905 (R\$ 914.516 em 31.12.2013).

**g) Recuperação de Créditos com Base Legal**

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.12.2014, um efeito positivo no valor de R\$ 80.683 (R\$ 131.958 em 31.12.2013), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

<b>Especificação</b>	<b>2º Sem/2014</b>	<b>01.01 a 31.12.2014</b>	<b>01.01 a 31.12.2013</b>
Efetivação de Rendas	23.862	38.195	50.889
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	14.064	20.373	23.213
Despesas com Deságios	(199)	(224)	(4.746)
Efeito Líquido de Provisões	11.025	22.339	62.602
<b>Total</b>	<b>48.752</b>	<b>80.683</b>	<b>131.958</b>

## NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
<b>a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>672.788</b>	<b>540.994</b>
<b>b) Rendas a Receber</b>	<b>30.034</b>	<b>27.617</b>
<b>c) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>d) Diversos</b>	<b>2.428.683</b>	<b>2.493.744</b>
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	942.033	1.032.755
Créditos Tributários-TVM , Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	182.103	234.509
Devedores por Depósitos em Garantia	713.091	664.381
<b>Impostos e Contribuições a Compensar</b>	<b>208.414</b>	<b>243.490</b>
Decorrentes de Antecipação (Nota 21.a.2)	167.284	223.033
Outros Valores	41.130	20.457
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	29.494	7.002
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	55.228
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.426	2.694
Pagamentos a Ressarcir	10.092	8.931
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	10	9.705
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	16	20.133
STN - Equalização de Encargos Financeiros do Crediamigo	127.275	56.943
Outros Valores	186.981	131.225
<b>e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(71.646)</b>	<b>(63.866)</b>
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(25.188)	(17.389)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.458)	(46.477)
<b>Total</b>	<b>3.059.863</b>	<b>2.998.493</b>
Saldo de Curto Prazo	2.498.388	2.004.904
Saldo de Longo Prazo	561.475	993.589

## NOTA 11 – Carteira de Câmbio

### a) Composição

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
<b>Ativo – Outros Créditos</b>		
Câmbio Comprado a Liquidar	652.821	520.631
Direitos sobre Vendas de Câmbio	1.505	10.057
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(54)	(875)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	18.516	11.181
<b>Ativo Circulante (Nota 10.b)</b>	<b>672.788</b>	<b>540.994</b>
<b>Passivo – Outras Obrigações</b>		
Obrigações por Compras de Câmbio	559.212	473.873
Câmbio Vendido a Liquidar	1.497	10.003
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(558.501)	(473.046)
<b>Passivo Circulante (Nota 16.c)</b>	<b>2.208</b>	<b>10.830</b>

### b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º Sem/2014	01.01. a 31.12.2014	01.01. a 31.12.2013
Rendas de Câmbio	126.860	157.976	150.434
Despesas de Câmbio	(247)	(434)	(546)
<b>Total</b>	<b>126.613</b>	<b>157.542</b>	<b>149.888</b>

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2013	01.01.2014 a 31.12.2014			31.12.2014		
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Perdas por Impairment	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões				
Ações e Cotas	652	-	-	652	945	(293)	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.173	63	(9)	1.227	1.227	-	1.227
<b>Total</b>	<b>1.825</b>	<b>63</b>	<b>(9)</b>	<b>1.879</b>	<b>2.172</b>	<b>(293)</b>	<b>1.879</b>

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2013	01.01.2014 a 31.12.2014			31.12.2014				
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Perdas por Impairment <sup>(2)</sup>	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação					
Edificações	103.564	309	-	(10.903)	92.970	248.574	(155.604)	-	92.970
Sistema de Processamento de Dados	48.642	20.736	(1.149)	(16.698)	51.531	125.142	(73.611)	-	51.531
Móveis e Equipamentos de Uso	28.455	6.373	(1.722)	(5.328)	27.778	67.458	(39.680)	-	27.778
Terrenos	17.025	-	-	-	17.025	17.025	-	-	17.025
Instalações	6.577	1.047	-	(1.505)	6.119	19.093	(12.974)	-	6.119
Sistema de Comunicação	90	8	(9)	(20)	69	364	(295)	-	69
Imobilização em Curso <sup>(1)</sup>	6.288	1.205	-	-	7.493	7.493	-	-	7.493
Sistema de Segurança	9.680	1.510	(1.266)	(1.606)	8.318	17.376	(9.058)	-	8.318
Sistema de Transporte	672	1	(1)	(661)	11	15.923	(15.912)	-	11
<b>Total</b>	<b>220.993</b>	<b>31.189</b>	<b>(4.147)</b>	<b>(36.721)</b>	<b>211.314</b>	<b>518.448</b>	<b>(307.134)</b>	-	<b>211.314</b>

<sup>(1)</sup> Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

<sup>(2)</sup> Não há registro de perdas por *impairment* sobre o ativo imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2013	01.01.2014 a 31.12.2014			31.12.2014				
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment <sup>(1)</sup>	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos em Imóveis de Terceiros	478	-	-	(319)	159	1.199	(1.040)	-	159
<b>Total</b>	<b>478</b>	-	-	<b>(319)</b>	<b>159</b>	<b>1.199</b>	<b>(1.040)</b>	-	<b>159</b>

<sup>(1)</sup> Não há registro de perdas por *impairment* sobre o ativo diferido.

d) Intangível

Especificação	31.12.2013	01.01.2014 a 31.12.2014			31.12.2014				
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment <sup>(1)</sup>	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos com Intangíveis em Elaboração	12.308	4.098	-	-	16.406	16.406	-	-	16.406
<b>Total</b>	<b>12.308</b>	<b>4.098</b>	-	-	<b>16.406</b>	<b>16.406</b>	-	-	<b>16.406</b>

<sup>(1)</sup> Não há registro de provisão para perdas por *impairment* sobre o ativo intangível

**NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas**

**a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2014	Total em 31.12.2013
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>170.199</b>	<b>5.000</b>	-	-	-	-	<b>175.199</b>	<b>252.994</b>
Depósitos a Vista	165.168	-	-	-	-	-	165.168	235.298
Depósitos em Moeda Estrangeira	5.031	5.000	-	-	-	-	10.031	17.696
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>1.956.179</b>	-	-	-	-	-	<b>1.956.179</b>	<b>1.872.563</b>
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>381.865</b>	<b>830.143</b>	<b>145.691</b>	<b>68.016</b>	-	-	<b>1.425.715</b>	<b>877.366</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>1.389.048</b>	<b>1.512.383</b>	<b>3.335.414</b>	<b>796.636</b>	<b>1.219.868</b>	<b>114.985</b>	<b>8.368.334</b>	<b>7.988.523</b>
Depósitos a Prazo	518.881	1.448.063	2.849.938	622.485	1.052.429	114.985	6.606.781	6.182.870
Depósitos Judiciais com Remuneração	846.314	-	-	-	-	-	846.314	777.003
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	372.423	60.844	60.845	-	494.112	507.747
FAT- Recursos Disponíveis	4.274	11.810	6.347	6.347	5.985	-	34.763	49.775
FAT- Recursos Aplicados	19.112	52.510	106.706	106.706	100.609	-	385.643	470.465
Outros	467	-	-	254	-	-	721	663
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>513</b>	<b>890.907</b>	<b>20</b>	<b>794.522</b>	-	-	<b>1.685.962</b>	<b>1.487.266</b>
Eurobonds	-	808.028	-	794.522	-	-	1.602.550	1.477.645
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	513	82.879	20	-	-	-	83.412	9.621
<b>Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida</b>	-	<b>83.648</b>	-	-	-	<b>1.272.892</b>	<b>1.356.540</b>	<b>1.272.581</b>
<b>Dívidas Subordinadas</b>	-	-	-	-	-	<b>1.605.289</b>	<b>1.605.289</b>	<b>1.455.982</b>
<b>Total</b>	<b>3.897.804</b>	<b>3.322.081</b>	<b>3.481.125</b>	<b>1.659.174</b>	<b>1.219.868</b>	<b>2.993.166</b>	<b>16.573.218</b>	<b>15.207.275</b>
Saldo de Curto Prazo							7.219.885	6.008.736
Saldo de Longo Prazo							9.353.333	9.198.539

**b) Depósitos**

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>175.199</b>	<b>252.994</b>
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	10.031	17.696
Depósitos de Governos	22.129	15.062
Depósitos Vinculados	74.432	143.942
Pessoas Jurídicas	43.779	59.181
Pessoas Físicas	23.345	15.631
Outros Valores	1.483	1.482
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>1.956.179</b>	<b>1.872.563</b>
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.292.336	1.172.247
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	662.955	699.694
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	888	622
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>1.425.715</b>	<b>877.366</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>8.368.334</b>	<b>7.988.523</b>
Depósitos a Prazo	6.606.781	6.182.870
Depósitos Judiciais com Remuneração	846.314	777.003
<b>Outros Depósitos a Prazo</b>	<b>915.239</b>	<b>1.028.650</b>
<b>Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 27 e Nota 29)</b>	<b>420.406</b>	<b>520.240</b>
<b>Recursos Disponíveis (Nota 27)</b>	<b>34.763</b>	<b>49.775</b>
Proger Urbano	4.945	4.217
Protrabalho	482	1.208
Infraestrutura	26.129	29.018
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	3.207	15.332
<b>Recursos Aplicados (Nota 27)</b>	<b>385.643</b>	<b>470.465</b>
Proger Urbano	26.690	37.464
Protrabalho	91.215	110.088
Infraestrutura	137.008	174.821
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	130.730	148.092
<b>Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167</b>	<b>494.112</b>	<b>507.747</b>
<b>Outros Valores</b>	<b>721</b>	<b>663</b>
<b>Total</b>	<b>11.925.427</b>	<b>10.991.446</b>
Saldo de Curto Prazo	6.244.818	5.910.777
Saldo de Longo Prazo	5.680.609	5.080.669

**c) Captação no Mercado Aberto**

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
<b>Carteira Própria</b>	<b>1.756.347</b>	<b>1.124.278</b>
Letras Financeiras do Tesouro	1.756.347	1.124.278
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>-</b>	<b>53.317</b>
Notas do Tesouro Nacional	-	53.317
<b>Total</b>	<b>1.756.347</b>	<b>1.177.595</b>
Saldo de Curto Prazo	1.699.988	1.127.212
Saldo de Longo Prazo	56.359	50.383

**d) Despesa de Captação no Mercado**

Especificação	2º Sem/2014	01.01. a 31.12.2014	01.01. a 31.12.2013
<b>Despesas de Captações</b>	<b>(743.907)</b>	<b>(1.207.446)</b>	<b>(976.301)</b>
Depósitos a Prazo	(345.147)	(619.345)	(468.730)
Depósitos de Poupança	(47.703)	(90.961)	(72.255)
Depósitos Judiciais	(38.382)	(72.066)	(52.959)
Depósitos Interfinanceiros	(23.622)	(41.402)	(26.106)
Depósitos Especiais	(37.218)	(73.528)	(73.440)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(245.757)	(298.188)	(271.318)
Outros Depósitos	(6.078)	(11.956)	(11.493)
<b>Despesas de Captação no Mercado Aberto</b>	<b>(85.904)</b>	<b>(147.743)</b>	<b>(83.356)</b>
Carteira de Terceiros	(8.664)	(17.704)	(7.529)
Carteira Própria	(77.240)	(130.039)	(75.827)
<b>Total</b>	<b>(829.811)</b>	<b>(1.355.189)</b>	<b>(1.059.657)</b>

**NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses**

**a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2014	Total em 31.12.2013
Empréstimos no País	-	-	-	-	-	-	-	19.416
Empréstimos no Exterior	185.916	880.735	-	-	-	-	1.066.651	757.860
Repasses do País	38.731	106.204	307.928	345.615	649.141	183.468	1.631.087	1.706.841
Repasses do Exterior	19.216	95.357	223.126	223.125	286.391	-	847.215	846.530
<b>Total</b>	<b>243.863</b>	<b>1.082.296</b>	<b>531.054</b>	<b>568.740</b>	<b>935.532</b>	<b>183.468</b>	<b>3.544.953</b>	<b>3.330.647</b>
Saldo de Curto Prazo							1.326.159	1.035.231
Saldo de Longo Prazo							2.218.794	2.295.416

**b) Obrigações por Empréstimos**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	-	19.416
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	1.066.651	757.860
<b>Total</b>		<b>1.066.651</b>	<b>777.276</b>
Saldo de Curto Prazo		1.066.651	777.276
Saldo de Longo Prazo		-	-

**c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2014	31.12.2013
<b>Tesouro Nacional</b>	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	<b>659</b>	<b>698</b>
<b>BNDES</b>		<b>1.464.027</b>	<b>1.528.337</b>
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.131.349	1.173.699
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	332.678	354.638
<b>Finame</b>		<b>166.401</b>	<b>177.806</b>
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	147.700	159.659
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	18.701	18.147
<b>Total (Nota 28.a.1)</b>		<b>1.631.087</b>	<b>1.706.841</b>
Saldo de Curto Prazo		144.935	156.842
Saldo de Longo Prazo		1.486.152	1.549.999



#### d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2014	31.12.2013
BID-Prodetur I	USD + 3,04	384.991	407.281
BID-Prodetur II	USD + 1,12	455.106	432.274
BID-Outros Programas	USD + 1,12	7.118	6.975
<b>Total</b>		<b>847.215</b>	<b>846.530</b>
Saldo de Curto Prazo		114.573	101.113
Saldo de Longo Prazo		732.642	745.417

#### e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º Sem/2014	01.01. a 31.12.2014	01.01. a 31.12.2013
<b>Despesas de Obrigações por Empréstimos</b>	<b>(200)</b>	<b>(960)</b>	<b>(2.332)</b>
Obrigações por Empréstimos no País	(200)	(960)	(2.332)
<b>Despesas de Obrigações por Repasses</b>	<b>(213.423)</b>	<b>(282.376)</b>	<b>(275.404)</b>
<b>Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País</b>	<b>(53.085)</b>	<b>(114.589)</b>	<b>(113.647)</b>
Tesouro Nacional	(8)	(26)	(75)
BNDES	(50.637)	(108.945)	(107.360)
Finame	(2.440)	(5.618)	(6.212)
<b>Despesas de Repasses do Exterior</b>	<b>(160.338)</b>	<b>(167.787)</b>	<b>(161.757)</b>
<b>Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior</b>	<b>(166.419)</b>	<b>(170.088)</b>	<b>(130.636)</b>
<b>Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>(484.479)</b>	<b>(866.936)</b>	<b>(541.291)</b>
<b>Total</b>	<b>(864.521)</b>	<b>(1.320.360)</b>	<b>(949.663)</b>

#### NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

##### a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.12.2014 <sup>(2)</sup>	Valor de Mercado em 31.12.2014 <sup>(2)</sup>	Valor de Mercado em 31.12.2013 <sup>(2)</sup>
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> <sup>(1)</sup>	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	801.629	793.138	731.640
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> <sup>(1)</sup>	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	803.279	809.412	746.005
<b>Total</b>				<b>600.000</b>	<b>1.604.908</b>	<b>1.602.550</b>	<b>1.477.645</b>
Saldo de Curto Prazo						808.048	9.867
Saldo de Longo Prazo						794.502	1.467.778

<sup>(1)</sup> As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

<sup>(2)</sup> Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

##### b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.12.2014	31.12.2013
Letras de Crédito do Agronegócio <sup>(1)</sup>	88,19 CDI	80.748	83.412	9.621
Saldo de Curto Prazo			83.372	9.621
Saldo de Longo Prazo			40	-

<sup>(1)</sup> Título com prazo médio de vencimento de 365 dias.

## NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
<b>a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados</b>	<b>2.677</b>	<b>1.798</b>
IOF a Recolher	2.578	1.696
Outros Tributos e Assemelhados	99	102
<b>b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>2.208</b>	<b>10.830</b>
<b>c) Sociais e Estatutárias</b>	<b>160.668</b>	<b>61.835</b>
Dividendos e Bonificações a Pagar	96.514	32.580
Participações nos Lucros	64.154	29.255
<b>d) Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>438.165</b>	<b>487.475</b>
<b>Provisão para Riscos Fiscais</b>	<b>127.010</b>	<b>118.073</b>
Impostos e Contribuições (Nota 22.i.1.i)	90.201	84.925
Causas Fiscais (Nota 22.i.1.ii e iii)	36.809	33.148
<b>Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos</b>	<b>45.988</b>	<b>81.649</b>
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 21.c)	3.272	48.647
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.c)	5.147	6.616
Decorrentes de Créditos Recuperados (Nota 21.c)	37.569	26.386
<b>Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)</b>	<b>192.187</b>	<b>222.767</b>
Imposto de Renda	116.860	135.847
Contribuição Social	75.327	86.920
<b>Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar</b>	<b>72.980</b>	<b>64.986</b>
<b>e) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>91</b>	<b>68</b>
<b>f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>8.652.860</b>	<b>7.087.216</b>
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 29.a.1)	7.798.625	6.915.797
Outros Valores	854.235	171.419
<b>g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 29.a.1)</b>	<b>1.356.540</b>	<b>1.272.581</b>
<b>h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)</b>	<b>1.605.289</b>	<b>1.455.982</b>
<b>i) Diversas</b>	<b>3.695.814</b>	<b>3.404.326</b>
<b>Provisão para Passivos Contingentes</b>	<b>2.455.248</b>	<b>2.362.896</b>
Causas Trabalhistas (Nota 22.i.iv)	221.610	198.291
Causas Cíveis (Nota 22.i.v)	138.045	105.499
Outras Causas (Nota 22.i.vi)	608	663
<b>FNE (Nota 22.i.2.i)</b>	<b>2.062.717</b>	<b>2.022.091</b>
Repasse	1.073	1.301
Risco Integral	111.778	100.972
Risco Compartilhado	1.949.866	1.919.818
FDNE (Nota 22.i.2.ii)	1.065	515
Proagro (Nota 22.i.2.iii)	2.600	2.152
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.i.2.iv)	28.603	33.685
<b>Provisão para Pagamentos a Efetuar</b>	<b>1.116.313</b>	<b>969.159</b>
<b>Benefício Pós-Emprego</b>	<b>878.530</b>	<b>800.661</b>
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 29.a.2)	130.268	78.344
Plano de Assistência Médica (Nota 29.a.2)	710.602	722.317
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego	37.660	-
Despesa de Pessoal	194.924	138.690
Outros Valores	42.859	29.808
<b>Outros Valores</b>	<b>124.253</b>	<b>72.271</b>
<b>Total</b>	<b>15.914.312</b>	<b>13.782.111</b>
Saldo de Curto Prazo	6.258.485	5.184.988
Saldo de Longo Prazo	9.655.827	8.597.123

## NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2014	31.12.2013
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 29.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a.	22.12.2010	1.356.540	1.272.581
Saldo de Curto Prazo				83.648	78.471
Saldo de Longo Prazo				1.272.892	1.194.110

## NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.605.289	1.455.982
Recursos disponíveis <sup>(1)</sup>	923.752	709.475
Recursos aplicados <sup>(2)</sup>	681.537	746.507
<b>Total (Nota 29.a.1)</b>	<b>1.605.289</b>	<b>1.455.982</b>

<sup>(1)</sup> São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

<sup>(2)</sup> São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

## NOTA 19 – Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.03.2014, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 407.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.437.000, para R\$ 2.844.000, representado por 86.371.464 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, homologado pelo Banco Central em 30.01.2015. Na mesma Assembleia, foi aprovado o cancelamento de 630.437 ações ordinárias, sendo 10.232 ações que se encontravam em tesouraria e 620.205 ações oriundas de reembolso aos acionistas dissidentes do processo de conversão de ações preferenciais em ordinárias, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23.08.2013. O custo total de aquisição das 630.437 ações canceladas importou em R\$ 19.518. Ressalte-se que esse cancelamento de ações não proporcionou redução do valor do Capital Social, tendo em vista que para a aquisição foi utilizado parte do saldo de Reserva Estatutária, conforme previsto no Estatuto Social do Banco.

Composição em 31.12.2014		
Acionista	Total das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00%
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.918	34,98%
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.237.350	7,22%
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45%
Outros	2.020.781	2,35%
<b>Total</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00%</b>

Composição em 31.12.2013					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	45.146.025	29.123.190	74.269.215	93,11	85,37
Fundo Garantidor de Operações – FGO	-	6.250.000	6.250.000	-	7,18
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Financiadora de Estudos e Projetos – Finep	1.449.254	-	1.449.254	2,99	1,67
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-Capef	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	-	373.200	373.200	-	0,43
Outros	146.069	286.957	433.026	0,30	0,50
<b>Total</b>	<b>48.484.775</b>	<b>38.517.126</b>	<b>87.001.901</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

### b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 19.394 (R\$ 20.610 em 31.12.2013) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. No exercício houve transferência da reserva no valor de R\$ 724 (R\$ 2.294 em 31.12.2013) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a base para distribuição do resultado.

### c) Ações em Tesouraria

O Banco não possui ações em Tesouraria. As 10.232 ações, correspondentes a R\$ 384, que se encontravam em Tesouraria, em 31.12.2013, foram canceladas quando da realização da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 28.03.2014.

### d) Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendos mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados ao valor do dividendo, correspondente a 35,02% sobre o lucro líquido ajustado, base de cálculo dos Dividendos/JCP do exercício. Por conta dessa proposição, e considerando o pagamento antecipado de dividendos e JCP do 1º semestre, foi contabilizado, em conta de Provisão, o importe de R\$ 96.285, referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social e R\$ 40.463 em conta de Reserva de Lucros – Dividendos Adicionais Propostos, conforme disposições da Carta Circular Bacen nº 3.516, de 21.07.2011.

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
1. Lucro Líquido do Exercício	747.350	360.357
2. Ajustes de Exercícios Anteriores	-	312.129
3. Reservas de Reavaliação transferidas para Lucros ou Prejuízos Acumulados	724	2.294
4. Lucro Líquido Ajustado	748.074	674.780
5. Reserva Legal Constituída	(37.367)	(18.018)
7. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio	710.707	656.762
8. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) propostos no exercício	152.551	117.819
9. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(452)	(290)
10. JCP imputados aos dividendos (item 8 - item 9)	152.099	117.529
11. JCP antecipado corrigido pela Selic	(77.769)	(70.126)
12. JCP complementar (item 8 - item 11)	74.782	47.693
13. Dividendos propostos no exercício	96.831	112.180
14. Dividendos antecipados corrigidos pela taxa Selic	(34.865)	(112.180)
15. Dividendos complementares (item 13 - item 14)	61.966	-
16. Valor bruto dos JCP e Dividendos do Exercício (item 8 + item 13) – 35,09%	249.382	229.999
17 Valor Líquido dos JCP e Dividendos do Exercício (item 10 + item 13) – 35,02%	248.930	229.709
JCP de R\$ 1,76621991726 por ação (em 31.12.2013: JCP de R\$ 1,364092917425 por ação)	152.551	117.819
Dividendos de R\$ 1,12109676837 por ação (em 31.12.2013: Dividendos de R\$ 1,298814549792 por ação)	96.831	112.180

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Lucro Base para distribuição de Dividendos e JCP no exercício	710.707	656.762
Dividendos/JCP Obrigatórios do exercício (25% sobre o lucro)	177.677	164.190
Dividendos/JCP Adicionais do exercício	71.705	65.809
Dividendos/JCP Obrigatórios distribuídos no 1º semestre	(81.392)	(131.871)
Dividendos/JCP Adicionais distribuídos no 1º semestre	(31.242)	(50.435)
<b>Dividendos/JCP complementares</b>	<b>136.748</b>	<b>47.693</b>
Dividendos/JCP Obrigatórios (25% sobre o lucro)	96.285	32.319
Dividendos/JCP Adicionais	40.463	15.374

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos juros sobre o capital próprio no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 60.105 (R\$ 41.260 em 31.12.2013).

**NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais**

Especificação	2º Sem/2014	01.01. a 31.12.2014	01.01. a 31.12.2013
<b>a) Receitas de Prestação de Serviços</b>	<b>920.349</b>	<b>1.844.409</b>	<b>1.602.674</b>
Administração de Fundos de Investimentos	13.406	25.136	21.398
Administração de Fundos e Programas	729.752	1.508.531	1.337.693
Prestação de Serviços	177.191	310.742	243.583
<b>b) Rendas de Tarifas Bancárias</b>	<b>23.427</b>	<b>37.832</b>	<b>32.603</b>
<b>c) Despesas de Pessoal</b>	<b>(757.232)</b>	<b>(1.518.699)</b>	<b>(1.274.551)</b>
Proventos	(453.475)	(947.311)	(738.569)
Encargos Sociais	(162.648)	(305.819)	(273.376)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I(Nota 25.f)	(28.730)	(51.666)	(94.246)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural (Nota 25.f)	(40.606)	(81.422)	(63.370)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(3.040)	(3.040)	-
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(68.733)	(129.441)	(104.990)
<b>d) Outras Despesas Administrativas</b>	<b>(476.878)</b>	<b>(901.328)</b>	<b>(825.507)</b>
Processamento de Dados	(67.945)	(143.742)	(137.696)
Propaganda e Publicidade	(18.571)	(31.584)	(14.167)
Serviços de Terceiros	(196.235)	(368.227)	(335.622)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(29.072)	(52.450)	(43.044)
Viagens	(7.569)	(15.056)	(14.597)
Comunicações	(13.263)	(26.556)	(27.266)
Depreciação e Amortização	(17.973)	(37.040)	(35.411)
Manutenção e Conservação de Bens	(20.731)	(39.176)	(41.011)
Vigilância, Segurança e Transporte	(30.599)	(57.319)	(48.722)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(7.463)	(10.041)	(13.285)
Serviços do Sistema Financeiro	(13.665)	(25.941)	(21.063)
Serviços Técnicos Especializados	(19.915)	(37.337)	(36.594)
Seguros	(2.118)	(4.308)	(4.452)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(10.046)	(22.199)	(20.630)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(947)	(2.102)	(2.098)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.431)	(4.602)	(4.114)
Fundeci – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(8.000)	(8.000)	(9.400)
Outros Valores	(10.335)	(15.648)	(16.335)
<b>e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)</b>	<b>(114.704)</b>	<b>(236.659)</b>	<b>(218.792)</b>
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(101.538)	(213.329)	(200.275)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(11.919)	(21.101)	(16.733)
Outros Valores	(1.247)	(2.229)	(1.784)
<b>f) Outras Receitas Operacionais</b>	<b>823.808</b>	<b>1.645.335</b>	<b>1.377.743</b>
“Del credere” de Fundos Administrados	557.264	1.089.819	1.007.596
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	5	203.000	121.282
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	-	284	93
Recuperação de Encargos e Despesas	7.034	10.343	8.642
Reversão de Provisões de CSLL e IR	229	229	-
Reversão de Provisões Operacionais	102.212	116.475	21.258
Juros e Comissões	6.063	6.948	4.575
Correção Monetária	400	2.399	1.313
Resultado da Marcação a Mercado	-	-	9.528
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	94.703	134.361	102.968
Outros Valores	55.898	81.477	100.488
<b>g) Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(480.634)</b>	<b>(999.289)</b>	<b>(1.143.129)</b>
Variação Cambial da Área de Câmbio	(675)	(745)	(2.166)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(1.331)	(110.495)	(86.093)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(6.170)	(6.171)	(118)
Descontos Concedidos em Renegociações	(743)	(1.338)	(3.838)
Encargos de Operações de Crédito	(1.434)	(2.757)	(8.524)
Riscos Fiscais	(7.623)	(14.772)	(9.016)
Riscos com Operações do FNE	(231.845)	(428.297)	(560.932)
Riscos com Operações do FDNE	(542)	(550)	(98)
Causas Trabalhistas	(16.603)	(28.907)	(26.457)
Causas Cíveis	(32.419)	(52.994)	(9.704)
Outras Causas	(50)	(91)	(405)
Outros Passivos Contingentes	(8.547)	(11.717)	(145.271)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(75.882)	(165.328)	(146.202)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(44.854)	(80.186)	(40.732)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(34.058)	(69.121)	(82.867)
Outros Valores	(17.858)	(25.820)	(20.706)
<b>Total</b>	<b>(61.864)</b>	<b>(128.399)</b>	<b>(448.959)</b>

## NOTA 21 – Impostos e Contribuições

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social (Despesa Corrente + Despesa Diferida) registrada no exercício de 2014 foi de R\$ 299.426 (R\$ 166.470 em 31.12.2013)

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.137.448	556.284	1.137.448	556.284
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(90.672)	(29.456)	(90.672)	(29.456)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(152.551)	(117.819)	(152.551)	(117.819)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	894.225	409.008	894.225	409.008
Adições/Exclusões Permanentes	(265.288)	(43.070)	(265.431)	(43.364)
Adições/Exclusões Temporárias	(149.761)	205.848	(149.761)	205.848
Resultado Tributável	479.176	571.786	479.033	571.492
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) <sup>(1)</sup> e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(119.770)	(142.923)	(71.855)	(85.724)
Deduções (Incentivos Fiscais)	8.550	9.021	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	1.225	956	735	574
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(109.995)	(132.946)	(71.120)	(85.150)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(3.165)	(7.725)	(1.899)	(4.635)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(113.160)	(140.671)	(73.019)	(89.785)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de <i>Hedge</i>	(70.779)	39.991	(42.468)	23.995
Total de IRPJ/CSLL	(183.939)	(100.680)	(115.487)	(65.790)
Alíquota Efetiva(%)	20,57	18,10	12,91	11,83
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	109.995	132.946	71.120	85.150
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	1.225	956	735	574
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	111.220	133.902	71.855	85.724
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte <sup>(2)</sup> (Nota 10.d)	(103.145)	(140.065)	(64.425)	(83.732)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	8.075	(6.163)	7.430	1.992

<sup>(1)</sup> Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IRPJ devido, acrescido de alíquota de 10% como adicional de IRPJ ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

<sup>(2)</sup> Inclusive tributos retidos na fonte, nos seguintes valores em 31.12.2014 – IRPJ: R\$ 226 e CSLL: R\$ 60; valores em 31.12.2013 – IRPJ: R\$ 704 e CSLL: R\$ 60.

### b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	31.12.2014		31.12.2013		31.12.2014	31.12.2013
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
<b>Efeito no Resultado</b>						
<b>a) Provisões</b>						
Saldo Inicial	645.463	387.292	596.574	357.958	1.032.755	954.532
Constituição	258.530	155.132	299.839	179.918	413.662	479.757
Realização/Reversão	(315.231)	(189.153)	(250.950)	(150.584)	(504.384)	(401.534)
Saldo Final (Nota 10.d)	588.762	353.271	645.463	387.292	942.033	1.032.755
<b>b) Instrumentos Financeiros Derivativos</b>						
Saldo Inicial	13	7	1.402	841	20	2.243
Constituição	4.575	2.746	11.309	6.785	7.321	18.094
Realização/Reversão	(2.510)	(1.505)	(12.698)	(7.619)	(4.015)	(20.317)
Saldo Final (Nota 7.c)	2.078	1.248	13	7	3.326	20
<b>c) Item Objeto de Hedge</b>						
Saldo Inicial	15.554	9.333	23.063	13.838	24.887	36.901
Constituição	12.797	7.678	12.538	7.523	20.475	20.061
Realização/Reversão	(28.941)	(17.365)	(20.047)	(12.028)	(46.306)	(32.075)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	(590)	(354)	15.554	9.333	(944)	24.887
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>						
<b>d) TVM</b>						
Saldo Inicial	131.001	78.601	84.026	50.416	209.602	134.442
Constituição	433.654	260.192	174.582	104.749	693.846	279.331
Realização/Reversão	(452.330)	(271.397)	(127.607)	(76.564)	(723.727)	(204.171)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	112.325	67.396	131.001	78.601	179.721	209.602

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
1. Total das Diferenças Temporárias	4.263.499	4.544.276	4.263.499	4.544.276
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.065.875	1.136.069	639.525	681.641
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	588.762	645.463	353.271	387.292
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	113.813	146.568	68.290	87.941
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) <sup>(1)</sup>	702.575	792.031	421.561	475.233
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) <sup>(2)</sup>	363.300	344.038	217.964	206.408

<sup>(1)</sup> Os créditos ativados encontram-se registrados em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos"

<sup>(2)</sup> Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 31.12.2014, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média <sup>(1)</sup>	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	12,44	237.627	211.337	142.576	126.802	380.203	338.139
2016	11,35	110.388	88.168	66.233	52.901	176.621	141.069
2017	10,68	55.973	40.393	33.584	24.235	89.557	64.628
2018	10,30	66.208	43.317	39.725	25.990	105.933	69.307
2019	9,74	118.566	70.686	71.153	42.420	189.719	113.106
<b>Total</b>		<b>588.762</b>	<b>453.901</b>	<b>353.271</b>	<b>272.348</b>	<b>942.033</b>	<b>726.249</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 31.12.2014.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:



Período	Realização do Crédito de IR	Realização do Crédito de CSLL	Total
2015	10.434	6.261	16.695
2016	(699)	(419)	(1.118)
2017	2.288	1.373	3.661
2018	16.411	9.846	26.257
2019	5.791	3.474	9.265
Acima de 2019	79.588	47.755	127.343
<b>Total</b>	<b>113.813</b>	<b>68.290</b>	<b>182.103</b>

### c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.12.2014		31.12.2013		31.12.2014	31.12.2013
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
<b>Efeito no Resultado</b>						
<b>a) Instrumentos Financeiros Derivativos</b>						
Saldo Inicial	5.397	3.238	14.165	8.497	8.636	22.662
Constituição	17.847	10.708	133.403	80.042	28.555	213.445
Realização/Reversão	(21.671)	(13.002)	(142.169)	(85.302)	(34.674)	(227.471)
Saldo Final (Nota 7.c)	1.573	944	5.399	3.237	2.517	8.636
<b>b) Reserva de Reavaliação</b>						
Saldo Inicial	4.134	2.482	5.090	3.056	6.616	8.146
Constituição	227	136	-	-	363	-
Realização/Reversão	(1.144)	(688)	(956)	(574)	(1.832)	(1.530)
Saldo Final	3.217	1.930	4.134	2.482	5.147	6.616
<b>c) Decorrentes de Créditos Recuperados <sup>(1)</sup></b>						
Saldo Inicial	16.491	9.895	-	-	26.386	-
Constituição	7.658	4.595	16.491	9.895	12.253	26.386
Realização/Reversão	(668)	(402)	-	-	(1.070)	-
Saldo Final (Nota 16.d)	23.481	14.088	16.491	9.895	37.569	26.386
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>						
<b>d) TVM</b>						
Saldo Inicial	25.007	15.004	123.082	73.851	40.011	196.933
Constituição	92.496	55.498	337.651	202.591	147.994	540.242
Realização/Reversão	(117.032)	(70.219)	(435.728)	(261.436)	(187.250)	(697.164)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	472	283	25.005	15.006	755	40.011

<sup>(1)</sup> Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos pelo valor presente serão baixadas de acordo com cronograma abaixo.

Período	IRPJ	CSLL	Total
2016	101	62	163
2017	20	12	32
2018	82	49	131
2019	1.842	1.104	2.946
<b>Total</b>	<b>2.045</b>	<b>1.227</b>	<b>3.272</b>

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação apuradas pelo valor presente serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2015	968	581	1.549
2016	968	581	1.549
2017	968	581	1.549
2018	313	187	500
<b>Total</b>	<b>3.217</b>	<b>1.930</b>	<b>5.147</b>

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2015	3.436	2.061	5.497
2016	3.018	1.811	4.829
2017	2.114	1.268	3.382
2018	1.523	914	2.437
2019	1.277	766	2.043
A partir de 2019	12.113	7.268	19.381
<b>Total</b>	<b>23.481</b>	<b>14.088</b>	<b>37.569</b>

#### d) Despesas Tributárias

Especificação	2º Sem/2014	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(101.538)	(213.329)	(200.275)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(11.919)	(21.101)	(16.733)
Outros Valores	(1.247)	(2.229)	(1.784)
<b>Total (Nota 20)</b>	<b>(114.704)</b>	<b>(236.659)</b>	<b>(218.792)</b>

#### e) Lei nº 12.973, de 13.05.2014

Em 13 de maio de 2014, foi convertida na Lei nº 12.973, a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins a partir de 01.01.2015. Com base no texto vigente estimamos que a referida Lei não acarrete efeitos contábeis relevantes nas operações do Banco.

#### NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes e obrigações legais são observados os critérios do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pelo Bacen por meio da Resolução n.º 3.823, de 16.12.2009, do CMN, e Carta Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as disposições legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições em 31.12.2014 e 31.12.2013, a seguir demonstrado:

Especificação	31.12.2014		31.12.2013	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
<b>a) PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)</b>				
<b>a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal</b>	<b>90.201</b>	<b>90.201</b>	<b>84.925</b>	<b>84.925</b>
<b>a.2) Causas Fiscais</b>	<b>1.356.639</b>	<b>36.809</b>	<b>1.167.404</b>	<b>33.148</b>
i) Obrigação Legal (Nota 22 i.1.ii)	284	284	281	281
ii) Outras Obrigações-Diversas (Nota 22 i.1.iii)	1.356.355	36.525	1.167.123	32.867
Provável	36.525	36.525	32.867	32.867
Possível	1.050.997	-	894.405	-
Remota <sup>(1)</sup>	268.833	-	239.851	-
<b>b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES</b>				
<b>b.1) Causas Trabalhistas</b>	<b>390.822</b>	<b>221.610</b>	<b>346.068</b>	<b>198.291</b>
Provável (Nota 16.i)	221.610	221.610	198.291	198.291
Possível	87.188	-	71.541	-
Remota	82.024	-	76.236	-
<b>b.2) Causas Cíveis</b>	<b>3.735.322</b>	<b>138.045</b>	<b>3.343.767</b>	<b>105.499</b>
Provável (Nota 16.i)	138.045	138.045	105.499	105.499
Possível	838.423	-	627.358	-
Remota <sup>(2)</sup>	2.758.854	-	2.610.910	-
<b>b.3) Outras Causas</b>	<b>2.956</b>	<b>608</b>	<b>2.208</b>	<b>663</b>
Provável (Nota 16.i)	608	608	663	663
Possível	2.044	-	1.543	-
Remota	304	-	2	-

<sup>(1)</sup> O montante da contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas com risco remoto está concentrado em 03 (três) processos que apresentaram saldo de contingência passiva da ordem de R\$ 226.632 (R\$ 204.492 em 31.12.2013).

<sup>(2)</sup> O montante da contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 06 (seis) processos que apresentaram saldo de contingência passiva da ordem de R\$ 1.720.429 (R\$ 1.451.054 em 31.12.2013).

- d) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e da contingência passiva é realizada, pela Superintendência Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- e) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “d”, subitens a.1 e a.2.i têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.
- f) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Três ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data-base de 31.12.2014, perfazem R\$ 941.885. Na posição de 31.12.2013, representavam R\$ 801.891, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data-base de 31.12.2014, R\$ 141.571. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 118.225, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa nulidade de cláusulas contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data-base de 31.12.2014, R\$ 57.434. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 47.963 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data-base de 31.12.2014, R\$ 55.151. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 46.056 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data-base de 31.12.2014, R\$ 39.734. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 33.182 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível, iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de perda financeira, de risco possível, perfaz, na data-base de 31.12.2014, R\$ 80.452. Na posição de 31.12.2013, inexistia processo da espécie.

- g) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as provisões e passivos contingentes, estão assim representados:

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Demandas Trabalhistas	420.988	392.741
Demandas Fiscais	211.574	210.037
Demandas Cíveis	47.955	41.381
<b>Total</b>	<b>680.517</b>	<b>644.159</b>

- h) Em “Outros Passivos Contingentes”, na posição de 31.12.2014, registram-se os valores de: R\$ 5.827 (R\$ 16.141, em 31.12.2013), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna, R\$ 12.781 (R\$ 12.777, em 31.12.2013) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 2.596 (R\$ 4.767, em 31.12.2013) referente à provisão para fazer frente a riscos operacionais decorrentes do Inventário de Operações de Crédito. Encontra-se registrado, ainda, o valor de R\$ 7.399 de provisão para passivos contingentes sobre operações de crédito com recursos do FNE, adicionais às registradas na data-base.

## **i) Movimentação das Provisões**

### **i.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal**

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)</b>		
Saldo inicial	84.925	82.258
Constituição	9.210	6.178
Reversão/Utilização/Baixa	(3.934)	(3.511)
Saldo Final (Nota 16.d)	90.201	84.925
<b>ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)</b>		
Saldo inicial	281	655
Constituição	44	56
Reversão/Utilização/Baixa	(41)	(430)
Saldo Final (Nota 22.e)	284	281
<b>iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo Inicial	32.867	35.431
Constituição	5.867	4.272
Reversão/Utilização/Baixa	(2.209)	(6.836)
Saldo Final (Nota 22.e)	36.525	32.867
<b>iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo inicial	198.291	179.319
Constituição	36.437	34.861
Reversão/Utilização/Baixa	(13.118)	(15.889)
Saldo Final (Nota 16.i)	221.610	198.291
<b>v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo Inicial	105.499	106.080
Constituição	67.317	36.040
Reversão/Utilização/Baixa	(34.771)	(36.621)
Saldo Final (Nota 16.i)	138.045	105.499
<b>vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo Inicial	663	258
Constituição	113	470
Reversão/Utilização/Baixa	(168)	(65)
Saldo Final (Nota 16.i)	608	663

## i.2) Demais Provisões

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
<b>i) FNE</b>		
Saldo Inicial	2.022.091	1.820.070
Constituição	1.034.231	560.930
Reversão/Utilização/Baixa	(993.605)	(358.909)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.062.717	2.022.091
<b>ii) FDNE</b>		
Saldo Inicial	515	420
Constituição	551	103
Reversão/Utilização/Baixa	(1)	(8)
Saldo Final (Nota 16.i)	1.065	515
<b>iii) Proagro</b>		
Saldo Inicial	2.152	3.388
Constituição	634	185
Reversão/Utilização/Baixa	(186)	(1.421)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.600	2.152
<b>iv) Outros Passivos Contingentes</b>		
Saldo Inicial	33.685	36.195
Constituição	12.397	11.696
Reversão/Utilização/Baixa	(17.479)	(14.206)
Saldo Final (Nota 16.i)	28.603	33.685

## NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

### a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta <sup>(1)</sup>	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013
Máxima	33.371,33	30.744,54
Mínima	1.273,33	1.148,97
Média	8.520,77	8.230,65

<sup>(1)</sup> Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

### b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Remuneração Bruta <sup>(1)</sup>	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual <sup>(2)</sup>	796.055,83	642.179,04	48.530,19	46.132,41	48.530,19	46.132,41
Menor remuneração individual <sup>(3)</sup>	617.908,01	545.150,28	48.530,19	46.132,41	48.530,19	46.132,41
Remuneração média individual <sup>(4)</sup>	715.398,79	608.911,77	47.479,54	45.324,23	48.254,63	44.803,63
Número de membros <sup>(5)</sup>	6,92	7,00	5,50	5,75	5,17	5,58

<sup>(1)</sup> Valores aprovados pela 61ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 95ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 28.03.2014.

<sup>(2)</sup> Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

<sup>(3)</sup> Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

<sup>(4)</sup> Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

<sup>(5)</sup> O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.12.2014, o número de funcionários do Banco totalizava 6.972 (6.479 em 31.12.2013), registrando-se um acréscimo de 7,61% no quadro de pessoal.

## NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 62.345 (R\$ 28.876 em 31.12.2013), composta pelo equivalente a 8,34% do lucro líquido do exercício (5,00% em 31.12.2013) e 25,00% (7,85% em 31.12.2013) dos dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício.

Em maio de 2014, o Banco procedeu ao pagamento do valor de R\$ 25.765, a título de participação complementar dos empregados nos resultados de 2013, que somados à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados no período corrente, no valor de R\$ 62.345 e à PLR dos administradores, no valor de R\$ 2.562 (R\$ 580 em 31.12.2013), correspondem às despesas registradas no exercício, no valor total de R\$ 90.672 (R\$ 29.457 em 31.12.2013).

## **NOTA 25– Benefícios Pós-Emprego**

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – Capef, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste – Camed e Banco.

### **a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios**

#### **a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil**

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

Os planos BD, CV I e Natural estão expostos, principalmente, aos riscos de investimento, taxa de juros e longevidade. Os planos CV I e Natural ainda estão expostos ao risco de evolução salarial e despesas administrativas e os planos BD e Natural à opção pelo benefício no que tange à postergação de entrada em aposentadoria do participante.

#### **a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef**

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

#### **a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições**

Não existem, em 31.12.2014, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

#### **a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)**

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.12.2014, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2013, 1:1).

## **a.2) Plano de Assistência Médica**

O Banco é patrocinador de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

### **a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições**

Não existem, em 31.12.2014, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

### **a.2.2) Contribuições**

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

## **a.3) Seguro de Vida em Grupo**

O Banco mantém, para seus empregados e aposentados, seguro de vida em grupo para cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença.

O seguro de vida em grupo está exposto, principalmente, aos riscos de taxa de juros e de longevidade.

### **a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições**

Não existem, em 31.12.2014, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

## **b) Análise da Obrigação Atuarial**

Sob a ótica da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, na posição de 31.12.2014, os planos administrados pela Capef e Camed, encontram-se registrados nas demonstrações financeiras do Banco na seguinte situação:

### **b.1) Planos de Previdência Privada**

i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.289.131 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.159.800, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 130.331. A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 2.597.271 e relativa aos participantes ativos é de R\$ 691.860;

ii. Plano CV I: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 4.398 é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 11.991, resultando em um superávit de R\$ 7.593, que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

**b.2) Plano de Assistência Médica:** o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 779.433 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 68.831, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 710.602. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 524.800 e relativa aos participantes ativos é de R\$ 254.633.

**b.3) Seguro de vida em grupo:** o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 37.660, inexistindo ativos para esse plano. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 27.519 e relativa aos participantes ativos é de R\$ 10.141.



**c) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação**

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	(2.913.366)	(3.934.869)	(7.675)	(9.151)
2. Custo dos Juros	(343.961)	(320.491)	(946)	(787)
3. Custo do Serviço Corrente	(11.411)	(18.354)	(368)	(364)
4. Benefícios Pagos pelo Plano <sup>(1)</sup>	309.463	284.066	63	37
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(62.892)	(58.350)	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	11.542	10.862	-	-
<b>7. Remensurações de (Ganhos) Perdas Atuariais</b>	<b>(278.506)</b>	<b>1.123.770</b>	<b>4.528</b>	<b>2.590</b>
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(214.972)	370.572	3.396	(377)
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	(2.693)	1.268	-
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(63.534)	755.891	(136)	2.967
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(3.289.131)	(2.913.366)	(4.398)	(7.675)

Especificação	Camed		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	(763.013)	(807.485)	(38.260) <sup>(1)</sup>
2. Custo dos Juros	(90.175)	(66.534)	(4.531)
3. Custo do Serviço Corrente	(13.325)	(17.680)	(746)
4. Benefícios Pagos pelo Plano <sup>(2)</sup>	56.132	52.685	4.474
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(13.956)	(13.611)	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	10.256	15.244	-
<b>7. Remensurações de (Ganhos) Perdas Atuariais</b>	<b>(45.803)</b>	<b>74.368</b>	<b>1.403</b>
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(19.835)	(461.020)	2.231
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	30.014	-
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(25.968)	505.374	(828)
8. Redução no plano	80.452	-	-
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(779.433)	(763.013)	(37.660)

<sup>(1)</sup> Seguro de Vida: valor reconhecido em "Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial"

<sup>(2)</sup> Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

**d) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos**

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	2.835.022	3.358.234	9.019	6.159
2. Receita de Juros	338.545	274.096	1.200	573
3. Contribuições Recebidas do Empregador <sup>(1)</sup>	64.164	60.184	586	559
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	1.188	1.882	540	509
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	62.892	58.350	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(11.542)	(10.862)	-	-
7. Benefícios Pagos pelo Plano	(309.463)	(284.066)	(63)	(37)
8. Retorno sobre os Ativos do Plano <sup>(2)</sup>	177.994	(622.796)	709	1.256
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	3.158.800	2.835.022	11.991	9.019

<sup>(1)</sup> Capef - Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

<sup>(2)</sup> Exceto receita de juros.

Especificação	Camed		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	40.696	56.909	-
2. Receita de Juros	5.040	5.077	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador <sup>(1)</sup>	35.945	35.956	2.237
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	17.038	15.767	2.237
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	13.956	13.611	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(10.256)	(15.244)	-
7. Benefícios Pagos pelo Plano <sup>(2)</sup>	(56.131)	(52.685)	(4.474)
8. Retorno sobre os Ativos do Plano <sup>(3)</sup>	22.543	(18.695)	-
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	68.831	40.696	-

<sup>(1)</sup> Camed - Plano Natural: contribuições relativas a associados e coparticipações pagas pelo empregador;

<sup>(2)</sup> Camed - Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

<sup>(3)</sup> Exceto receita de juros.

**e) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo**

Especificação	Capecf	
	Plano CV I	
	31.12.2014	
1. Efeito do Teto do Ativo, no Início do Exercício	(1.344)	
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(254)	
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(5.995)	
4. Efeito do Teto do Ativo, no Fim do Exercício	(7.593)	

**f) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial**

Especificação	Capecf			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(3.289.131)	(2.913.366)	(4.398)	(7.675)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	3.158.800	2.835.022	11.991	9.019
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(130.331)	(78.344)	7.593	1.344
4. Efeito do Teto do Ativo, no Final do Exercício	-	-	(7.593)	(1.344)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial (Nota 16.i)	(130.331)	(78.344)	-	-

<sup>(1)</sup> Inclusive diferença de contribuições estimadas para Dezembro/2014, no cálculo atuarial, Plano BD:01.01 a 31.12.2014: R\$ (63).

Especificação	Camed		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(779.433)	(763.013)	(37.660)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	68.831	40.696	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(710.602)	(722.317)	(37.660)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial (Nota 16.i)	(710.602)	(722.317)	(37.660)

**g) Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício**

Especificação	Capecf					
	Plano BD			Plano CV I		
	2º Sem/2014	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013	2º Sem/2014	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013
<b>1. Custo do Serviço Corrente Líquido</b>	<b>(5.192)</b>	<b>(10.223)</b>	<b>(16.472)</b>	<b>103</b>	<b>172</b>	<b>145</b>
1.1. Custo do Serviço	(5.705)	(11.411)	(18.354)	(184)	(368)	(364)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	513	1.188	1.882	287	540	509
<b>2. Juros Líquidos</b>	<b>(2.708)</b>	<b>(5.416)</b>	<b>(46.395)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(214)</b>
2.1. Custo dos Juros	(171.980)	(343.961)	(320.491)	(473)	(946)	(787)
2.2. Receita de Juros	169.272	338.545	274.096	600	1.200	573
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	-	(127)	(254)	-
<b>3. Total (item 1 + item 2)<sup>(1)</sup></b>	<b>(7.900)</b>	<b>(15.639)</b>	<b>(62.867)</b>	<b>103<sup>(2)</sup></b>	<b>172<sup>(2)</sup></b>	<b>(69)</b>

<sup>(1)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos a serem ressarcidas, Plano BD: 01.01 a 31.12.2014: R\$ 1 e 01.01 a 31.12.2013: R\$ 5.

<sup>(2)</sup> Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais"

Especificação	Camed			Seguro de Vida	
	Plano Natural			2º Sem/2014	01.01 a 31.12.2014
	2º Sem/2014	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013		
<b>1. Custo do Serviço Corrente Líquido</b>	<b>1.962</b>	<b>3.713</b>	<b>(1.913)</b>	<b>1.491</b>	<b>1.491</b>
1.1. Custo do Serviço	(6.662)	(13.325)	(17.680)	(746)	(746)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	8.624	17.038	15.767	2.237	2.237
<b>2. Juros Líquidos</b>	<b>(42.568)</b>	<b>(85.135)</b>	<b>(61.457)</b>	<b>(4.531)</b>	<b>(4.531)</b>
2.1. Custo dos Juros	(45.088)	(90.175)	(66.534)	(4.531)	(4.531)
2.2. Receita de Juros	2.520	5.040	5.077	-	-
3. Redução no Plano (registrada em Reversão de Provisões Operacionais)	-	80.452	-	-	-
<b>4. Total (item 1 + item 2)</b>	<b>(40.606)</b>	<b>(970)</b>	<b>(63.370)</b>	<b>(3.040)</b>	<b>(3.040)</b>

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	2º Sem/2014	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013
1. Contribuições (Parte CD) <sup>(1)</sup>	(21.029)	(36.416)	(29.471)

<sup>(1)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos a serem ressarcidas: 2º Sem/2014 – R\$ 199; 01.01 a 31.12.2014 - R\$ 388 e 01.01 a 31.12.2013 – R\$ 370.

#### h) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Para os planos BD, Natural e CV I, os ganhos (perdas) atuariais decorrentes dos ajustes de experiência, incluem os efeitos do Programa de Incentivo ao Desligamento, conforme Nota 31.b, bem como no caso do plano BD, a redução do passivo atuarial líquido em virtude da supressão das despesas administrativas. Os efeitos do PID foram de R\$ (8.902) (plano BD), R\$ 59 (plano CV I) e R\$ (569) (plano Natural), respectivamente, e da supressão das despesas administrativas no plano BD R\$ (73.891). Os ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas financeiras, no exercício de 2014, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação à 31.12.2013, que passaram de 12,33% (Dezembro/2013) para 12,08% (Dezembro/2014), nos planos BD e Natural, e de 12,36% (Dezembro/2013) para 12,09% (Dezembro/2014), no plano CV I. O ganho registrado em 31.12.2014 relativo à alteração de premissa biométrica no plano CV I, refere-se à mudança de tabela de mortalidade de AT 2000 M Basic para RP 2000 Proj 2014 Unisex (70%M) (D20).

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	177.994	(622.796)	709	1.256
<b>2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre o Passivo</b>	<b>(278.506)</b>	<b>1.123.770</b>	<b>4.528</b>	<b>2.590</b>
2.1. Ajustes de Experiência	(214.972)	370.572	3.396	(377)
2.2. Alterações de Premissas Biométricas	-	(2.693)	1.268	-
2.3. Alterações de Premissas Financeiras	(63.534)	755.891	(136)	2.967
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(5.995)	(1.344)
<b>4. Total (item 1 + item 2 + item 3)</b>	<b>(100.512)</b>	<b>500.974</b>	<b>(758)</b>	<b>2.502</b>

Especificação	Camed		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014
1. Passivo Líquido no Início do Exercício	-	-	(38.260)
2. Retorno sobre os Ativos do Plano	22.543	(18.695)	-
<b>3. Ganhos (Perdas) atuariais sobre o Passivo</b>	<b>(45.803)</b>	<b>74.368</b>	<b>1.403</b>
3.1. Ajustes de Experiência	(19.835)	(461.020)	2.231
3.2. Alterações de Premissas Biométricas	-	30.014	-
3.3. Alterações de Premissas Financeiras	(25.968)	505.374	(828)
<b>4. Total (item 1 + item 2 + item 3)</b>	<b>(23.260)</b>	<b>55.673</b>	<b>(36.857)</b>

#### i) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Exercício

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Exercício	(78.344)	(576.635)	-	(2.992)
2. Contribuições do Empregador	64.164	60.184	586	559
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(15.639)	(62.867)	172	(69)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(100.512)	500.974	(758)	2.502
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Exercício (Nota 16.i)	(130.331) <sup>(1)</sup>	(78.344)	-	-

<sup>(1)</sup> Inclusive diferença de contribuições estimadas para Dezembro/2014, no cálculo atuarial do plano BD:01.01 a 31.12.2014: R\$ (63).

Especificação	Camed		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Exercício	(722.317)	(750.576)	(38.260)
2. Contribuições do Empregador	35.945	35.956	2.237
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(970)	(63.370)	(3.040)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(23.260)	55.673	1.403
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Exercício (Nota 16.i)	(710.602)	(722.317)	(37.660)

#### j) Política de investimento e Alocação dos valores justos dos planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,75% a.a. e do plano CV I, IPCA +5,5% a.a..

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Renda Fixa	83,58	82,53	91,07	82,85	34,04	9,53
Renda Variável	4,38	4,43	3,56	9,91	65,26	89,27
Investimentos Imobiliários	9,13	9,66	-	-	0,70	1,20
Investimentos Estruturados	0,24	0,31	2,80	6,13	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	2,65	3,05	2,57	1,11	-	-
Outros	0,02	0,02	-	-	-	-
<b>Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos</b>						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,20	0,37	18,02	-	34,04	9,53
Em propriedades/outros ativos utilizados pelo Banco	1,22	1,44	1,66	-	0,70	1,20

#### k) Premissas utilizadas

##### k.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef e da Camed, embasadas em estudos estatísticos elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquelas entidades. Nos cálculos atuariais, para os planos BD, Natural e Seguro de Vida, o tempo de adiamento da aposentadoria em relação a cada participante ativo foi estimado pelo percentil 50%, em relação ao tempo efetivo de adiamento da aposentadoria verificado para o conjunto dos atuais participantes ativos, que já se encontravam elegíveis para o benefício de aposentadoria programada na data da avaliação atuarial.

Especificação	Planos BD (Capef) e Plano Natural (Camed)		Seguro de Vida
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014
<b>Tábuas de Mortalidade</b>			
Ativos/Aposentados	RP2000 – Suavizada em 15%	RP2000 – Suavizada em 15%	RP2000 – Suavizada em 15%
Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
<b>Tábua de Entrada em Invalidez</b>	Álvaro Vindas – (A10)	Álvaro Vindas – (A10)	Álvaro Vindas – (A10)

Especificação	Plano CV I (Capef)	
	31.12.2014	31.12.2013
<b>Tábuas de Mortalidade</b>		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)	AT2000 M Basic
Inválidos <sup>(1)</sup>	Experiência do IAPC-Fraca	Experiência do IAPC-Fraca
<b>Tábua de Entrada em Invalidez</b>	Álvaro Vindas (suavizada 50%)	Experiência da Capef – Fraca <sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup> A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original; e

<sup>(2)</sup> A tábua de entrada em invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua de Experiência Capef original.

## k.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	12,08	12,33	12,09	12,36
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	6,24	6,47	6,25	6,50
Taxa média de inflação anual	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial <sup>(1)</sup>	6,56	6,56	5,50	-
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	5,50	5,50	5,50	5,50

<sup>(1)</sup> Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinge a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	12,08	12,33	12,08
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	6,24	6,47	6,24
Taxa média de inflação anual	5,50	5,50	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial	5,50	6,56	6,56
Taxa nominal de aumentos dos benefícios (HCCTR)	8,54 - 6,56 <sup>(1)</sup>	5,52	5,50
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento ( <i>Aging Factor</i> )	2,94	3,51	Não se aplica
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	8,54 - 6,56 <sup>(1)</sup>	5,52	Não se aplica

<sup>(1)</sup> Na posição de 31.12.2014, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 6(seis) anos. A taxa encontrada foi de 2,88%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 5,50% a.a., e decresce gradualmente em 10 anos, permanecendo a partir do 11º (décimo primeiro ano) em 1% a.a.

**k.3)** A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

**k.4)** É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

**k.5)** A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da "duration" dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012. A "duration" apurada para os planos Capef BD, Camed Natural e Seguro de vida é de 14,66 anos (31.12.2014) e 14,08 anos (31.12.2013) e para o plano Capef CV I é de 25,42 anos (31.12.2014) e 27 anos (31.12.2013).

## l) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera o incremento ou decréscimo de 1 (um) ano na idade do participante ou assistido, do aumento ou da redução de 0,25% na taxa de juros, para os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida, bem como da taxa de crescimento dos custos de saúde para o plano Natural. O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 31.12.2014.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2014	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.289.131)	(3.214.258)	(3.362.391)	(3.221.107)	(3.359.834)
Valor Justo dos Ativos	3.158.800	3.158.800	3.158.800	3.158.800	3.158.800
<b>Superávit (Déficit) Técnico</b>	<b>(130.331)</b>	<b>(55.458)</b>	<b>(203.591)</b>	<b>(62.307)</b>	<b>(201.034)</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,28)	2,23	(2,07)	2,15
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(57,45)	56,21	(52,19)	54,25

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2014	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(4.398)	(4.594)	(4.236)	(4.206)	(4.607)
Valor Justo dos Ativos	11.991	11.991	11.991	11.991	11.991
<b>Superávit (Déficit) Técnico <sup>(1)</sup></b>	<b>7.593</b>	<b>7.397</b>	<b>7.755</b>	<b>7.785</b>	<b>7.384</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		4,44	(3,69)	(4,38)	4,74
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(2,57)	2,14	2,54	(2,74)

<sup>(1)</sup> Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		HCCTR		Taxa de Juros	
	31.12.2014	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(779.433)	(744.062)	(815.547)	(812.845)	(739.097)	(751.649)	(808.945)
Valor Justo dos Ativos	68.831	68.831	68.831	68.831	68.831	68.831	68.831
<b>Superávit (Déficit) Técnico</b>	<b>(710.602)</b>	<b>(675.231)</b>	<b>(746.716)</b>	<b>(744.014)</b>	<b>(670.266)</b>	<b>(682.818)</b>	<b>(740.114)</b>
<b>Variações:</b>							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,5)	4,6	4,3	(5,2)	(3,6)	3,8
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico(%)		(5,0)	5,1	4,7	(5,7)	(3,9)	4,2

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros	
	31.12.2014	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(37.660)	(36.762)	(38.599)
<b>Superávit (Déficit) Técnico</b>	<b>(37.660)</b>	<b>(36.762)</b>	<b>(38.599)</b>
<b>Variações:</b>			
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,39)	2,49
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico(%)		(2,39)	2,49

## m) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

### m.1) Contribuições Esperadas para o ano de 2015

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Contribuições do Empregador	67.486	832	40.983	2.848
2. Despesas Administrativas	12.538	-	16.696	-
3. Contribuições de Empregados	527	832	21.222	2.848
4. Contribuições de Assistidos	66.959	-	19.761	-
5. Benefícios Esperados	326.483	67	62.912	5.695

### m.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef <sup>(1)</sup>		Camed <sup>(1)</sup>	Seguro de Vida <sup>(1)</sup>
	Plano BD	Plano CV I <sup>(2)</sup>	Plano Natural	
Até 1 ano	280.991	551	25.374	2.926
De 1 ano até 2 anos	542.242	850	28.644	2.903
De 2 anos até 5 anos	778.373	3.155	91.208	8.637
Acima de 5 anos	4.357.635	352.570	1.707.832	70.114
<b>Total</b>	<b>5.959.241</b>	<b>357.126</b>	<b>1.853.058</b>	<b>84.580</b>

<sup>(1)</sup> Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

<sup>(2)</sup> Inclusive os benefícios programados, com características de plano de contribuição definida.

## n) Estimativa de despesas para o ano de 2015

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(12.263)	654	8.416	(833)
2. Juros Líquidos	(11.636)	-	(82.084)	(4.205)
<b>3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer</b>	<b>(23.899)</b>	<b>654</b>	<b>(73.668)</b>	<b>(5.038)</b>

## NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 53.478.814 (R\$ 47.642.592 em 31.12.2013) está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 7.790.705 (R\$ 6.908.697 em 31.12.2013), registrado no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 840.648 (R\$ 525.559 em 31.12.2013).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1)** nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e

**c.3)** o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.12.2014	Provisão em 31.12.2013
AA	7.851.853	-	-
A	13.225.574	33.196	29.781
B	9.573.021	48.178	47.060
C	1.272.179	18.945	13.469
D	876.201	43.834	35.478
E	526.078	79.741	80.081
F	316.430	79.493	52.022
G	349.025	122.765	114.631
H	3.221.846	1.636.562	1.649.569
<b>Total</b>	<b>37.212.207</b>	<b>2.062.717</b>	<b>2.022.091</b>

**d)** para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 1.083.978 (R\$ 1.002.891 em 31.12.2013).

**e)** a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Secca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 1.215.757 (R\$ 1.209.296 em 31.12.2013).

## NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.12.2014	31.12.2013
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	016/2006	-	441
Proger-Urbano Investimento	017/2006	14.095	21.671
FAT - Infraestrutura	018/2006	221.269	245.254
Pronaf - Custeio	001/2007	-	3
Proger-Rural - Investimento	002/2007	-	129
Protrabalho Investimento	004/2007	165.508	163.923
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	172.463	172.798
<b>Total</b>		<b>573.335</b>	<b>604.219</b>

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 420.406 (R\$ 520.240 em 31.12.2013) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 34.763 (R\$ 49.775 em 31.12.2013).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2014		
		Forma <sup>(1)</sup>	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS <sup>(2)</sup>	Aplicado TJLP <sup>(3)</sup>	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	12.091	426	4.945	26.690	31.635
FAT – Infraestrutura <sup>(4)</sup>	18/2006	RA	51.169	2.826	26.129	137.008	163.137
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	24.548	71	481	91.215	91.696
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	37.516	1.659	3.208	130.730	133.938
<b>Total (Nota 13.b)</b>			<b>125.324</b>	<b>4.982</b>	<b>34.763</b>	<b>385.643</b>	<b>420.406</b>

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2013		
		Forma <sup>(1)</sup>	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS <sup>(2)</sup>	Aplicado TJLP <sup>(3)</sup>	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	7.463	137	-	-	-
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	28.256	572	4.218	37.464	41.682
FAT – Infraestrutura <sup>(4)</sup>	18/2006	RA	57.419	2.554	29.017	174.821	203.838
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	29.709	81	1.208	110.088	111.296
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	43.775	1.647	15.332	148.092	163.424
<b>Total (Nota 13.b)</b>			<b>166.622</b>	<b>4.991</b>	<b>49.775</b>	<b>470.465</b>	<b>520.240</b>

<sup>(1)</sup> RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

<sup>(2)</sup> Recursos remunerados pela Taxa Selic;

<sup>(3)</sup> Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

<sup>(4)</sup> Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

## NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

### a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos.

#### Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria Executiva é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) no link Relação com Investidores.

#### Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2015 a 2017, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 12.12.2014. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, através da Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) no link Relação com Investidores.



## b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.12.2014	31.12.2013
<b>Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas</b>	<b>34.164.552</b>	<b>30.618.909</b>
<b>Público</b>	<b>1.415.797</b>	<b>1.422.455</b>
<b>Privado</b>	<b>32.748.755</b>	<b>29.196.454</b>
Comércio	4.063.039	3.399.551
Comércio Exterior	1.057.432	743.824
Habitação	242	242
Indústria	9.879.206	8.445.949
Infraestrutura	3.272.057	3.563.125
Intermediários Financeiros	-	84.113
Microfinança Urbana	2.687.935	2.184.415
Pessoas Físicas	221.660	224.311
Rural	6.989.896	6.494.519
Outros Serviços	4.577.288	4.056.405
<b>Operações de Mercado</b>	<b>25.396.450</b>	<b>22.078.166</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>21.499.784</b>	<b>18.489.953</b>
Operações Compromissadas	11.682.975	9.912.872
Outras	9.816.809	8.577.081
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>76.500</b>	<b>83.709</b>
<b>Outros Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>2.201.192</b>	<b>1.929.804</b>
<b>Outras Operações</b>	<b>1.618.974</b>	<b>1.574.700</b>
<b>Demais Ativos</b>	<b>3.255.316</b>	<b>3.257.853</b>
<b>Total</b>	<b>62.816.318</b>	<b>55.954.928</b>

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

### **Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco**

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.025.460 (R\$ 4.717.354 em 31.12.2013). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.052.869 (R\$ 3.714.495 em 31.12.2013). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada três anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

## c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente, as informações relativas a esse risco.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As

disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.12.2014 (%)	31.12.2013 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	358,18	314,25
	Média dos últimos 12 meses	354,53	349,68
	Máximo dos últimos 12 meses	429,24	404,61
	Mínimo dos últimos 12 meses	273,40	287,74

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais. Todo o saldo das Dívidas Subordinadas foi inserido na coluna acima de 5 anos, uma vez que essa dívida não prevê pagamento de juros e tem prazo indeterminado. Os valores dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) distribuídos abaixo de 5 anos refletem pagamentos de juros anuais, enquanto os valores acima de 5 anos contêm o principal (de prazo indeterminado) e juros até o ano de 2050, apenas para fins de cálculo dos valores:

Especificação	31.12.2014				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	155.891	227.047	843.860	292.953	-
Depósitos a Prazo	153.860	374.532	1.582.286	4.496.258	3.898.032
Operações Compromissadas	1.701.030	-	-	77.488	-
Letras do Agronegócio (LCA)	58	465	89.017	25	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.605.288
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	-	-	83.648	250.944	3.949.631
<b>Total</b>	<b>2.010.839</b>	<b>602.044</b>	<b>2.598.811</b>	<b>5.117.668</b>	<b>9.452.951</b>
<b>Recursos Disponíveis (Nota 5)</b>	<b>8.365.461</b>				

Especificação	31.12.2013				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	91.230	368.450	321.107	141.923	-
Depósitos a Prazo	25.011	781.923	1.457.064	3.666.526	4.467.958
Operações Compromissadas	1.128.001	-	-	77.203	-
Letras do Agronegócio (LCA)	3.614	1.523	4.657	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.455.982
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	78.471	-	-	313.884	3.783.649
<b>Total</b>	<b>1.326.327</b>	<b>1.151.896</b>	<b>1.782.828</b>	<b>4.199.536</b>	<b>9.707.589</b>
<b>Recursos Disponíveis (Nota 5)</b>	<b>7.709.183</b>				

#### d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carteira de negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência</li> <li>Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência</li> </ul>	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

### Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
<b>Carteira de Negociação</b>						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	6.518.155	6.505.859	(12.296)	6.943.900	(24.254)
<b>Carteira Bancária</b>						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(55.007)	(56.688)	(1.681)	(58.352)	(3.345)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(2.668)	(2.674)	(6)	(2.680)	(12)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	858.797	803.102	(55.695)	753.097	(105.700)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	98.119	86.214	(11.904)	76.241	(21.878)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	493.237	432.551	(60.686)	380.465	(112.773)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.854.032)	(1.880.892)	(26.860)	(1.901.112)	(47.080)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.430.717	4.297.757	(132.959)	4.181.659	(249.058)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.631.434	1.593.429	1.557.616
		Passivo em ME	(1.656.484)	(1.624.355)	(1.593.943)
		Exposição Líquida	(25.050)	(30.926)	(36.327)

Na data-base de 31.12.2014, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

### Hedge Cambial e Respetivos Títulos

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de hedge cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Prefixado.

#### e) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos– identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é de autoavaliação de riscos e controles em processos RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes em atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto, além disso, permite ainda, a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter uma visão ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

#### f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 58.192 (R\$ 89.995 em 31.12.2013 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.12.2014	31.12.2013	Especificação	31.12.2014	31.12.2013
Disponibilidades	38.002	2.787	Depósitos	10.032	17.696
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	46.764	Relações Interdependências	9.235	5.399
Operações de Crédito	807.610	804.445	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	76.219	73.237
Outros Créditos	1.094.875	768.343	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.449.764	2.324.175
			Outras Obrigações	1.068.149	767.864
<b>Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos</b>	<b>1.940.487</b>	<b>1.622.339</b>	<b>Total de Passivos em Moedas Estrangeiras</b>	<b>3.613.399</b>	<b>3.188.371</b>
Operações de Swap	1.614.720	1.476.037	Operações de Swap	-	-
<b>Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras</b>	<b>3.555.207</b>	<b>3.098.376</b>	<b>Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras</b>	<b>3.613.399</b>	<b>3.188.371</b>

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

#### g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

O Bacen divulgou, a partir de março de 2013, os normativos que regulamentam a implantação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, com início de vigência em outubro/2013.

Os referidos normativos promoveram, basicamente, as seguintes alterações em relação às exigências vigentes até então:

- i. nova metodologia de apuração do capital regulamentar, no Brasil denominado Patrimônio de Referência (PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II;
- ii. apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e introdução do Adicional de Capital Principal; e
- iii. revisão de algumas ponderações e ajustes no cálculo da exposição a Risco de Crédito.

A apuração dos requisitos mínimos de capital está estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos de capital independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras, a saber:

- i. 4,5% para o Capital Principal, que é composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
- ii. 5,5% para o Nível I, que é composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e
- iii. 8% para o total do PR, que é composto pelo Nível I e por outros instrumentos de captação capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Adicionalmente às exigências relacionadas anteriormente, o Bacen determinou, ainda, a criação de uma exigibilidade complementar denominada Adicional de Capital Principal que corresponde aos chamados capital de conservação (fixo) e capital contracíclico (variável) previstos em Basileia III. Ao final do período de implantação, o Adicional de Capital Principal deverá ser de, no mínimo, 2,5% e, no máximo, 5% do montante RWA, devendo seu valor exato ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil de acordo com o contexto macroeconômico.

Em 31.12.2014, já considerando as normas em vigor para o Basileia III, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 15,73% (15,76% em 31.12.2013) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 9,20% (8,94% em 31.12.2013). O PR apurado foi de R\$ 5.861.912 (R\$ 5.524.588 em 31.12.2013), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 3.347.410 (R\$ 3.039.352 em 31.12.2013), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 36.392.687 (R\$ 34.015.667 em 31.12.2013).

#### i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>5.861.912</b>	<b>5.524.588</b>
. Nível I	<b>3.347.410</b>	<b>3.039.352</b>
. Capital Principal	3.347.410	3.039.352
. Nível II	<b>2.514.502</b>	<b>2.485.236</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>36.392.687</b>	<b>34.015.667</b>
. Parcela RWACPAD	30.373.147	28.947.518
. Parcela RWACAM	528.687	-
. Parcela RWAJUR	60.909	55.036
. Parcela RWACOM	2.855	2.900
. Parcela RWAOPAD	5.427.089	5.010.213
<b>Valor do RBAN</b>	<b>876.065</b>	<b>1.047.966</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 11%])</b>	<b>1.858.716</b>	<b>1.782.865</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN]* 11%)}</b>	<b>1.762.349</b>	<b>1.667.588</b>
<b>Índices de Basileia:</b>		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,20%	8,94%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 5,5%)	9,20%	8,94%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 11%)	16,11%	16,24%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	15,73%	15,76%

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

## ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)</b>	<b>5.861.912</b>	<b>5.524.588</b>
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I</b>	<b>3.347.410</b>	<b>3.039.352</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>3.347.410</b>	<b>3.039.352</b>
Capital Social	2.844.000	2.437.000
Reservas de Lucros	687.911	590.649
Reservas de Capital e de Reavaliação	19.394	20.610
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(183.496)	(8.045)
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	(384)
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-	-
Ajustes Prudenciais	(20.399)	(478)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(1.682)	-
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	(159)	(478)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(18.558)	-
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II</b>	<b>2.514.502</b>	<b>2.485.236</b>
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.567.202	2.538.135
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(52.700)	(52.899)

Os Instrumentos de Dívida Subordinada contratados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192 do CMN, de 01.03.2013, de acordo com o §2º do seu artigo 23, continuarão elegíveis até sua amortização, não estando, pois, sujeitos aos limitadores relacionados no artigo 28 da citada Resolução.

Quanto ao Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, há autorização para a continuidade da utilização integral do valor contratado, desta feita na condição de Capital Complementar, será requerida ao Bacen após a assinatura de aditivo, cujas bases já foram negociadas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Enquanto isso, estão sendo aplicados os limitadores definidos no artigo 28 da Resolução nº 4.192/13.

## iii. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.861.912	5.524.588
Limite para Imobilização	2.930.956	2.762.294
Situação	219.558	208.915
Margem	2.711.398	2.553.379
Índice de imobilização	3,75%	3,78%

## NOTA 29 – Partes Relacionadas

### a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
<b>Ativos</b>		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	404.556	384.355
<b>Total</b>	<b>404.556</b>	<b>384.355</b>

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
<b>Passivos</b>		
<b>Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)</b>	<b>420.406</b>	<b>520.240</b>
<b>Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)</b>	<b>1.631.087</b>	<b>1.706.841</b>
Tesouro Nacional	659	698
BNDES	1.464.027	1.528.337
Finame	166.401	177.806
<b>Outras Obrigações</b>	<b>10.760.454</b>	<b>9.644.360</b>
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	7.798.625	6.915.797
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	1.356.540	1.272.581
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	1.605.289	1.455.982
<b>Total</b>	<b>12.811.947</b>	<b>11.871.441</b>

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
<b>Passivos</b>	<b>840.870</b>	<b>800.661</b>
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Nota 16.i)	130.268	78.344
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Nota 16.i)	710.602	722.317
<b>Total</b>	<b>840.870</b>	<b>800.661</b>

#### b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/2014	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013
<b>Honorários</b>	<b>2.029</b>	<b>3.758</b>	<b>3.756</b>
Diretoria	1.785	3.248	3.245
Conselho de Administração	122	261	261
Conselho Fiscal	122	249	250
<b>Outros</b>	<b>103</b>	<b>283</b>	<b>236</b>
<b>Participação no Lucro</b>	<b>305</b>	<b>1.112</b>	<b>530</b>
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>2.437</b>	<b>5.153</b>	<b>4.522</b>
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	<b>181</b>	<b>308</b>	<b>252</b>
<b>Total</b>	<b>2.618</b>	<b>5.461</b>	<b>4.774</b>

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

#### NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	2º Sem/2014	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2013
<b>Lucro Líquido</b>	<b>421.338</b>	<b>747.350</b>	<b>360.357</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(134.987)</b>	<b>(174.235)</b>	<b>212.641</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	52.937	(23.440)	(580.206)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(21.175)	9.376	232.082
Realização da Reserva de Reavaliação	1.936	2.684	3.824
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(774)	(1.468)	(1.530)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(167.911)	(161.387)	558.471
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>286.351</b>	<b>573.115</b>	<b>572.998</b>

#### NOTA 31 - Outras Informações

##### a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
Créditos Abertos para Importação	39.138	54.614
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	-	20.450
- FNE	18.822.934	16.869.908
- FDNE	106.548	83.801
Coobrigações em Cessões de Crédito	22.881	22.660

##### b) Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

O Conselho de Administração do Banco aprovou o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), com prazo final de adesão em Dezembro/2014. A despesa do referido Programa totalizou R\$ 107.539, referente ao desligamento de 532 funcionários.

Fortaleza, 6 de fevereiro de 2015.

A Diretoria

**OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do  
**Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstração do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2015

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6 – F – CE

Eduardo Braga Perdigão  
Contador CRC-1CE013803/O-8

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Parecer dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Brasília (DF), 6 de fevereiro de 2015.

**O CONSELHO FISCAL**

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil é um órgão colegiado instituído na forma da Resolução CMN 3198/2004, com atribuições e requisitos de funcionamento inseridos no Estatuto Social do Banco. O Regimento Interno e o endereço eletrônico do colegiado, para recebimento de informações, estão disponíveis na *internet* em [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br), na área Sobre o Banco – Relação com os Acionistas.

O Comitê de Auditoria realizou 17 reuniões presenciais no semestre, totalizando 31 dias úteis de trabalho conjunto do Colegiado, além de jornadas extraordinárias individuais, período em que desenvolveu atividades relacionadas à assessoria ao Conselho de Administração envolvendo a avaliação do Sistema de Controles Internos e o acompanhamento da implementação de ações de melhoria dos processos corporativos e de correção de fragilidades e de falhas pontuais detectadas.

Ao emitir o relatório semestral o Comitê de Auditoria considerou, em conformidade com as normas aplicáveis, que compete à Auditoria Externa auditar e emitir opinião, sustentada em procedimentos legais e infralegais, sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela Diretoria do Banco e à Auditoria Interna monitorar, avaliar e aferir, de forma independente dos gestores de negócios, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco.

Em conformidade com a Resolução CMN 3198/2004, o Comitê de Auditoria avaliou a efetividade do sistema de controles internos do Banco do Nordeste do Brasil, avaliou a efetividade das auditorias interna e externa e revisou as demonstrações contábeis e concluiu que:

- a) O sistema de controles internos do Banco do Nordeste do Brasil tem-se mostrado capaz de identificar fatores adversos e permitir ações corretivas pelos gestores e administradores. As falhas isoladas e as fragilidades detectadas nos processos corporativos não comprometem a saúde econômica e financeira do Banco no curto prazo e podem ser corrigidas no curso normal das operações. Não obstante, as ações corretivas devem ser tempestivas e é essencial que o Banco continue investindo na otimização dos processos corporativos, na atualização das soluções de tecnologia da informação de suporte aos negócios e no aperfeiçoamento do processo de seleção, provimento e capacitação de pessoal para garantir o crescimento saudável da Instituição;
- b) A Auditoria Interna concentrou esforços na realização de trabalhos relevantes, assim entendidos aqueles previstos no Plano Anual de Atividades – PAINT aprovado pelo Conselho de Administração e pela Controladoria-Geral da União ou decorrentes de eventos prioritários e não previsíveis. No geral, a qualidade dos trabalhos realizados foi aceitável, mas parte das atividades programadas não foi cumprida ou concluída com atraso e averiguações importantes são demasiadamente demoradas;
- c) Não foram percebidos fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação da ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES na prestação dos serviços de auditoria contratados; e
- d) As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (CE), 06 de fevereiro de 2015.

**O Comitê de Auditoria**



**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**  
*Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.*

**Demonstrações Financeiras**

**F N E**

**Em R\$ MIL**

**Posição: 31.12.2014**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO			PASSIVO				
		31.12.2014	31.12.2013			31.12.2014	31.12.2013
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>17.236.750</b>	<b>14.353.661</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>51</b>	<b>27</b>
DISPONIBILIDADES .....	(Nota 4.b.1)	1.530.838	1.766.402	Obrigações Diversas.....		51	27
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CREDITO.....		6.259.867	5.142.295	Provisões para Pagamentos a Efetuar.....		51	27
CREDITOS VINCULADOS .....		390	5.997				
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		390	5.997	<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b> .....	(Nota 4.c)	<b>53.478.814</b>	<b>47.642.592</b>
DEVEDORES POR REPASSES.....		57.862	74.794	TRANSFERENCIAS DA UNIAO:			
Devedores por Repasses-Outras Instituições .....		57.862	74.794	No Exercício.....		6.078.784	5.578.343
OPERAÇÕES DE CREDITO .....	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	9.379.665	7.356.782	Em Exercícios Anteriores.....		48.734.497	43.156.154
Financiamentos.....		4.016.912	2.991.815	RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES.....		(1.161.527)	(335.015)
Financiamentos a Exportação.....		53.019	57.339	RESULTADO DO EXERCICIO.....		(172.940)	(756.890)
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		525.012	577.125				
Financiamentos Agroindustriais.....		257.221	213.622				
Financiamentos Rurais.....		5.189.212	4.314.088				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....		(661.711)	(797.207)				
OUTROS CREDITOS .....	(Nota 4.b.7)	7.921	7.100				
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito.....		7.921	7.100				
OUTROS VALORES E BENS .....	(Nota 4.b.8)	207	291				
Títulos de Cobertura do Proagro.....		4	4				
Títulos da Dívida Agrária.....		225	326				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(22)	(39)				
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b> .....		<b>36.242.115</b>	<b>33.288.958</b>				
CREDITOS VINCULADOS .....		6.687	359				
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		6.687	359				
DEVEDORES POR REPASSES.....		1.761.088	1.593.004				
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9-A .....	(Nota 8)	1.605.289	1.455.982				
Devedores por Repasses-Outras Instituições.....		155.799	137.022				
OPERAÇÕES DE CREDITO .....	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	34.473.250	31.694.549				
Financiamentos.....		16.444.395	13.804.297				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		4.479.713	4.885.706				
Financiamentos Agroindustriais.....		825.800	898.896				
Financiamentos Rurais.....		12.723.342	12.105.650				
OUTROS VALORES E BENS .....	(Nota 4.b.8)	1.090	1.046				
Títulos da Dívida Agrária.....		1.323	1.549				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(233)	(503)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>53.478.865</b>	<b>47.642.619</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....		<b>53.478.865</b>	<b>47.642.619</b>

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO</b>				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014				
(Valores em R\$ Mil)				
		2º sem/2014	Exercício/2014	Exercício/2013
<b>RECEITAS</b>				
De Operações de Crédito .....	(Nota 6.i)	558.236	1.080.393	747.487
De Remuneração das Disponibilidades .....	(Nota 4.b.1)	465.257	840.648	525.559
De Reversão de Provisões Operacionais.....		311	357	86
<b>DESPESAS</b>	(Nota 4.a.8)			
De Administração.....		(562.105)	(1.215.757)	(1.209.296)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance..		(142.019)	(257.786)	(190.829)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de		(298.202)	(620.704)	(629.787)
De Auditoria.....		(46)	(91)	(110)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) NO PERÍODO</b>		<b>21.432</b>	<b>(172.940)</b>	<b>(756.890)</b>

<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014				
(Valores em R\$ Mil)				
EVENTOS		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDOS EM 31.12.2012</b>		<b>43.156.154</b>	<b>(308.028)</b>	<b>42.848.126</b>
Transferências da União no Exercício.....		5.578.343	-	5.578.343
Ajustes de Exercícios Anteriores .....	(Nota 7)	-	(26.987)	(26.987)
Prejuízo do Exercício.....		-	(756.890)	(756.890)
<b>SALDOS EM 31.12.2013</b> .....		<b>48.734.497</b>	<b>(1.091.905)</b>	<b>47.642.592</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO</b> .....		<b>5.578.343</b>	<b>(783.877)</b>	<b>4.794.466</b>
<b>SALDOS EM 31.12.2013</b> .....		<b>48.734.497</b>	<b>(1.091.905)</b>	<b>47.642.592</b>
Transferências da União no Exercício.....		6.078.784	-	6.078.784
Ajustes de Exercícios Anteriores .....	(Nota 7)	-	(69.622)	(69.622)
Prejuízo do Exercício.....		-	(172.940)	(172.940)
<b>SALDOS EM 31.12.2014</b> .....		<b>54.813.281</b>	<b>(1.334.467)</b>	<b>53.478.814</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO</b> .....		<b>6.078.784</b>	<b>(242.562)</b>	<b>5.836.222</b>
<b>SALDOS EM 30.06.2014</b> .....		<b>52.002.756</b>	<b>(1.288.000)</b>	<b>50.714.756</b>
Transferências da União no Semestre.....		2.810.525	-	2.810.525
Ajustes de Exercícios Anteriores .....		-	(67.899)	(67.899)
Lucro do Semestre.....		-	21.432	21.432
<b>SALDOS EM 31.12.2014</b> .....		<b>54.813.281</b>	<b>(1.334.467)</b>	<b>53.478.814</b>
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE</b> .....		<b>2.810.525</b>	<b>(46.467)</b>	<b>2.764.058</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2014

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/14	Exercício/2014	Exercício/2013
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro (Prejuízo) do Período.....</b>	<b>21.432</b>	<b>(172.940)</b>	<b>(756.890)</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:</b>			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos.....	298.202	620.704	629.787
Reversão de Provisões Operacionais.....	(311)	(357)	(86)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	6	24	23
<b>Lucro (Prejuízo) Ajustado do Período.....</b>	<b>319.329</b>	<b>447.431</b>	<b>(127.166)</b>
Créditos Vinculados.....	(197)	(721)	857
Devedores por Repasses.....	(82.464)	(151.153)	(116.162)
Operações de Crédito.....	(4.066.024)	(5.422.218)	(4.927.479)
Outros Créditos.....	(801)	(820)	(5.011)
Outros Valores e Bens.....	121	327	54
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(67.898)	(69.622)	(26.987)
<b>CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....</b>	<b>(3.897.934)</b>	<b>(5.196.776)</b>	<b>(5.201.894)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Transferências da União.....	2.810.525	6.078.784	5.578.343
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....</b>	<b>2.810.525</b>	<b>6.078.784</b>	<b>5.578.343</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>(1.087.409)</b>	<b>882.008</b>	<b>376.449</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:</b>			
No início do Período.....	8.878.114	6.908.697	6.532.248
No fim do Período.....	7.790.705	7.790.705	6.908.697
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>(1.087.409)</b>	<b>882.008</b>	<b>376.449</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

**Índice das Notas Explicativas**

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º- A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Nota 5 – Fiscalização	

**NOTA 1 – Histórico**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Artigo 159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pelas Leis Complementares nºs 125, de 03.01.2007 e 129, de 08.01.2009, pelas Leis nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999, 10.177, de 12.01.2001, 11.011, de 20.12.2004, 11.524, de 24.09.2007, 11.945, de 04.06.2009, 12.249, de 11.06.2010, 12.716, de 21.09.2012, 12.793, de 02.04.2013, pela Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Artigo 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

**NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

**NOTA 3 – Administração**

Ao Banco cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

**NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis**

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

**a) Apropriação de Receitas e Despesas**

**a.1)** As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

**a.2)** A partir de 1º de janeiro de 2008, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5% a 10% a.a., de acordo com o setor de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do Banco na forma da legislação.

A Medida Provisória nº 581, de 20.09.2012, convertida na Lei nº 12.793, de 02.04.2013, em seu Artigo 3º alterou o Artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, atribuindo ao Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, a responsabilidade pela definição dos encargos financeiros e do bônus de adimplência nas operações do FNE, os quais poderão ser diferenciados em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento.



Com base nesse instrumento legal, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.181, de 07.01.2013, fixou em 3,53% a.a. os encargos financeiros para os financiamentos com recursos do FNE contratados no período de 01.01.2013 a 30.06.2013, e em 4,12% a.a. os encargos para os financiamentos contratados no período de 01.07.2013 a 31.12.2013, estabelecendo em 15% o bônus de adimplência sobre esses encargos, para as parcelas pagas até as datas dos respectivos vencimentos, não se aplicando tais encargos financeiros aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Artigo 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Por meio da Resolução nº 4.297, de 30.12.2013, o Conselho Monetário Nacional definiu os encargos financeiros para as operações realizadas com recursos do FNE no período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, a taxas que variam de 5,3% a 8,83% a.a. para os produtores rurais e suas cooperativas, consoante a finalidade do crédito e a receita bruta anual do produtor ou cooperativa. Para os demais setores, fixou taxas que variam de 5,3% a 12,36% a.a., de acordo com a finalidade do crédito e a receita bruta anual do empreendimento financiado. O bônus de adimplência foi fixado em 15% ao ano, sobre os encargos financeiros, para as parcelas das dívidas pagas até os respectivos vencimentos. Esses encargos financeiros e bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Artigo 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em Lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada, como rendas a apropriar do Fundo, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em Lei serão concedidos bônus de adimplência de 15% (quinze por cento), desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa constante no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Bacen.

- a.3)** A Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco, sobre os financiamentos com recursos do FNE:
- nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
  - para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco, o *del credere* será de 3% a.a.; e
  - nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a..
- a.4)** Na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco será de 2,5% a.a.
- a.5)** A Portaria nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Banco faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.
- a.6)** Nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio não há incidência de *del credere* em favor do Banco, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.
- a.7)** Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, incisos I a IV, e o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, parágrafo único.
- a.8)** Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio –

Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf Grupo A/Agroamigo, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B e Seca-2012-Custeio – Outros Grupos, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

#### **b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo**

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

- b.1)** O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Disponibilidades	1.530.838	1.766.402
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	6.259.867	5.142.295
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>7.790.705</b>	<b>6.908.697</b>

- b.2)** O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).
- b.3)** A Lei nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.
- b.4)** A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis nº 9.138, de 29.11.1995, nº 10.437, de 25.04.2002 e nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodec - Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalamentos de prazos.
- b.5)** A Lei nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322 não remitidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do Pronaf, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remitidas, lastreadas com recursos do FNE.
- b.6)** A Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, autorizou o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos do FNE, destinadas a atender aos setores produtivos rural,

industrial, comercial e de serviços dos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal. Essa mesma Lei, em seu Artigo 5º, autorizou a instituição de linha de crédito rural com recursos do FNE para liquidação, até 31 de dezembro de 2013, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais. Referida linha de crédito foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.147, de 25.10.2012.

- b.7)** São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- b.8)** Os títulos registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

#### c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, realizadas decenalmente;
- retornos e resultados operacionais; e
- resultado da remuneração dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

#### d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

#### NOTA 5 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

#### NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

##### a) Composição da Carteira de Crédito

##### a.1) Carteira Total

Financiamentos	31.12.2014			31.12.2013		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	19.983.056	478.251	20.461.307	16.421.414	374.698	16.796.112
Financiamentos à Exportação	44.329	8.690	53.019	53.562	3.777	57.339
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.004.725	-	5.004.725	5.462.831	-	5.462.831
Financiamentos Agroindustriais	1.036.349	46.672	1.083.021	1.070.731	41.787	1.112.518
Financiamentos Rurais	17.162.415	750.139	17.912.554	15.484.280	935.458	16.419.738
<b>Subtotal</b>	<b>43.230.874</b>	<b>1.283.752</b>	<b>44.514.626</b>	<b>38.492.818</b>	<b>1.355.720</b>	<b>39.848.538</b>
Repasses ao BNB	1.605.289	-	1.605.289	1.455.982	-	1.455.982
Repasses a Outras Instituições	213.661	-	213.661	211.816	-	211.816
<b>Total da Carteira</b>	<b>45.049.824</b>	<b>1.283.752</b>	<b>46.333.576</b>	<b>40.160.616</b>	<b>1.355.720</b>	<b>41.516.336</b>
Provisão	(346.901)	(314.810)	(661.711)	(456.037)	(341.170)	(797.207)
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>44.702.923</b>	<b>968.942</b>	<b>45.671.865</b>	<b>39.704.579</b>	<b>1.014.550</b>	<b>48.719.129</b>

**a.2) Carteira com Risco Integral do BNB**

Financiamentos	31.12.2014			31.12.2013		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos Agroindustriais	1.425	-	1.425	1.375	-	1.375
Financiamentos Rurais	260.551	8.924	269.475	242.751	8.909	251.660
<b>Subtotal</b>	<b>261.976</b>	<b>8.924</b>	<b>270.900</b>	<b>244.126</b>	<b>8.909</b>	<b>253.035</b>
Repasse ao BNB	1.605.289	-	1.605.289	1.455.982	-	1.455.982
Repasse a Outras Instituições	162.800	-	162.800	158.693	-	158.693
<b>Total da Carteira</b>	<b>2.030.065</b>	<b>8.924</b>	<b>2.038.989</b>	<b>1.858.801</b>	<b>8.909</b>	<b>1.867.710</b>
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>2.030.065</b>	<b>8.924</b>	<b>2.038.989</b>	<b>1.858.801</b>	<b>8.909</b>	<b>1.867.710</b>

**a.3) Carteira com Risco Compartilhado**

Financiamentos	31.12.2014			31.12.2013		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	19.923.258	468.882	20.392.140	16.357.524	363.266	16.720.790
Financiamentos à Exportação	44.329	8.690	53.019	53.562	3.777	57.339
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.004.725	-	5.004.725	5.462.831	-	5.462.831
Financiamentos Agroindustriais	968.421	38.379	1.006.800	1.000.474	33.918	1.034.392
Financiamentos Rurais	9.969.982	351.800	10.321.782	9.203.911	437.098	9.641.009
<b>Subtotal</b>	<b>35.910.715</b>	<b>867.751</b>	<b>36.778.466</b>	<b>32.078.302</b>	<b>838.059</b>	<b>32.916.361</b>
<b>Total da Carteira</b>	<b>35.910.715</b>	<b>867.751</b>	<b>36.778.466</b>	<b>32.078.302</b>	<b>838.059</b>	<b>32.916.361</b>
Provisão	(51.007)	(184.711)	(235.718)	(65.875)	(196.685)	(262.560)
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>35.859.708</b>	<b>683.040</b>	<b>36.542.748</b>	<b>32.012.427</b>	<b>641.374</b>	<b>32.653.801</b>

**a.4) Carteira com Risco Integral do FNE**

Financiamentos	31.12.2014			31.12.2013		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	59.798	9.369	69.167	63.890	11.432	75.322
Financiamentos Agroindustriais	66.503	8.293	74.796	68.882	7.869	76.751
Financiamentos Rurais	6.890.069	342.809	7.232.878	5.940.521	381.953	6.322.474
<b>Subtotal</b>	<b>7.016.370</b>	<b>360.471</b>	<b>7.376.841</b>	<b>6.073.293</b>	<b>401.254</b>	<b>6.474.547</b>
Repasse a Outras Instituições	50.861	-	50.861	53.123	-	53.123
<b>Total da Carteira</b>	<b>7.067.231</b>	<b>360.471</b>	<b>7.427.702</b>	<b>6.126.416</b>	<b>401.254</b>	<b>6.527.670</b>
Provisão	(295.894)	(130.099)	(425.993)	(390.162)	(144.485)	(534.647)
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>6.771.337</b>	<b>230.372</b>	<b>7.001.709</b>	<b>5.736.254</b>	<b>256.769</b>	<b>5.993.023</b>

**a.5) Carteira com Risco Integral do Procerá**

Financiamentos	31.12.2014			31.12.2013		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos Rurais	41.813	46.606	88.419	97.097	107.498	204.595
<b>Subtotal</b>	<b>41.813</b>	<b>46.606</b>	<b>88.419</b>	<b>97.097</b>	<b>107.498</b>	<b>204.595</b>
<b>Total da Carteira</b>	<b>41.813</b>	<b>46.606</b>	<b>88.419</b>	<b>97.097</b>	<b>107.498</b>	<b>204.595</b>
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>41.813</b>	<b>46.606</b>	<b>88.419</b>	<b>97.097</b>	<b>107.498</b>	<b>204.595</b>

<sup>(1)</sup> Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão extraordinária constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

**b)** O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procerá/Programa da Terra:

- b.1)** Operações contratadas até 30.11.1998:
- nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao Procerá;
  - e
  - nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.
- b.2)** Operações contratadas a partir de 01.12.1998:
- nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do Procerá;
  - nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
  - nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
  - nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
  - nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003, o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;
  - nas operações de que trata o Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
  - nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco.
- c)** De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas “a” e “b”, desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no exercício é demonstrada no quadro a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos</b>	<b>797.207</b>	<b>892.027</b>
. Risco Integral do FNE	534.647	604.540
. Risco Compartilhado	262.560	287.487
<b>(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício</b>	<b>620.639</b>	<b>629.758</b>
<b>Provisão Líquida por Deságio–Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322</b>	<b>5</b>	<b>38</b>
. Risco Integral do FNE	5	38
<b>Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito</b>	<b>620.634</b>	<b>629.720</b>
. Risco Integral do FNE	268.782	304.084
. Provisão por Atraso/Renegociações	280.314	315.915
. Ajustes de Provisão por Deságio	(11.532)	(11.831)
. Risco Compartilhado	351.852	325.636
. Provisão por Atraso/Renegociações	355.242	366.801
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(3.390)	(41.165)
<b>(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício</b>	<b>756.135</b>	<b>724.578</b>
. Risco Integral do FNE	377.441	374.015
. Risco Compartilhado	378.694	350.563
<b>(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito</b>	<b>661.711</b>	<b>797.207</b>
. Risco Integral do FNE	425.993	534.647
. Risco Compartilhado	235.718	262.560

- d)** Considerando que é de responsabilidade do Procerá o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.
- e)** De acordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:
- e.1)** para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito.

- Os valores do exercício estão discriminados no subitem “Provisão Líquida por Deságio - Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322” do quadro da alínea “c” desta Nota; e
- e.2) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No exercício, foi registrada uma redução de provisão no valor de R\$ 68.630 (redução de R\$ 53.279 em 31.12.2013), sendo R\$ 63.176 (redução de R\$ 45.840 em 31.12.2013) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 5.454 (redução de R\$ 7.439 em 31.12.2013) às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 38.127 (redução de R\$ 37.638 em 31.12.2013) resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 35.531 (redução de R\$ 32.130 em 31.12.2013) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 2.596 (redução de R\$ 5.508 em 31.12.2013) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- f) A Portaria Interministerial nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:
- f.1) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e
- f.2) para as operações do FNE renegociadas foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 25.589 (R\$ 33.367, em 31.12.2013) sendo R\$ 19.564 (R\$ 19.862 em 31.12.2013) referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 6.025 (R\$ 13.505 em 31.12.2013) às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 13.987 (R\$ 18.528 em 31.12.2013) decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 11.585 (R\$ 12.090 em 31.12.2013) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 2.402 (R\$ 6.438 em 31.12.2013) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- g) Em 31.12.2014, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 18.269 (R\$ 21.659 em 31.12.2013), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- h) As renegociações formalizadas no período, com base nas Leis nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e da Lei nº 12.716, de 21.09.2012, reduziram o resultado do Fundo em R\$ 30.821 (redução de R\$ 216.231 em 31.12.2013). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	87.571	70.604
Despesas - Bônus e Dispensas	(253.111)	(420.363)
Efeito Líquido em Provisões	134.719	133.528
<b>Total</b>	<b>(30.821)</b>	<b>(216.231)</b>

- i) Na Demonstração do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Rendas de Operações de Crédito	3.060.646	2.953.939
Despesa de <i>del credere</i> do Banco	(1.083.978)	(768.287)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(3.544)	(3.589)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(22.385)	(8.494)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(219.138)	(377.173)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo	(599.322)	(1.004.659)

Banco		
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(11.172)	(13.312)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(18.552)	(2.148)
Despesas de Rebate Principal Operações com Recursos do FAT-BNDES - Lei nº 10.193, de 14.02.2001	(2)	(6)
Ops. FNE Honradas p/BNB – Rebate/Recálculo Res. 4.298/4.299	(202)	-
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei nº 11.322, de 13.07.2006	(82)	(327)
Despesas com Outras Operações BNB – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	-	(155)
Despesas com Outras Operações BNB – Rebate Lei nº 12.249/12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(3.268)	(2.597)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(4)	(78)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Lei nº 12.249/12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(18.604)	(25.612)
Baixa de Valores Contábeis Excedentes sobre Recebimento de Bens	-	(15)
<b>Total</b>	<b>1.080.393</b>	<b>747.847</b>

**j) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco**

- j.1)** Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.
- j.2)** A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea "a", do Artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, observado o disposto na alínea j.1 precedente.
- j.3)** No exercício, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 387.388 (R\$ 358.817 no exercício de 2013), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.

**k) Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito**

A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

- k.1)** renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;
- k.2)** contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;
- k.3)** contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer – Fase III;
- k.4)** reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do Pronaf realizadas com risco da União;
- k.5)** reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT; e
- k.6)** reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos prefixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No exercício, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R\$ 369 (R\$ 779 no exercício de 2013), ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Artigo 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	325	294
Artigo 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	44	485
<b>Total</b>	<b>369</b>	<b>779</b>

Ainda ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, foram reclassificados créditos para o FNE ou

contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco, no montante de R\$ 2.285 (R\$ 18.532 no exercício de 2013), conforme a seguir discriminado:

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Artigo 31 (Operações com <i>mix</i> de Recursos de Outras Fontes/FNE)	1.803	16.226
Artigo 31 (Operações do FAT)	482	2.306
<b>Total</b>	<b>2.285</b>	<b>18.532</b>

**NOTA 7 - Ajustes de Exercícios Anteriores**

O ajuste líquido negativo, em 31.12.2014, de R\$ 69.622 (negativo em R\$ 26.987 em 31.12.2013), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

**NOTA 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989**

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco, mediante Instrumento de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Recursos Disponíveis	923.752	709.475
Recursos Aplicados	681.537	746.507
<b>Total</b>	<b>1.605.289</b>	<b>1.455.982</b>

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen. Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

**NOTA 9 - Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

Fortaleza, 6 de fevereiro de 2015.

**A Diretoria**

**Obs: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores do

**Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE**

(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6.

## **Ênfase**

### *Base de elaboração das demonstrações financeiras*

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2, 4 e 6 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Conseqüentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2015

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6 – F – CE

Eduardo Braga Perdigão  
Contador CRC-1CE013803/O-8

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Dyogo Henrique de Oliveira (Presidente) – Demetrius Ferreira e Cruz – Fabrício da Soller – Martim Ramos Cavalcanti – Nelson Antonio de Souza – Zilana Melo Ribeiro

**DIRETORIA:** Nelson Antonio de Souza (Presidente) – Francisco das Chagas Soares (Diretor de Desenvolvimento Sustentável) – Isaias Matos Dantas (Diretor de Administração e Tecnologia da Informação) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor Financeiro e de Crédito)

**CONSELHO FISCAL:** André Proite (Presidente) – Maria Teresa Pereira de Lima – Manuel dos Anjos Marques Teixeira – Raimundo Lourival de Lima

**COMITÊ DE AUDITORIA:** Otho Cezar Miranda de Carvalho (Presidente) – Roberto Meira de Almeida Barreto (Membro Titular) – Manoel das Neves (Membro Titular) – José Wilkie Almeida Vieira (Membro Suplente)

**SUPERINTENDENTE:** José Jurandir Bastos Mesquita (Controle Financeiro)

**CONTADORA:** Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros – CRC-CE 016318/O-7

---